



# Revista Brasileira

---

FASE VII 🌿 JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO 2002 🌿 ANO VIII 🌿 Nº 30

*Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.*

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA  
DE LETRAS 2002

DIRETORIA

Alberto da Costa e Silva – *presidente*  
Ivan Junqueira – *secretário-geral*  
Lygia Fagundes Telles – *primeira-secretária*  
Carlos Heitor Cony – *segundo-secretário*  
Evanildo Bechara – *tesoureiro*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,  
Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio  
Filho, Antonio Olinto, Ariano Suassuna,  
Arnaldo Niskier, Candido Mendes de  
Almeida, Carlos Heitor Cony,  
Carlos Nejar, Celso Furtado,  
Eduardo Portella, Evandro Lins e Silva,  
Evanildo Cavalcante Bechara,  
Evaristo de Moraes Filho,  
Pe. Fernando Bastos de Ávila, Geraldo  
França de Lima, Ivan Junqueira,  
Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo,  
João Ubaldo Ribeiro, José Sarney, Josué  
Montello, Lêdo Ivo, Dom Lucas Moreira  
Neves, Lygia Fagundes Telles, Marcos  
Almir Madeira, Marcos Vinícios Vilaça,  
Miguel Reale, Murilo Melo Filho, Nélida  
Piñon, Oscar Dias Corrêa, Rachel de  
Queiroz, Raymundo Faoro,  
Roberto Marinho, Sábado Magaldi,  
Sergio Corrêa da Costa,  
Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha,  
Zélia Gattai Amado.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL

Miguel Reale, Carlos Nejar,  
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

PRODUÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Nair Dametto

ASSISTENTE EDITORIAL

Frederico de Carvalho Gomes

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS  
Av. Presidente Wilson, 203 – 4ª andar  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021  
Telefones: Geral: (0xx21) 2524-8230  
Fax: (0xx21) 220.6695  
E-mail: [abl2@montreal.com.br](mailto:abl2@montreal.com.br)  
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

# Sumário

## Celebração

EDITORIAL	Centenário de <i>Os sertões</i> . . . . .	5
JOSUÉ MONTELLO	A origem de <i>Os sertões</i> . . . . .	9
MIGUEL REALE	A face oculta de Euclides da Cunha . . . . .	19
GILBERTO FREYRE	Perfil de Euclides da Cunha . . . . .	29
MASSAUD MOISÉS	Euclides da Cunha e a arte do ensaio . . . . .	37

## Ciclo comemorativo do centenário da publicação de *Os sertões*

ALBERTO VENANCIO FILHO	O movimento euclidianista . . . . .	59
CELSO FURTADO	Revisitando Euclides da Cunha . . . . .	91
WALNICE NOGUEIRA GALVÃO	<i>Os sertões</i> faz 100 anos: o alcance das idéias de Euclides da Cunha . . . . .	97
FREDERICO PERNAMBUCANO DE MELLO	Vida e morte nos sertões do Conselheiro . . . . .	115
ALEXEI BUENO	Euclides da Cunha e Raul Pompéia . . . . .	131

## Prosa

JOÃO DE SCANTIMBURGO	Da inquietação religiosa de Rui Barbosa . . . . .	153
IVAN JUNQUEIRA	Simbolismo: origens e irradiação internacional . . . . .	159
JOSAPHAT MARINHO	Anísio Teixeira: filosofia e ação do educador . . . . .	185

## Poesia

EUCLIDES DA CUNHA	Sonetos da juventude . . . . .	195
-------------------	--------------------------------	-----

## Guardados da memória

GUILHERME DE ALMEIDA	A poesia de <i>Os sertões</i> . . . . .	205
GUILHERME DE ALMEIDA	A paineira de Euclides . . . . .	217
VIRIATO CORREIA	Uma entrevista com Euclides da Cunha . . . . .	219
MANUEL PACHECO LEÃO	Carta a Francisco Alves . . . . .	227



## Centenário de “Os sertões”

**H**á cem anos a Livraria Francisco Alves lançava a obra máxima de Euclides da Cunha, *Os sertões*. Se podemos usar uma figura de retórica para assinalar o aparecimento dessa obra no mercado, que desde logo conquistou leitores em abundância, diremos que foi explosivo o conhecimento trazido ao grande público, da tragédia de Canudos, com os estudos da Terra, do Homem e da Luta. Enviado especial correspondente de guerra ao teatro de operações em Canudos, no interior da Bahia, onde, segundo o governador Luís Viana, levantara-se uma facção monárquica para combater a recém-proclamada República, Euclides da Cunha trouxe ao conhecimento dos leitores, que foram inumeráveis, seduzidos por sua prosa e pela exposição do tema, o que era o sertão, do qual estavam distantes os brasileiros do litoral.

Vinha de longe esse divórcio entre os litorâneos e os interioranos. Eram dois os Brasis: o Brasil que “caranguejava” pela costa, como disse um cronista seiscentista, e o Brasil dos sertões adustos, bravios, inhóspitos, onde a vida se convertera num verdadeiro martírio.

Euclides da Cunha era dono de um estilo incomparável, fulgurante, poético, como nem mesmo Rui Barbosa o igualara nas metáforas, na beleza apropriada dos vocábulos e das frases. Páginas há em *Os sertões*, como a do cavalo do alferes Wanderlei, que não têm paralelo em nossa língua e raramente o terá em outras, ao menos nas mais conhecidas dos brasileiros, o inglês, o francês, o italiano e o castelhano. O grande livro de Euclides da Cunha teve a exata expressão de uma bomba que explodiu nos desinteressados e mal informados brasileiros da classe letrada, habitantes das cidades, distantes de Canudos, de Antônio Conselheiro, dos jagunços que o seguiam na sua pregação mística, em sua igreja tosca, onde as rezas revestiam o fanatismo do sertanejo, que buscava o refúgio, a proteção — que lhe faltava nas administrações dos governos — dos santos de sua devoção.

Euclides deixou-nos, graças ao jornalista Júlio Mesquita, que o mandou acompanhar a guerra civil, o livro que empolgou e deixou estupefato o país — *Os sertões* — e dotou as letras brasileiras de uma obra inigualável sob todos os sentidos. Não entramos, evidentemente, no pensamento de Euclides, na sua formação filosófica, ele que era tão moço para se ter aprofundado no legado filosófico dos chefes de escola dos gregos aos seus dias, mas queremos deixar testemunho de que acolhemos a obra do grande escritor por ter ele revelado um Brasil totalmente desconhecido e ignorado, com personagens que não imaginavam os bacharéis do litoral que existissem, e uma revolta, dada por um gnóstico bronco — o que não era, e lamentavelmente Euclides ignorava e não quis saber de informar-se a respeito — o Antônio Conselheiro, o delirante guia dos matutos que se deixavam conduzir por aquele taumaturgo de almas crendeiças, para os quais ele era um santo ou um enviado de Deus, com finalidade de os redimir do terrível pesadelo que era e continua sendo a vida do sertanejo abandonado dos poderes da República, que não querem incorporar o Nordeste aos benefícios do desenvolvimento, do qual se va-

leu o Sul, e continua a valer-se, enquanto uma grande fração do território nacional só é lembrada em tempo de eleição, pelos candidatos ou pelos malandros que são nomeados por padrinhos fortes para se enriquecerem no cargo.

O livro *Os sertões* foi o mais terrível libelo lançado contra os governos da República, embora viesse de longe, do Império, a situação calamitosa dos sertanejos, por sua própria vida tremendamente difícil, propensos a crer nos pregadores das belezas do mundo de Deus, tudo o que leva ao céu, com a graça de Deus e o acolhimento de seus santos, os santos dos quais são devotos.

A obra de Euclides da Cunha seduz pela beleza. Não vamos fazer a análise de suas idéias. Essas estão no corpo da revista. Queremos, apenas, como revista da Academia à qual Euclides da Cunha pertenceu, registrar o transcurso do centenário de seu fascinante livro, um livro que chega a brilhar como o sol de chumbo dos sertões violentos do Nordeste e queimar como o fogo de seus raios sobre a terra que os governos não querem acudir, com os recursos da tecnologia contemporânea, nem vivificá-los, para sustento de uma população elevada, que vive na mais dramática desesperança de que se pode ter notícia em um país civilizado, em grande parte, como é o Brasil.

Rendemos homenagem a Euclides da Cunha, ao seu estilo sem paralelo na história das letras brasileiras, ao seu gênio de jovem para o gigantesco trabalho de condensar nas páginas de seu livro a situação do Brasil perdido no passado, na ignorância, na credence, na fé nos milagres, com os quais contam ao se dirigirem aos santos de sua devoção. Essa a nossa homenagem. Esperemos que assim seja compreendido o contexto com que abrimos este número da *Revista Brasileira*, o primeiro do ano de 2002, centenário da publicação de *Os sertões*.





# A origem de “Os sertões”

JOSUÉ MONTELLO

**P**irandello comparou o processo da criação literária ao mistério da criação natural.

A elaboração de um poema, um ensaio, uma novela, uma peça de teatro, um romance, ao impor-se à consciência do escritor, para existir como expressão escrita, passou anteriormente por uma fase secreta, que o artista não acompanhou lucidamente e que constituiu o núcleo germinativo da obra literária.

Esse ponto genésico, que marca o instante inaugural da criação artística, não deve ser confundido com o momento em que o escritor, na plena posse de seu tema, lhe encontra a forma definitiva, ao transferir para o papel a realidade interior de suas vivências individuais.

Fernand Baldensperger, ao estudar o fenômeno da criação literária, para lhe demarcar teoricamente a gênese, o êxito e a existência, é de parecer que, se podemos, de certa forma, determinar as fontes da obra poética e as disposições especiais que atuam sobre o escritor no

Josué Montello é membro da ABL (Cadeira 29) desde 1954. Além de romancista e ensaísta, é autor de várias obras de história literária.

ato da criação, dificilmente precisaremos a embriologia sutil, em virtude da qual o espírito humano consegue isolar, no tumulto dos fenômenos intelectuais, os elementos que passarão do não-ser ao ser, no verso de um poema, no texto de uma novela ou no diálogo de uma peça teatral.

Em carta a Ernest Feydeau, Flaubert afluou de passagem um dos aspectos do problema, ao concluir, com os argumentos da própria experiência, que ao escritor não é lícito escolher este ou aquele assunto e que as obras-primas resultam da integral concordância entre o motivo da obra de arte e o temperamento do artista.

Um livro do porte e da significação de *Os sertões*, não obstante a soma de elementos acumulados para o conhecimento crítico dos fatores que lhe determinaram a eclosão, é ainda um mistério, quando se procura remontar à sua vibração originária.

De pronto o que se sabe, para retrazar a biografia literária da epopéia de Canudos, pode ser contado em poucas palavras.

Em agosto de 1897, a convite de Júlio Mesquita, diretor do *O Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha embarca para a Bahia, a fim de colher as impressões de campanha que irá transmitir, em forma de artigos, ao público do jornal.

No choque entre um grupo de fanáticos, possuídos de uma fé desvairada, e as forças militares e policiais, empenhadas no restabelecimento da ordem, Euclides nada mais é, em resumo, que o correspondente de guerra, interessado em captar e exprimir a verdade da luta.

É esse, no testemunho das informações biográficas, o ponto de partida do livro, ou seja, o seu *fiat* distante.

A epopéia de Canudos, que assim encontra o seu homérica num homem de jornal, não irrompe, impetuosa, aos primeiros contatos do escritor com a “Tróia de taipa do Vaza-barris”.

A comoção é forte demais para que afluore à pena do escritor, nesses trágicos relances iniciais, a sua expressão definitiva. E isto por-

que, no entender dos teóricos da literatura, as fortes emoções, ao contrário do que habitualmente se presume, não suscitam, de modo imediato, a urdidura das obras-primas. Necessário se torna que o tempo atenuie as fortes comoções, para que estas, cristalizadas na adequação das expressões estéticas, terminem por impor ao artista a ansiedade e o ensejo de sua captação literária.

O grande livro de Euclides da Cunha, provocado pela visão febril da conflagração sertaneja, só irá despontar, no encontro de sua estrutura e de sua forma, quando o escritor, levado pelas obrigações de sua engenharia à solidão do oeste paulista, se recolher à visão retrospectiva da campanha, no ermo de uma barraquinha de zinco, em São José do Rio Pardo, ao lado da ponte que lhe cumpre reconstruir.

Entre o cenário de Canudos e o retiro de São José do Rio Pardo, completa-se a parábola descrita pelo livro, no período de sua germinação artística.

De 1897, quando Euclides segue para a Bahia, a 1902, quando *Os sertões* saem publicados, medeia no tempo a distância de um lustro, pequena demais se considerarmos a vastidão da obra e a intensidade estética de seu estilo.

Euclides da Cunha, no retiro do oeste paulista, há de guardar ainda nos ouvidos a percussão das balas da campanha; nas retinas, as levadas de jagunços fanatizados. Embora não escreva sob a direta influência dos episódios que descreve, a verdade é que o épico de Canudos, com a memória fresca das emoções intensamente vividas, molda a sua epopéia ao calor da indignação patriótica, contrariando assim com o seu exemplo a doutrina hegeliana segundo a qual é vedada aos grandes artistas a colaboração do sangue quente.

Há ainda um reparo complementar a ser feito, no estudo da parábola embriológica que vai das primeiras correspondências de Euclides para o *O Estado de S. Paulo* aos capítulos que o escritor traçou e poliu nos curtos intervalos de sua engenharia: a curiosa similitude que,

no processo de elaboração artística, aproxima *Os lusíadas* de *Os sertões*, como se as duas epopéias capitais da língua portuguesa devessem passar, necessariamente, na sua germinação misteriosa, por idênticos caminhos.

Em verdade é possível ajustar à epopéia euclidiana a conclusão a que chegou Aubrey Bell, no estudo da epopéia camoniana, quando afirma que *Os lusíadas* só deixaram de constituir simples exercício acadêmico, de valor secundário, graças à circunstância excepcional de que Camões conheceu o cenário de seu poema.

A epopéia de Euclides da Cunha, inspirada ao contato da realidade épica que descreve, promanou de visões objetivas, tal como ocorreu com a epopéia camoniana. Apenas com a diferença de que Euclides viu quase de relance o cenário de seu livro, enquanto Camões dispôs de duas décadas para repassar nas retinas o roteiro de glórias das caravelas de Portugal.

Não obstante a distância de quatro séculos que nos separa do instante genésico de *Os lusíadas*, podemos recompor-lhe a biografia, naquilo que toda obra literária – para empregarmos aqui uma expressão de Alceu Amoroso Lima – tem de transitivo, isto é, a sua presença material, como conteúdo e forma.

Longe de satisfazer-se com a biografia da obra literária, nos elementos de sua existência transitiva, a curiosidade da crítica tenta ir além, em busca de instantes secretos, vagamente entrevistados nos relances de clarões conjecturais.

Pierre Audriat esboçou, há algum tempo, um método crítico para a historiografia das obras literárias; mas a verdade é que não conseguiu, com o aparato de seus instrumentos de trabalho, um resultado plenamente satisfatório, em termos de verdade científica.

O registro civil literário, para os efeitos biográficos da experiência de Audriat, dificilmente atinge o tempo que antecipa o instante em que a obra poética se consubstancia em palavras.

Mesmo nos autores que copiosamente se confessam, a exemplo de Flaubert e André Gide, o problema da gênese do fato literário cerca-se de reclusão e mistério.

Os estudos empreendidos por F.A. Blossom, no sentido de retragar, através das cartas de Flaubert, o processo de composição de *Salambô*, não conseguiram deslocar a linha dos conhecimentos objetivos para lá do instante em que o romancista se debruçou na mesa de trabalho e deu começo à ressurreição romanesca de Cartago.

No caso de *Os lusíadas*, a biografia literária acha-se em grande parte recomposta, tanto pela contribuição dos depoimentos pessoais quanto pelas ilações colhidas no texto do poema. Mas o instante de sua origem, o *fiat* que lhe presidiu à gênese, há de ser permanente enigma, com a correspondente sedução de seu mistério.

Faria e Sousa recolheu da boca de um contemporâneo a tradição de que Camões despertou um dia, não se sabe ao certo se em Sofala ou Moçambique, com o núcleo central da epopéia na cabeça. Outros críticos e biógrafos, com Storck à frente, supõem que esse instante fecundo ocorreu durante uma viagem do poeta entre Coimbra e Lisboa, quando a visão de monumentos como Alcobaça e Batalha lhe alvoroçou o estro genial.

Há também quem conjecture ter sido na prisão do Rocio, com a leitura da primeira *Década* de João de Barros, que Camões encontrou subitamente o ponto de partida de *Os lusíadas*.

A epopéia de Euclides da Cunha, convenientemente biografada em mais de meio século de louvores e debates, ainda não se acha exaustivamente perquirida quanto ao mistério de sua imanência criadora. O que se tem dito restringe-se a superficialidades eruditas, que principalmente contrapõem *Facundo* a *Os sertões*, reduzindo o gênio de Euclides à condição subalterna de imitador de Sarmiento. O certo é que esse capítulo, ainda por delinear-se em seus elementos básicos, é um convite sedutor, convocando hipóteses e suscitando pesquisas.

Ensaíemos aqui, na densidade da floresta virgem, a formulação de uma conjectura ainda não bosquejada, talvez capaz de proporcionar um passo no sentido de identificar o *fiat* genésico do monumento euclidiano.

Assim como se chegou a intuir que, na leitura da primeira *Década* de João de Barros, Camões encontrou o fio condutor de *Os lusíadas*, não será desarrazoado aventar a suspeita de que foi na leitura de uma página de Machado de Assis que Euclides da Cunha achou um dos estímulos essenciais da epopéia de Canudos.

Vejamos os fundamentos desta hipótese.

A 14 de fevereiro de 1897, ao comentar o aparecimento de uma coletânea de novelas de Coelho Neto, Machado de Assis referiu-se, de relance, ao relevo da figura e do drama de Antônio Conselheiro como argumento literário, na objetividade destas palavras: “Ora bem, quando acabar esta seita de Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias.”

Aí está, numa crônica de Machado de Assis, como primeira abonação da conjectura, a clara proposição do tema que ia ser o grande tema de Euclides.

Cumprе acentuar ainda que não ficou unicamente no alvitre ocasional, atirado de raspão em meio ao comentário crítico, a sagacidade do mestre de *Várias histórias*. Machado de Assis levou adiante a compreensão da importância do tema, ao reconhecer que o tema de Canudos pedia a adequação do estilo opulento com que Euclides o desenvolveria em *Os sertões*. Daí ter acrescentado, na mesma crônica de *A Semana*: “Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fez nada.”

Cinco meses depois de publicada a sugestão de Machado de Assis é que Euclides da Cunha viaja para a região de Canudos, na dupla

condição de integrante do estado-maior do Ministro da Guerra e de correspondente do *O Estado de S. Paulo*.

Por esse tempo, era Euclides, com a sua frase nervosa, o seu temperamento vibrátil e o seu gênio verbal, “um estilo em busca de um assunto”.

O tema de Canudos, reclamando “um cronista imaginoso e magnífico”, do porte de Coelho Neto – no dizer de Machado de Assis –, coadunava-se ao feito euclidiano, podendo determinar, no emaranhado de seus lances trágicos, que os defeitos de forma do escritor se convertessem em qualidades.

Não obstante os contrastes de estilo e temperamento, que flagrantemente o dissociam do autor das *Várias histórias*, Euclides sempre teve Machado de Assis na conta do mestre eminente e querido: em vida, rendeu-lhe o testemunho de sua veneração; depois de morto, lamentou que um vulto de sua estatura se houvesse extinguido na restrita assistência de corações amigos e não sob a intensa comoção nacional.

É natural supor-se que a crônica do mestre, lida por Euclides da Cunha, logo lhe rasgasse o horizonte ideal de um argumento eletivo, impelindo o escritor, num relance, a empolgar-se pelo tema que Machado de Assis expressivamente destacara como núcleo épico de “um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias”.

Para apoio liminar dessa hipótese, indispensável seria comprovar que, antes de partir para Canudos, Euclides idealizara um livro sobre o tema, de acordo com a sugestão de Machado de Assis.

E é isso que se pode concluir da notícia publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, a 30 de julho de 1897, véspera do embarque do escritor para o Rio, a fim de integrar o estado-maior do Ministro da Guerra: “Por contrato firmado com esta empresa, o Dr. Euclides da Cunha nos enviará correspondências do teatro das operações, e, além disso, tomará notas e fará estudos para um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antônio Conselheiro. Esse trabalho será por nós publicado em volume.”

O texto da notícia do *O Estado de S. Paulo* dir-se-ia calcado sobre as palavras da crônica de Machado de Assis. O que o mestre alvittrara, com a intuição do grande assunto épico, aí está a meio caminho da consecução literária. E é ainda de supor-se, pela sobriedade dos termos da notícia, que Euclides da Cunha, se dela não foi o autor, há de ter sido, pelo menos, o seu inspirador.

Caso não bastassem, a esta altura, os argumentos anteriormente invocados, para abonar a hipótese de que as palavras machadianas teriam atuado como o *fiat* genésico de *Os sertões*, haveria um reparo a fazer, na consolidação da conjectura. É que a crônica de Machado de Assis, que parece ter impelido o gênio euclidiano ao tema de Canudos, tinha por motivação nuclear, reiteradamente invocada, a coletânea de novelas bárbaras intitulada *Sertão*, que Coelho Neto – outra das devoções literárias de Euclides – acabara de publicar.

Somadas as sugestões do tema, do livro, do estilo e ainda do título (por uma contaminação do título da obra de Neto) – que se encontram na mesma página machadiana –, concluir-se-á, inevitavelmente, que, na imanência de *Os sertões*, as palavras de *A Semana* hão de ter atuado entre os seus estímulos fundamentais, se é que não foram o primeiro deles.

Ao elaborar em definitivo o seu grande livro, no ermo de São José do Rio Pardo, Euclides da Cunha pensou, de início, em denominá-lo de *A nossa Vendéia*. Logo abandonou esse título rebuscado, para fixar-se, afinal, no batismo de *Os sertões*.

Nesta escolha, talvez sem disso dar-se conta, Euclides da Cunha parece ter remontado ao primeiro estímulo que o decidira a ser o homérica da “Tróia de taipa” de Antônio Conselheiro.

Tão grande havia sido o influxo desse estímulo inicial que Euclides, com a sua extraordinária capacidade de autoflagelar-se sob os acicates da própria imaginação desconfiada, facilmente aceitou, para denominação de sua obra, um título que poderia induzir a equívocos ou confusões, no seu parentesco evidente com a obra de outro grande escritor.



O pequeno problema, se jamais serviu de pretexto a reparo de críticos ou adversários, não deixou de afinal latejar na sensibilidade do mestre de *Os sertões*. Euclides guardou-o consigo, no acervo secreto de seus pudores e desconfianças, até que lhe ocorreu o momento de trazê-lo a lume.

Foi Afrânio Peixoto quem narrou o episódio, numa página de reminiscências euclidianas.

Quando terminou de escrever o seu primeiro romance, Afrânio veio saber, por informação do jornalista João Lage, que Coelho Neto acabara de entregar a *O País*, para ser publicado em folhetins do jornal, um novo romance, que teria o mesmo título do seu, apenas com a leve diferença da omissão do artigo inicial: *Esfinge*, em vez de *A esfinge*.

Escritor incipiente, que desejava impor seu nome sem parecer caudatário de nenhum mestre, o romancista baiano, ante a revelação do diretor de *O País*, decidiu mudar para *Anankê* – nome grego da fatalidade – a denominação de seu romance, e procurou ouvir sobre isto a opinião de Euclides da Cunha.

– Não é possível – redargüi prontamente o interpelado. – Ficaria um gigante com os pés de barro... Tal símbolo eterno, com um apelido sem significação.

E mais veemente:

– Não. O título é esse mesmo: *A esfinge*. Não pode ser outro. Que importa *Sertão*, do mesmo Neto? O sertão são *Os sertões*... Que seria de mim, se mudo para outro banal? *Esfinge* será o conto fantástico do grande Neto, o teu romance será – *A esfinge*... Esse “a” determina: é ela e não outra, a esfinge, a única... a mulher.

E foi a opinião de Euclides que prevaleceu na escolha do título do romance com que Afrânio confirmou em livro os seus dons de homem de letras e em virtude dos quais, embora ainda quase inédito, se elegeu sucessor do próprio Euclides da Cunha, na Academia Brasileira.

Formulemos uma pergunta, para concluir.

Machado de Assis, ao ler *Os sertões*, não teria associado o grande livro de Euclides ao alvitre de sua crônica de *A Semana*?

Homem reservado, tão esquivo e enigmático na vida recatada quanto claro no estilo de seus escritos, o mestre das *Memórias póstumas*, se chegou a estabelecer essa correlação, soube cautelosamente guardá-la entre os seus silêncios. Mas teve para com Euclides, em mais de uma oportunidade, o gesto que eloqüentemente expressava o seu entusiasmo pelos merecimentos do escritor.

Quando Euclides se apresentou à Academia, pretendendo suceder a Valentim Magalhães, Machado apressou-se em lhe dar seu voto.

Em outra oportunidade, o criador de Capitu, contrariando o seu feitio esquivo e dissimulado, deu uma prova ainda mais expressiva de seu excepcional apreço ao jovem mestre de *Os sertões*.

Nesse novo ensejo, dir-se-ia ter querido assinalar, entre confrades e companheiros, a identificação profunda de sua pessoa com a pessoa do escritor que fizera o livro magistral sobre o fanatismo de Canudos e a figura do Messias.

Foi o caso que, ao processar-se a eleição para a presidência da Academia Brasileira, Machado de Assis recebeu todos os sufrágios, com uma única exceção: a do voto que ele próprio tinha dado a Euclides da Cunha. E Euclides era então, na Academia de Joaquim Nabuco, de Coelho Neto, de Olavo Bilac, de Rui Barbosa, de Alberto de Oliveira, o novato esquivo, que acabara de chegar.

Suspendamos aqui a pena, antes que sejamos novamente impelidos a percorrer, nesta multiplicação de conjecturas – consoante a expressão de Huxley, tão do agrado de Euclides da Cunha – o caminho sedutor das profecias retrospectivas...

# A face oculta de Euclides da Cunha

MIGUEL REALE

**A** firma Nicolai Hartmann que nenhum pensador pode prever qual de suas contribuições irá merecer a consagração dos pósteros. Discutível que seja essa asserção, ela se aplica por inteiro a Euclides da Cunha, que sempre se considerou principalmente um homem de ciência às voltas com as fantasias da arte, quando, na realidade, ele foi, acima de tudo, um exímio escritor.

Vários fatores contribuíram para o equívoco desse auto-julgamento. Em primeiro lugar, resultou da timidez e da introspecção que foram elementos marcantes de seu caráter, explodindo frequentemente em atitudes impulsivas.

Por outro lado, o cientificismo, se bem com distintas configurações em seu pensamento, permaneceu como uma herança do comtismo de sua mocidade, quando a ciência era vista como fundamento e fonte de todas as atividades espirituais. É em um de seus primeiros escritos que ele entende que Goethe sobressairia menos como poeta do que como companheiro de Lamarck... Essa desconcertante asser-

Miguel Reale é jurista, professor, ensaísta. Sua bibliografia fundamental abrange obras de Filosofia, Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Estado e estudos de Direito Público e Privado. É o fundador da *Revista Brasileira de Filosofia* (1951) e presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia.

ção não pode deixar de ser transcrita, porque ela revela até que ponto Euclides subordinava a arte à ciência, não obstante os momentos em que reconheceu excepcionalmente a sua posição de vanguarda: “Ainda hoje – escrevia ele em 1892, – e esta consideração pode estender-se ao futuro, constitui elevado título à veneração da posteridade, para Goethe, maior do que a auréola de poeta, o ter sido o companheiro de Lamarck, em suas laboriosas investigações acerca da organização geral da vida, trabalhos dos quais deveria, mais tarde, surgir, irrefutável, triunfante – o darwinismo” (O. C., I, p. 576).

Compreende-se, então, porque ele acolheu de bom grado a já lembrada tese de Spencer, nesse ponto coincidente com Augusto Comte, sobre a natureza acessória ou complementar da arte com relação à ciência, como já tive ocasião de salientar. Era natural, por conseguinte, que Euclides se sentisse, antes de mais nada, um engenheiro, um politécnico e, complementarmente, um escritor.

Era de tal modo arraigado no espírito de Euclides da Cunha a idéia da arte sempre em consonância com a ciência que – ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras que, queiram-no ou não, é a capital de nossa República das Letras – não vacilou em citar este esdrúxulo pensamento de Littré: “Se a *Ilíada*, com toda a sua mirífica poesia, aparecesse perfilhada pela arte do nosso tempo, seria informe e pueril.” E tudo isto para justificar sua convicção de que, sem se levar em conta a campanha abolicionista, se lhe afigurava a de “um quimerizar adoidado” a poesia de Castro Alves em *Vozes da África...* Às vezes custa crer que ele pudesse chegar a tais extremos de insensibilidade estética, revelando-se incapaz de compreender a poesia de Baudelaire, Mallarmé e Verlaine, por considerá-la fruto de “desvio ideativo” e de ignorância das conquistas da ciência.

Dessa sua visão acessória da arte resultaram dois estilos diversos: um desornado e preciso, quando tratava de problemas enquanto homem de ciência; e outro rebuscado e preciosamente trabalhado,

quando escrevia como homem de letras, muito embora cuidando de temas científicos.

Em página a meu ver significativa para quem estudar o estilo euclidiano é a confissão feita, em 1889, ao redigir “artigos não destinados à imprensa”, mas como notas de estudo: “Excluimos o estilo *campanudo e arrebicado* (meus os grifos). A idéia que nos orienta tem o atributo característico das grandes verdades – é simples. Estudá-la é uma operação que requer mais que as fantasias da imaginação – a frieza do raciocínio” (*O. C.*, I, p. 549).

Donde se conclui que ao estilo “campanudo e arrebicado” ele recorre quando redige como escritor, sendo a simplicidade mais própria dos rigorosos juízos científicos. Penso que isto explica muito sobre sua linguagem rebuscada, intencionalmente enriquecida de termos e modos de dizer que refogem da simplicidade, mas que ele consegue manter em um plano aliciante graças à sua imensa capacidade transfiguradora de artista.

Ninguém melhor do que Gilberto Freyre soube captar o sentido estilístico de Euclides da Cunha, salvando-o de “jogos às vezes quase execravelmente oratórios; na sua eloqüência por vezes enfática; na sua adjetivação quase sempre crespa, estridente, mais aguda do que grave; nas suas mais repetidas procuras ou recorrências de efeitos teatralmente musicais” (*O. C.*, I, p. 18).

Segundo Gilberto, o preciosismo de Euclides quase se confunde com “o dos escritores além de cientistas, pedantes: de um cientificismo pedante e irritante. A verdade é que Euclides da Cunha escreveu perigosamente. Transpôs para a arte de escrever o viver perigosamente de que falava Nietzsche. Escreveu num estilo não só barroco – esplendidamente barroco – como perigosamente próximo do precioso, do pedante, do bombástico, do oratório, do retórico, do gongórico, sem afundar-se em nenhum desses perigos; deixando-o apenas tocar por eles; roçando por vezes pelos seus excessos; salvan-

do-se como um bailarino perito em saltos-mortais, de extremos de má eloqüência que o teriam levado à desgraça literária ou ao fracasso artístico. Que o teriam tornado outro Coelho Neto” (*Loc. cit.*).

Após realçar que em Euclides da Cunha, “misto de celta, de jagunço e grego”, se fundiam o ecologista, o engenheiro e o caboclo para dar nascimento ao escritor, pois só a literatura é revelação, Gilberto esclarece: “Só o grande escritor: nunca o pequeno nem sequer o médio. Só o grande escritor: nunca o cientista que sendo apenas cientista, escreva claro e correto; nem o especialista incapaz de transpor sua especialidade, não para invadir especialidades alheias, mas para dominar os assuntos que versa, como todos interrelacionados” (*Loc. cit.*, p. 27).

Eis aí o ponto que me parece essencial: o que projeta Euclides da Cunha nas culminâncias da cultura nacional são sobretudo os seus méritos estéticos de escritor, o poder transfigurador de sua arte, ao revelar-nos a realidade brasileira, e não a parafernália científica de que se valeu para retratar homens e coisas, sobrevivendo e crescendo cada vez mais seus valores artísticos, apesar da caducidade dos conhecimentos científicos de que tanto se envaidecia.

Compreende-se, pois, por qual razão o aparecimento de *Os sertões* tenha provocado um impacto mais literário do que científico, fascinados todos pelo sortilégio do escritor que soubera fundir, como numa estátua expressiva de nossa cultura, tudo o que se podia dizer dela em termos éticos, sociais, políticos, filosóficos e ecológicos, abrangendo e superando todos os conhecimentos científicos da época a que ele recorreu com tanto entusiasmo e confiança.

Não que sua mensagem de realismo cultural, num país de incorrigíveis românticos, não tenha tido ressonância. Penetrou, ao contrário, bem fundo na alma brasileira o drama de Canudos, para não mais se separar dela, nela atuando para sempre, como lição inesquecível da necessidade de penetrarmos nos surpreendentes meandros

da realidade brasileira, até então mais conhecida, notava escandalizado Euclides da Cunha, graças aos “ww ensarilhados, os ss sibilantes, e o estalar dos kk, e o ranger emperrado dos rr de alguns nomes arrevesados e estranhos, Koster, John Mawe, Wied-Newied, Langsdorf, Aug. Saint-Hilaire... primeiros termos de uma série, onde aparecem, num constrangimento de intrusos, raros nomes brasileiros” (*O. C.*, I, p. 135).

Não se poderia, penso eu, invocar tópico mais revelador do que esse como exemplo de jogo imaginoso do artista para retratar a ausência de atenção dos brasileiros para o estudo de sua terra e de sua gente, sendo obrigados a procurar em velhas páginas de escritores alienígenas... notícias do Brasil. Talvez não tenha ele, no entretanto, previsto que, apesar de seu grito de alerta, ainda persistiríamos em relegar para a pesquisa dos “brazilianistas” numerosos e relevantes aspectos de nossa sociedade e de nossa história, até mesmo com injusta abstração, às vezes, do já investigado e dito melhor por brasileiros...

Apesar, porém, da insuficiência da resposta, não há dúvida que, com as advertências de *Os sertões*, de *Contrastes e confrontos* e demais escritos de Euclides da Cunha, ocorreu no Brasil uma mudança substancial – devida também a homens exemplares que o precederam, como Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Alberto Torres, remontando a Tavares Bastos, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Bonifácio de Andrada e Silva – sendo aberto um caminho novo à interpretação do Brasil, trilhado por escritores que souberam fundir arte e ciência, como é o caso, entre outros, de Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Viana Moog e Sérgio Buarque de Holanda, segundo diversas diretrizes, mas todas aderentes ao universo de nossa cultura.

Foi, não há dúvida, através da arte, da face, para ele oculta, de homem de letras, que Euclides da Cunha ajudou, mais do que qualquer outro, a acordar-nos de nosso sono povoado de ilusões, abstrações e temerosos espectros.

Deu-se com ele, em suma, o mesmo que ele mesmo – num momento de eclipse de seu cientificismo – soube apontar na contribuição de Fichte e Schelling para a revelação da “nova Alemanha”.

Na conferência que proferiu sobre “Castro Alves e seu tempo”, a convite do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo (a única então existente no Estado), Euclides da Cunha timbra em proclamar que a unidade da Alemanha não se deve a Bismarck, mas a um longínquo sonho de poetas e filósofos.

Tão raro é o reconhecimento euclidiano da primordial força transfiguradora e instauradora da arte que não me furto à tentação de transcrever aqui o seguinte tópico, apesar de longo:

“Acima da unidade política germânica, desenhada, a tira-linhas e a régua, nas cartas do estado-maior prussiano, existe uma coisa mais alta – a unidade moral da Alemanha. E esta, certo, não a encontrareis nas sanguieiras de Sadowa e de Sedan. Vem de mais longe. Desponta toda ela de uma expressão dúbia, cheia de mistérios, que se chamou ‘idealismo transcendente’, e era a elaboração imaginosa e estranha de uma filosofia natural sem a natureza, a harmonia do consciente e do inconsciente, o desatar-se indefinido dos espíritos ante a emoção vaga e maravilhosa do Infinito...

“Por aqueles tempos aparecia um homem a propagar um exagero que negacearia o riso ao mais rombo crítico de agora: a soberania absoluta da arte. Era Frederico Schlegel. Para ele a inspiração romântica era sem termos: nada poderia existir acima da fantasia arbitrária do poeta.

“E foi à luz desse idealizar incomparável que se eliminou o pernicioso cosmopolitismo de um país até aquela quadra sem fisionomia, feito um acervo incoerente de ducados – orientando-se a correntes tradicionalistas e erigindo-se, com o patriotismo, um espírito nacional” (O. C., I, p. 436).



Pena é que ele, fiel à sua crença no primado da ciência e às suas certezas objetivas, não tenha universalizado o juízo que, no trecho supra transcrito, revelou sobre o poder criador das idéias filosóficas e artísticas.

Pois bem, foi através de seus dons excepcionais de escritor que Euclides da Cunha conseguiu infundir-nos nova consciência cultural, o que ele expressou em estilo que se confunde com o seu próprio ser existencial.

Não é preciso aceitar o historicismo absoluto de Croce para acolher a sua teoria da “circularidade do espírito”, ou, por palavras mais acessíveis, a circularidade de todas as formas de atividade espiritual, mantendo-se sempre constante a unidade do espírito enquanto tal. Não obstante essa unidade, em cada homem prevalece, segundo o filósofo itálico, permanentemente ou em distintos momentos, uma determinada atividade, de tal modo, por exemplo, que o poeta não se torna filósofo senão quando uma contradição vital nasce em seu coração e o deixa insatisfeito.<sup>1</sup>

Penso, todavia, que não há essas opções radicais, nem distinção absoluta entre ser poeta e ser filósofo, tratando-se antes de momentos dominantes na vida espiritual, quando o poeta se converte em filósofo, em razão do sentido prevalecente em seu ato espiritual, sem que a poesia deixe de dar tonalidade distinta ao seu pensamento.

Postos assim os dados da questão, pode-se bem imaginar o tormento da vida intelectual de quem se considerava, como Euclides, fundamentalmente um cientista, quando era fundamentalmente um artista da palavra, um estupendo escritor: esse tormento ou contradição existencial reflete-se no seu estilo nervoso e barroco, e até mesmo na dualidade de seus estilos: um, o científico, claro e simples; o outro “*campanudo e arrebicado*”.

Como se vê, as meditações sobre o viés antimetafísico de Euclides levaram-nos ao essencial que é a apreciação de sua obra literária,

<sup>1</sup> Cfr. B. Croce – *Logica come scienza del concetto puro*, 5ª ed., Bari, 1928, p. 65.

como sempre deve ser feito, não apenas em função de seus valores estéticos em si mesmos, em suas correlações formais, mas também em razão de sua circunstância existencial.

Surge, assim, com toda a sua força, a nota dominante no espírito de Euclides da Cunha, que é, a meu ver, e como pareceu desde logo a seus leitores para sempre, a que se ocultava ao “eterno aprendiz de filosofia e de ciência”, a sua face ou dimensão prodigiosa de artista.

É essa nota que atuava prevalentemente em seu espírito, integrando em um sentido predominantemente estético os valores de seu pensamento e de sua imaginação criadora. Afigura-se-me impossível separar-se a obra cultural da força nomotética do espírito, isto é, dessa força instauradora de todos os bens materiais e intelectuais que a espécie humana vem acumulando no decurso da história e que nós denominamos cultura.

Não é demais acrescentar que, quando falo em espírito, não me refiro à abstração croceana ou hegeliana, mas à consciência individual ou o “eu”, cuja natureza desconhecemos, mas que podemos conjecturar como alma (*anima*) ou força imaterial que se manifesta, através do cérebro, como sentimento, intelecto e vontade, sendo para cada individualidade ética o que é o código genético para cada individualidade biofísica. A correlação entre uma e outra é, até agora, um mistério que desafia os empenhos de todos os cientistas, mas sentimos que sem a sua unidade sincrônica seria impossível falar-se em pessoa e em responsabilidade dos indivíduos por seus atos. Ninguém, hoje em dia, repete o superado adágio de Le Méttrie de que “o cérebro segrega o pensamento como o fígado segrega a bÍlis”.

A ciência veio, ultimamente, comprovar o papel autônomo e ativo da consciência com relação ao sistema de neurônios ao qual alguns cientistas pretendem reduzir o nosso processo mental. Refiro-me especialmente às surpreendentes pesquisas do Prêmio Nobel John C. Eccles, que demonstra, ao contrário de Jacques Monod e

Jean-Pierre Changeux, que o homem não é mero complexo de neurônios, nem fruto do acaso, mas pressupõe uma consciência atuante sobre o cérebro, sendo a imaginação um fenômeno mental bem mais sutil que a inteligência.<sup>2</sup>

A obra de Euclides da Cunha esta aí para demonstrar, não obstante seus propósitos científicizantes, que mais pode o dom de sua imaginação criadora de escritor do que a *congérie* de saberes positivos com que pensava estar dando perenidade a seus escritos.

Se, todavia, alguém objetar que o revelado por este livro é mais o drama ideológico de Euclides da Cunha, direi que essa é uma das componentes essenciais de sua complexa personalidade, tendo condicionado seu estilo de vida e de escritor, muito embora não se incluísse entre os homens de letras.

O que ainda permanece oculto aos olhos de seus críticos é o significado de seu constante interesse por alguns dos problemas fundamentais da filosofia para a compreensão plena de seu papel na cultura brasileira, tanto pelo conteúdo quanto pela forma de seus escritos, constituindo uma unidade indecomponível.

Mas há algo de mais inquietante e que me lança num mar de conjeturas. É a indagação sobre o que poderia ter sido o pensador Euclides da Cunha, se sua morte trágica não o houvesse tão repentinamente arrancado de sua cátedra de Lógica no Ginásio Nacional, o Ateneu que então congregava os nossos maiores mestres das letras, da língua e das ciências humanas.

Superadas as aflições econômicas que foram sempre um de seus martírios, e alicerçado sobre sólidos conhecimentos da nova Lógica, a partir das contribuições inovadoras de Boole, era lícito esperar-se que a face oculta do pensador viesse à luz, abrindo novos e decisivos caminhos à história das idéias no Brasil.

Face oculta para todo o sempre.

<sup>2</sup> Cfr. John C. Eccles – *Évolution du cerveau et création de la conscience*, Ed. Fayard, 1992.



*Euclides da Cunha*  
por Candido Portinari

# Perfil de Euclides da Cunha

GILBERTO FREYRE

**A**lega-se, e com razão, que Euclides da Cunha, nos seus ensaios sobre a formação social do Brasil, concede importância exagerada ao “problema étnico”, parecendo não ter atinado com a extensão e a profundidade da influência da chamada “economia agrário-feudal” sobre a vida brasileira. Ou seja: despreza o sistema monocultor latifundiário e escravocrata na análise da nossa patologia social: e exalta a importância do processo biológico – a mistura de raças – como fator, ora de valorização, ora de deterioração regional e nacional.

São recentíssimos, aliás, os estudos que vão estabelecendo o primado do fator cultural – inclusive o econômico – entre as influências sociais e de solo, de clima, de raça, de hereditariedade, de família, que concorreram para a formação da sociedade brasileira, em geral, e, particularmente, para as suas formas agrárias ou pastoris caracterizadas pelo latifúndio, pela exclusividade de produção e pelo trabalho escravo ou semi-escravo, com todos os seus concomitantes psicológicos de agricultura sem amor profundo à terra.

Excerto do estudo *Perfil de Euclides da Cunha e outros perfis* (1944), p. 39-47. Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo, professor e escritor. Seu primeiro trabalho foi a tese *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century* (1933). *Casa-grande & senzala* (1933) abre a série com o título geral de *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*.

Não nos deve espantar que a Euclides da Cunha – a quem faltavam estudos rigorosamente especializados de antropologia física e cultural ainda mais que os de geologia, nos quais nos informou uma vez Arrojado Lisboa, a mim e a Rodrigo Melo Franco de Andrade, ter o autor de *Os sertões* recebido forte auxílio técnico de Orville Derby – impressionasse de modo particular o aspecto étnico, ou o ostensivamente étnico, da geografia humana do Brasil. Nem que, nos seus ensaios, resvalasse como resvalou, em mais de uma página eloqüente, no pessimismo dos que descrêem da capacidade dos povos de meio-sangue – ou de vários sangues – para se afirmarem em sociedades equilibradas e em organizações sólidas de economia, de governo e de caráter nacional. Descrença baseada em fatalismo de raça. Em determinismo biológico.

Não é de espantar, porque dos contemporâneos de Euclides da Cunha, o próprio Nina Rodrigues, com estudos especializados de antropologia (e cujo diagnóstico de psiquiatra do caso do Conselheiro, Euclides seguiu muito de perto), não escapou a exageros etnocêntricos na análise e na interpretação da nossa sociedade. Exageros que seriam seguidos por largos anos, quase sem retificação, por vários discípulos do sábio maranhense; e retomados pelo professor Oliveira Viana em obra erudita, publicada depois de 1920, quando no Museu Nacional já se esboçara, com Lacerda, a tendência, depois acentuada pelo professor Roquette-Pinto, no sentido de reabilitar-se experimentalmente o mestiço brasileiro, vítima de preconceitos cientificistas com aparência de verdades antropológicas.

Tais preconceitos foram gerais no Brasil intelectual de 1900: envolveram às vezes o próprio Sílvio Romero, cuja vida de guerrilheiro de idéias está cheia de contradições. Só uma exceção se impõe de modo absoluto: a de Alberto Torres, o primeiro, entre nós, a citar o professor Franz Boas e suas pesquisas sobre raças transplantadas. Outra exceção: a de Manuel Bomfim, turvado, entretanto, nos seus

vários estudos, por uma como mística indianista ou indianófila semelhante à de José de Vasconcellos, no México.

Daí não nos surpreender o penhor melancólico de Euclides para o fatalismo de raça. Aquele seu – “ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, repontam vivíssimos estigmas da inferior ... de modo que o mestiço é, quase sempre, um desequilibrado ... um decaído sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ascendentes superiores” (*Os sertões*, 3ª ed., pág. 109) – é bem característico dos seus momentos de fatalismo étnico. Vê-se que Euclides da Cunha se viu às vezes arrastado pelo que considerava a antropologia científica na sua expressão única e definitiva, a acreditar na incapacidade do mestiço: incapacidade biológica, fatal.

Mas o certo é que não se extremou em místico de qualquer teoria de superioridade de raça. O perfil que traça do sertanejo não é de um devoto absoluto de tal superioridade. Nem é fácil de conceber que um homem como Euclides da Cunha, animado do culto da personalidade humana tanto quanto do entusiasmo pelos planos arrojados de socialização dos grupos regionais ou nacionais, pudesse ser hoje o etnocentrista desdobrado em totalitarista que entrevêem nele alguns críticos de belas-letas, para quem a caracterização psicológica dos indivíduos e dos povos é um jogo fácil, ao sabor de caprichos de momento ou de entusiasmos doutrinários de ocasião.

Em Euclides da Cunha, o pessimismo diante da miscegenação não foi absorvente. Não o afastou de todo da consideração e da análise daquelas poderosas influências sociais a cuja sombra se desenvolveram, no Brasil, condições e formas feudais de economia e de vida já mortas na Europa ocidental; traços aparentemente cacogênicos mas, na realidade, de patologia social, que o isolamento de populações, no sertão e mesmo nas proximidades do litoral, conservaria até aos nossos dias. Aqueles fazendeiros do sertão que o escritor

conheceu a usufruírem “parasitariamente as rendas das terras dilatadas sem divisas fixas”, eram bem o prolongamento, no espaço e no tempo, dos sesmeiros da colônia. Uns e outros, senhores de escravos ou de semi-escravos “perdidos nos *arrastadores* e mucambos”. Semi-escravos, os dos sertões, “cuidando a vida inteira, fielmente, os rebanhos que lhes não pertencem”. (*Os sertões*, 3ª ed., pág. 122).

Aliás, é possível que o movimento messiânico de Antônio Conselheiro tenha tido alguma coisa da revolta de oprimidos entrevista apenas por Euclides. Foi assim que Canudos ficou para a opinião europeia mais aguçada no diagnóstico de revoluções exóticas: como revolta de classe oprimida. A resenha do Hachette, de Paris, para o ano de 1897, pode ser considerada típica daquele diagnóstico quando faz do Conselheiro – um dos raros sul-americanos que alcançaram então fama mundial – curiosa figura de profeta que pregava “le communisme en même temps que le rétablissement de la monarchie...”

O aspecto “comunista” e ao mesmo tempo “monarquista” encontra-se noutros movimentos brasileiros do século XIX, classificados vagamente como surtos de misticismo doentio entre grupos isolados: sertanejos do Nordeste, restos de quilombolas, “fanáticos” do Contestado, europeus mal assimilados pela civilização brasileira do litoral. Entre os últimos, os colonos alemães e os descendentes de alemães que, ainda sob a Monarquia, esboçaram, perto de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, o seu Canudos ou a sua Pedra Bonita, o seu Quebra-Quilos ou a sua guerra de Cabanos, tendo por profeta uma mulher: Jacobina Mentz. E por ideal de organização social, certo comunismo cristão a que talvez não fossem estranhos sugestões dos Mórmons e restos de influência da tentativa de colonização socialista do dr. Mure, em Santa Catarina.

O próprio aspecto de sebastianismo político do movimento de Canudos – exagerado na época pelos devotos da República mas desprezado hoje pelos estudiosos daquele capítulo dramático de histó-



ria brasileira — está a pedir a atenção de algum pesquisador mais pa-chorrento que se disponha a acompanhar — tarefa difícil — a atividade de agentes ou de simples amadores da restauração monárquica no nosso país, nos fins do século passado e nos começos do atual. Agentes ou amadores a quem a revolta do Conselheiro talvez tenha se apresentado como força de fácil utilização política. Tais agentes e amadores não só existiram como atuaram, às vezes inteligentemente, a favor de sua causa. E sua atividade — se não francamente política, de sondagem pré-política das condições brasileiras e de colheita de dados para o que se pode hoje denominar de economia ou sociedade planificada dentro da concepção monárquica de reorganização da vida nacional (pois a tanto se estendeu o preparo para a restauração do Império no Brasil na pessoa do Príncipe Dom Luís, a quem não faltavam idéias moderníssimas de governo junto com o senso político, o gosto de ação e o entusiasmo pelas coisas brasileiras) — foi até ao interior do Brasil. Foi até ao estudo metuculoso e literalmente germânico de zonas remotas que somente agora estão interessando de novo aos responsáveis pela política e pela administração do nosso país. E foi até a tentativas francas ou sutis no sentido de atrair grandes intelectuais do Brasil para a causa monárquica. Tentativas que alcançaram Oliveira Lima — que chegou a ser convidado pelo Príncipe para ministro das Relações Exteriores de um possível governo monárquico que da noite para o dia se estabelecesse no Rio de Janeiro — e se estenderam, de modo muito vago, ao próprio Euclides.

Admitido o aspecto vagamente político de Canudos — aquela mistura de “comunismo” com “monarquismo” — a verdade é que o movimento do Conselheiro foi principalmente um choque violento de culturas: a do litoral modernizado, urbanizado, europeizado, com a arcaica, pastoril e parada dos sertões. E esse sentido social e amplamente cultural do drama, Euclides percebeu-o lucidamente, embora os preconceitos cientificistas — principalmente o da raça —

lhe tivessem perturbado a análise e a interpretação de alguns dos fatos da formação social do Brasil que seus olhos agudos souberam enxergar, ao procurarem as raízes de Canudos.

A mesma lucidez afastou-o da exagerada idealização da atividade missionária e política dos jesuítas – organizadores de outros Canudos – na formação brasileira. Idealização a que se entregaram com toda a alma Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. A Euclides foi preciso ter havido o Anchieta – o mesmo Anchieta no qual os historiadores oficiais da expansão inaciana no Brasil colonial recusam-se a enxergar a figura máxima daqueles dias, do ponto de vista jesuítico – para que ele, Euclides da Cunha, se sentisse reconciliado com a Companhia de Jesus. Mas não nos antecipemos sobre este ponto.



Além de Orville Derby – que segundo Arrojado Lisboa teria fornecido a Euclides da Cunha notas valiosas sobre a geologia do Brasil (assunto em que o sábio norte-americano naturalizado brasileiro era mestre) – o autor de *Os sertões* teve em Teodoro Sampaio não só um colaborador mas um orientador no estudo de campo de geografia e de história geográfica e colonial do Nordeste; e talvez – me aventuro a acrescentar – um tradutor de trechos mais difíceis da língua inglesa, em cujo conhecimento parece que Euclides da Cunha era patrioticamente fraco. No seu “Terra sem história” (*À margem da História*, 1908, p. 21) surpreendo-o a traduzir *drinking, gambling and lying* por “bebendo, dançando, sambando”. Tradução demasiado livre.

Um crítico baiano, o senhor Carlos Chiacchio, destacou há pouco, em sugestivo ensaio – *Euclides da Cunha, aspectos singulares* (Bahia, 1940) – o auxílio prestado ao escritor de *Os sertões* por aquele seu amigo e, em certo sentido, mestre de geografia e de história – tanto quanto Orville Derby de geologia: Teodoro Sampaio. O próprio

Sampaio recordara, em artigo para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* (Bahia, 1919, p. 252): “Levou-me (Euclides) algumas notas que eu lhe ofereci sobre as terras do sertão que eu viajara antes dele em 1878. Pediu-me cópia de um meu mapa ainda inédito na parte referente a Canudos e vale superior do Vaza-Barris, trecho do sertão ainda muito desconhecido, e eu lho forneci...” E para Sampaio é que Euclides da Cunha foi lendo depois, aos domingos, “os primeiros capítulos, os referentes à natureza física dos sertões, geologia, aspecto, relevo”, escritos “naquela sua caligrafia minúscula”. Poupou, talvez, ao mestre de geografia a leitura das páginas mais acres de pessimismo sobre os povos híbridos.

Pedira ainda Euclides a Teodoro Sampaio “apontamentos históricos”, que – diz Sampaio naquele seu artigo – “eu assim como os possuía, enfeixados em cadernos de notas, de bom grado lhos fornecia, resultando disso, por acaso, esse manuscrito da lavra de nós ambos que o Instituto hoje possui, isto é, notas distribuídas em capítulos por mim escritos na primeira parte do livro, observações outras da lavra de Euclides, feitas com a mesma letra miudinha que ambos adotávamos para simples anotações”. Das notas de Teodoro informa o sr. Carlos Chiacchio que se referem a “cartas régias, roteiros, alvarás, crônicas de jesuítas, biografias, manuscritos, coloniais, múltiplos veiros, em suma, codificados em Casal, Accioly, Pedro Taques, Araújo Porto-Alegre, Alexandre Rodrigues Ferreira, pesquisas e documentos de institutos, bibliotecas, arquivos do Rio e Bahia, tudo isso esmerilhado, escoldrinhado, loteado e recolhido não em um ou dois ou três anos de afogadilho, mas longamente, metodicamente, pertinacissimamente”.

Juntando-se a colaboração do paciente pesquisador de geografia física e humana e de história colonial do Brasil que foi Teodoro Sampaio à do geólogo Orville Derby e, ainda, à orientação do psiquiatra Nina Rodrigues quanto ao diagnóstico do Conselheiro e dos fanáticos de Canudos, o próprio esforço de pesquisa de Euclides

nos arquivos da Bahia, e de campo, no interior do Estado, vê-se como é precária a posição dos que ingenuamente exaltam em *Os sertões* um livro improvisado. Nem improvisado nem fácil. Nem tampouco caprichosamente individual, de quem tivesse se retraído dos especialistas seus amigos ou conhecidos para escrever sozinho um livro de tamanha complexidade.

Nas suas pesquisas de técnico, no extremo Norte, Euclides da Cunha teve outro bom colaborador, este seu primo e, como Teodoro, amigo íntimo: o engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha.

Do então jovem engenheiro Pimenta da Cunha é que escreveu a José Rodrigues Pimenta da Cunha – pai de Arnaldo e tio de Euclides – o médico da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus: “A parte técnica da comissão foi muito principalmente obra sua. Foi talvez o anjo tutelar do chefe...” De modo que colaborações técnicas de amigos não faltaram ao grande escritor.

É de Euclides esta caracterização de sua própria vida: “romance mal arranjado”. Nesse “romance mal arranjado” um dos seus maiores consolos foi decerto o da amizade. Amizade que mais de uma vez se estendeu em colaboração ou em auxílio técnico dos amigos – dos mais jovens como dos mais velhos – nas pesquisas e nos trabalhos necessários a ensaios de modo nenhum improvisados. Raro o escritor, o artista ou o cientista que tenha tido amigos e colaboradores tão bons como os que Euclides da Cunha teve na Bahia e no Amazonas, em São Paulo e no Rio.

Nas suas viagens de aventura científica, à saudade dos filhos se juntou sempre a dos amigos: “as imagens dos amigos constantemente evocadas e cada vez mais impressionadoras à medida que se aumentam as distâncias”. E aos amigos – diz numa carta a Oliveira Lima – aos amigos “elejo-os sempre incorruptíveis confessores desta minha vida”. A Vicente de Carvalho escreve meses antes de ser assassinado no Rio: – “Tranqüiliza-me, homem! Imagina as atropelações em que vivo...”

# Euclides da Cunha e a arte do ensaio

MASSAUD MOISÉS

Como se sabe, a nossa *Belle Époque*, que um crítico rotulou de *Belle Époque Tropical*, desenvolveu-se entre os fins do século XIX e a Semana de Arte Moderna (1922). Durante essas poucas décadas, coexistiam, nem sempre pacificamente, vertentes do passado recente e outras que se inspiravam nas vanguardas européias pós-impressionistas. Vivia-se uma euforia sem precedentes, fruto de um sentimento de progresso que as várias iniciativas culturais evidenciavam: estava-se, contudo, na ante-sala da I Guerra Mundial. Dentre as novidades estéticas, os “ismos” que buscavam o domínio do cenário cultural, as novas formas de intervenção cultural, o ensaio passou a ocupar espaço relevante. Não só poetas e ficcionistas recorriam aos seus préstimos para irradiar o seu pensamento, como ainda houve quem lhe dedicasse um culto praticamente exclusivo.

O ensaio é, na oscilação dialética entre Ciência e Arte, ou entre o compromisso com a lógica objetiva e as pulsões do sujeito indagador, um exercício de liberdade. Não a liberdade sem rumo, paredes-

Massaud Moisés  
é titular de  
Literatura  
Portuguesa da  
FFLCH da  
Universidade de  
São Paulo,  
ensaísta,  
historiador e  
crítico literário.

meias com a anarquia, apontada para o absurdo, guiada pela imaginação para um horizonte incerto e vago. Mas a liberdade que, utilizando a um só tempo a inteligência analítica e a intuição criadora, busca o conhecimento da verdade nas suas mil formas, notadamente aquelas que escapavam ao cerco dos rígidos pressupostos ideológicos e das prescrições rasamente científicas. Afinal, viera a Psicanálise, e o mundo já não seria o mesmo: a invasão nos labirintos interiores correspondia a escancarar uma caixa de Pandora, dando saída para os monstros adormecidos desde tempos imemoriais, mas também convidava para ousados experimentos, que encontravam no ensaio o seu mais adequado meio de expressão.

Dentre os vários integrantes da nossa *Belle Époque*, Euclides da Cunha talvez seja quem levou mais longe as virtualidades do ensaio. Não obstante a sua unidade intrínseca, e mesmo estilística, o legado de Euclides da Cunha organiza-se em dois grupos, o primeiro representado pelas obras menores, mais ou menos contingentes, fruto da atividade jornalística, o segundo, por *Os sertões* (1902). Comparando-as, não se tem como escapar à impressão de que aquelas constituem afluentes da obra-prima, à qual o escritor deve a permanência do nome na história da cultura brasileira. Destinado – como outros entre nós, a exemplo de Raul Pompéia, contemporâneo e congenial tanto no temperamento como no desenlace trágico – a ser autor de uma única obra, nela se concentrou obcecadamente, transformando os demais textos em meras experiências de estilo e método. Não que sejam despiciendo em si, mas é inegável que, em face de *Os sertões*, emitem luz fria, de satélite. Ao redigir alguns deles no período em que labutava no erguimento da obra magna, Euclides como que estava à procura do assunto adequado à energia que neles palpitava; e ao arquitetá-los depois de *Os sertões*, fazia-o por uma compulsão que não dissimulava o quanto a criatura suplantara o criador. Breves e autônomos, foram mais tarde reunidos em livro, não sem mostrar,

apesar da homogeneidade da linguagem e da intenção, a origem circunstancial. O único livro que escreveu, porque o concebeu como tal, embora aproveitando material de reportagem, foi *Os sertões*: por uma como imantação transindividual, “estava escrito” que Canudos seria o *seu* assunto e *Os sertões*, a *sua* Obra.

Resultante de oito artigos publicados no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, entre 9 de julho e 9 de agosto de 1907, *Peru versus Bolívia* é o canto de cisne de Euclides. Como que exaurido pelas obras precedentes, notadamente *Os sertões*, aqui o autor, cedendo à historicidade da matéria, repete-se: na esteira da atividade jornalística, o assunto se lhe impõe de fora para dentro. A autocrítica do escritor, jamais desmentida, reconhecendo que

Estes artigos têm a valia da própria celeridade com que se escreveram. São páginas em flagrante. Não houve, materialmente, tempo para se ataviarem frases, expostas na cândida nudez de uma esplêndida sinceridade.<sup>1</sup>

ao contrário de exculpar a obra, acentua-lhe o caráter impessoal. Substancialmente, o estilo não se prejudicou por obedecer à pressa criativa do jornal, mas o flanco mais relevante dos artigos situa-se alhures. Até que, na linguagem, continuamos a presenciar os vôos de um estilista de raça; o problema está em que, restringindo-se a um tema histórico e momentoso – a questão de fronteira entre Peru e Bolívia –, comprometeu a faceta literária de sua visão do mundo, como parece admitir ao confessar que “estamos afeitos às deduções rispidamente matemáticas”.<sup>2</sup> Aos artigos, falta a chama, o fervor, de resto imaginário, que anima os escritos anteriores, em escala ascendente, coroada pelo *Os sertões*.

*À margem da História* (1909) acusa, na variedade temática e estilística, um como bater de asas frenético para ganhar espaços mais amplos, no rumo da obra-prima. Livro póstumo, mas organizado e revisado pelo autor, fragmenta-se em quatro partes: a primeira, em tor-

<sup>1</sup> Euclides da Cunha, *Peru versus Bolívia*, Cultrix / INL, S. Paulo / Brasília, 1975, p. 134.

<sup>2</sup> *Idem*, *ib.*, p. 129.

no da Amazônia; a segunda, “Vários estudos”; a terceira, “Esboço de história política”; e a última, “Estrelas indecifráveis”. Relativamente a *Peru versus Bolívia*, é indiscutível o progresso, ao menos da perspectiva estritamente literária, mas não creio ser “o título mais importante da bibliografia de Euclides, depois de sua obra-prima”.<sup>3</sup> Quer pela matéria, quer pela expressão, nota-se uma dicotomia que somente se desfez em *Os sertões* e, de certo modo, em *Contrastes e confrontos* (1907). Ao enfeixar os ensaios sob o título de *À margem da História*, Euclides como que pretendia assinalar que os temas ladeavam a História; involuntariamente, porém, denunciava o desligamento de uma sujeição que lhe afetava a vis literária: *à margem* porque “à beira” e porque “fora”, “marginal”.

Tal consciência, ainda que relativa, de a História não lhe ser precisamente a estrela polar, se manifestaria por meio de uma auto-análise em que vemos emergir o binômio caracterológico no qual se ampara sua visão do mundo. As duas faces de Euclides se escancaram de modo franco:

<sup>3</sup> Rolando Morel Pinto, introdução a Euclides da Cunha, *À margem da História*, S. Paulo / Brasília, Cultrix / INL, 1975, p. 10.

Sou o mesmo romântico incorrigível. A idealização submeto-a aos estudos mais positivos, envolvo-a no cilício dos algarismos, esmago-a ao peso das indagações as mais objetivas – e ela revive-me, cada vez maior, e triunfante.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Euclides da Cunha, *Obra completa*, 2 vols., Rio de Janeiro, Aguilar, 1966, vol. II, p. 690.

Poesia e Ciência, que a crítica tem reconhecido ser o suporte fundamental da obra euclidiana, revelam-se nessa confissão libérrima, Poesia e Ciência que correspondem a Idealismo e Realismo, núcleos de compreensão do mundo e estacas metodológicas, ou Subjetivismo e Positividade, ou Romantismo e História. E quando, ante o espetáculo deslumbrante da Amazônia, comenta: “Há uma hipertrofia da imaginação no ajustar-se ao desconforme da terra, desequilibrando-se a mais sólida mentalidade que lhe balanceie a grandeza”,<sup>5</sup> estava cunhado o emblema que serve de fundamento à mundividência

<sup>5</sup> Idem, *À margem da História*, p. 27.



euclidiana: “hipertrofia da imaginação”, tendo por base e horizonte a própria realidade, vista de perto, ou ao alcance da percepção.

*Contrastes e confrontos* reúne artigos escritos e / ou publicados entre 1894 e 1906, inclusive o “Discurso de posse na Academia”, proferido em 1903. Aqui se encontra o melhor dos livros menores de Euclides, quer pelas qualidades já manifestas nas demais coletâneas, quer pelo à-vontade no exame dos assuntos e no manejo do idioma. Predomina a modulação literária sobre a científica ou histórica. E o próprio título assinala o desdobramento da tendência, que torna o autor único em nossa literatura, para a exploração das antíteses, não raro beirando o paradoxo ou o contra-senso. Por pouco, dir-se-iam esparsas as virtualidades que fizeram de *Os sertões* a obra incomparável que é: além da seca, “alma nacional”, seleção natural, nota-se a capacidade única de esboçar retratos em água-forte, como o do Kaiser, de Anchieta ou de Floriano, que se mostra nos seguintes traços:

passo tranqüilo e tardo, apertando entre o médio e índex um charuto consumido a meio, e seguindo isolado para outros rumos, impassível, indiferente, esquivo... (...) Impassível naquele estonteamento, superpôs ao tumulto o seu meio-sorriso mecânico e o seu impressionador mutismo. (...) a um tempo ameaçador e plácido, sem expansões violentas e sem um tremor no rosto impenetrável, desdobrando silenciosamente, diante do assalto das paixões tumultuárias e ruidosas, a sua tenacidade incoercível, tranqüila e formidável.”<sup>6</sup>

Aqui já se revela outra marca do escritor: o visualismo, um visualismo goyesco, frenético, de quem somente acredita no que vê, decerto porque cômico de a sua imaginação necessitar do apoio na realidade para se desgarrar: “escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra-a-terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais”.<sup>7</sup> A natureza, a terra, constitui outro pólo, aliás predominante, dessa obses-

<sup>6</sup> Idem, *Contrastes e confrontos*, S. Paulo / Brasília, Cultrix / INL, 1975, pp. 32 e 34.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 159.

são pelo visual, em descrições, como a do Amazonas, que permanecem indelévels na memória do leitor, fruto que são duma empatia de pintor expressionista. Fosse o caso de rastrear outros aspectos da obra, não se poderia esquecer a atualidade do pensamento de Euclides no que concerne a questões políticas, como a referente à expansão capitalista e a contrapartida socialista (“Um velho problema”), “o imperialismo nos últimos tempos dominante na política norte-americana”, num artigo (“Temores vãos”), porém, “citado como elogio insuspeito da civilização norte-americana”,<sup>8</sup> ou “o domínio impertinente da velha tolice metafísica, consistindo em esperarmos tudo das artificiosas e estéreis combinações políticas” (ibidem).

Se é certo que, no geral, como tem assinalado a crítica, a bibliografia euclidiana se compara à machadiana, também é verdade que nenhuma obra de nossas letras suscitou, como *Os sertões*, tantos e tão variados depoimentos.<sup>9</sup> Obra polimórfica, caleidoscópica, cada faceta descortina, nas suas flutuantes reverberações, perspectivas ilimitadas, por vezes contraditórias, tornando problemática qualquer síntese.

Ingressos na literatura “por acidente”,<sup>10</sup> *Os sertões* gravitam, como se sabe, ao redor de Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel), chefe carismático que reuniu em Canudos, em pleno sertão baiano, uma multidão de sequazes fanatizados por suas idéias místicas. Temerosos de que projetassem guerrear a República há pouco instalada, os governantes enviam a Canudos quatro expedições militares com o fito de neutralizar os supostos anseios monárquicos dos jagunços. A campanha de Canudos, que galvanizou o País durante meses (1896-1897), somente findou com a destruição do arraial de Canudos e a matança dos seus defensores.

Um palpitante acontecimento histórico serve, pois, de núcleo e motivo à obra. Além disso, o autor acompanhara, na qualidade de

<sup>8</sup> Olímpio de Sousa Andrade, *História e interpretação de “Os sertões”*, 3ª ed., S. Paulo, Edart, 1966, p. 273.

<sup>9</sup> Recorde-se, a título de exemplo, a “Semana Euclidiana”, realizada anualmente em S. José do Rio Pardo; e a *Bibliografia de Euclides da Cunha* (Rio de Janeiro, INL, 1971), preparada por Irene Monteiro Reis.

<sup>10</sup> Fábio Lucas, *Temas literários e juízos críticos*, Belo Horizonte, Tendência, 1963, p. 20.

repórter de *O Estado de S. Paulo*, as tropas enviadas para combater os fanáticos. Dos artigos estampados no periódico (entre 7 de agosto e 1º de outubro de 1897) e dos mais que neles não coube, e foi posteriormente acrescentado, brotaram *Os sertões*. À vista de circunstâncias nada vulgares, não há como fugir à indagação prévia: como classificar a obra?

Fundamentando-se na vária ciência do tempo, Euclides dá margem a que se enfoquem *Os sertões* do prisma antropológico, geográfico, sociológico, etc., ao mesmo tempo que a sua visão pessoal da questão de Canudos, incluindo esse mesmo suporte científico, empresta ao relato cariz literário. Não poucos, levados por esse viés estético, divisaram na obra uma estrutura de romance, chegando um crítico a defini-la como “uma narrativa heróica, uma epopéia em prosa, da família de *Guerra e paz*, da *Canção de Rolando* e cujo antepassado mais ilustre é a *Iliada* (...) é um romance-poema-epopéia”,<sup>11</sup> enquanto outro, repercutindo opiniões anteriores, considera o autor um poeta e sua obra, um “trabalho de fotoromagem e poesia”, mas termina por admitir, como outros já o fizeram antes, que se trata de “livro inclassificável, indefinido entre os gêneros (...) não cabe rigorosamente em nenhuma das classificações menos elásticas (...) nada de submissão a disciplinas, classes de conhecimento, gêneros e escolas literários”.<sup>12</sup>

Para mais confundir o panorama, o autor não esconde, ao longo do livro, que o considera articulado à historiografia, e seu papel, o de historiador. Ocorre, porém, que se debruça sobre a história contemporânea, faz reportagem, fruto mais do testemunho que dos documentos. As referências científicas, notadamente as vinculadas ao conhecimento da terra, auxiliaram-no a esclarecer os pontos obscuros da comoção histórica que presenciara. E o caráter literário do relato, evidente no estilo e na transfiguração imaginária, derivaria do próprio fato de ser história do presente.

<sup>11</sup> Afrânio Coutinho, “*Os sertões*, obra de ficção”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12.10.1952; in Euclides da Cunha, *Obra completa*, vol. II, pp. 57, 58.

<sup>12</sup> Olímpio de Sousa de Andrade, op. cit., pp. 341, 342.

<sup>13</sup> Escrevendo artigos de crítica à saída do livro, José Veríssimo (*Estudos de literatura*, 5<sup>a</sup> série, Belo Horizonte / S. Paulo, Itatiaia / EDUSP, 1977, p. 45) e Araripe Jr. (*Obra crítica*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1966, vol. IV, p. 92) já assinalavam que “é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista”; – “reúne a uma forma artística superior e original uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico”, “um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico, posto ao serviço de uma alma de poeta”.

<sup>14</sup> João Etienne Filho, pref. a *Euclides da Cunha*, 3<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Agir, 1976 (col. Nossos Clássicos).

Misto de imaginação e realidade, de fantasia e verdade histórica, como a crítica tem apontado,<sup>13</sup> nem por isso procede afirmar que *Os sertões* são inclassificáveis, ou nomeá-los de uma forma que, pretendendo detectar o perfil instável do conteúdo, apenas retarda o trabalho de localização no quadro dos gêneros. Se em nenhum dos ramos da árvore genealógica cabe situar a obra, não significa que a classificação se torna impossível. Sobretudo se encararmos o mapa dos gêneros como zonas estruturais e semânticas em permanente interação. Se não é pertinente falar em obra de ciência, ou em obra literária pura e simples; se as duas modalidades estão verdadeiramente presentes, as mais das vezes numa mescla compacta, é porque se trata de livro polivalente. No sistema dos gêneros, as obras dessa natureza estão contempladas com uma esfera particular, onde se movem as expressões híbridas, como o jornalismo, o ensaio, a própria historiografia, a autobiografia, o teatro, etc.

Dessas expressões fronteiriças, a mais polivalente é o ensaio, por se permitir mobilidade estrutural e temática, que acolhe qualquer outra manifestação (literária e não-literária) sem perder identidade: um ensaio pode ter zonas de clivagem poética ou romanesca ou teatral, assim como apelar para a ciência mais rigorosa, contanto que o seu caráter fundamental, traduzido no vocábulo que o denomina, se preserve.

A essa luz, não temos como repudiar a idéia de que *Os sertões* constituem um ensaio.<sup>14</sup> Ensaio antropológico, geográfico, sociológico, histórico, etc., em torno de Canudos. Ensaio porque a interpretação prevalece, ainda que repousando na estrita observância dos fatos. Nem romance, pois sua estrutura não autoriza que a tratemos como tal, nem ciência, em razão de a subjetividade presidir à visão dos acontecimentos. A “verdade”, se dela se pode falar, é subjetiva, provém menos dos eventos que da sua hermenêutica. E os eventos, no tocante a Canudos, igualmente se submetiam a uma escolha, de na-

tureza pessoal.<sup>15</sup> Mal comparando, teríamos uma “novela sem enredo”, expressão que Euclides emprega para rotular *Minha viagem ao Brasil tropical*, da Princesa Teresa da Bavária.<sup>16</sup> Novela sem enredo, porém é contra-senso, assinalando uma impossibilidade estrutural que a conciliação entre ficção e ciência objetivava anular. Pode ser que não almejasse escrever novela (ou romance), mas recusou-se a produzir obra de ciência: para adotar aquela alternativa, precisaria de uma intriga ou mais; para esta, de cingir-se impessoalmente à “lógica singela e forte dos fatos”.<sup>17</sup> Ficou no meio-termo, oscilante entre o respeito à História, como sucessão de efemérides, e o culto à Literatura, como transfusão da realidade por meio da fantasia. Ficou no ensaio, e como ensaio a obra deve ser examinada.

Ao julgar-se historiador, evidentemente Euclides norteava-se por uma concepção da História, inexpressa mas transparente, no modo como descreve a evolução dos acontecimentos. Temos a impressão de remontar, por insólita transplantação cronológica, à época dos cronistas medievais, Fernão Lopes à frente, para quem a verdade documental, ou testemunhal, não impedia o exercício da fantasia, seja na reconstituição das cenas, seja no emprego de recursos propriamente literários. Se nos historiadores da Idade Média é visível o impacto da ficção cavaleiresca, no repórter de Canudos se diria presente o influxo da narrativa histórica romântica, à Walter Scott e imitadores brasileiros e portugueses, herdeira, por sua vez, da novela de cavalaria.

Como se a História se resumisse na ficção que se realizou, dando margem a que a lenda e os fatos se confundissem, Euclides decerto não ignorava que esculpia a verdade à medida que penetrava no labirinto fatural: a verdade seria antes uma constrição mental que a verificação, em laboratório, das realidades dadas. A fusão do lendário com o histórico reflete-se na obra como simbiose entre a matéria do ensaio e a estrutura por meio da qual ganha corpo. A ambigüidade do assunto, que não se esgota no próprio relato, colabora para deter-

<sup>15</sup> Estudando os artigos aparecidos na imprensa em 1897, Walnice Nogueira Galvão (*No calor da hora*, S. Paulo, Ática, 1974) mostra como os acontecimentos geravam reações desencontradas – “galhofeiras”, “sensacionalistas”, “ponderadas” – dos repórteres, no geral mudos a respeito da morte sumária dos sertanejos que caíam nas mãos das tropas federais.

<sup>16</sup> Euclides da Cunha, “Um livro sobre o Brasil”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de fevereiro de 1898, apud Olímpio de Sousa Andrade, op. cit., pp. 157-158.

<sup>17</sup> Idem, *Peru versus Bolívia*, p. 127.

miná-la: afinal, que “inimigo” era aquele que se escondia, enigmáticamente, em Canudos? que desejavam? quantos somavam? que partes teriam com o diabo para lançar o pânico ao redor de si, “ameaçando” a Nação, a novel República?

Como se quisesse, à semelhança do cosmos dantesco, evidenciar a simbologia mística que latejava no interior da campanha de Canudos, Euclides dividiu o livro em três segmentos, a Terra, o Homem e a Luta. Em técnica cinematográfica,<sup>18</sup> a câmara do ensaísta movimenta-se lentamente, do litoral para o sertão, à maneira de um pássaro sobrevoando a vastidão que se descortina para quem abandona as margens oceânicas e se embrenha no rumo da caatinga. Na verdade, as três fases do vôo se interpenetram, como se a retina não se desprendesse das duas primeiras ao topar com a última, ou se projetasse no cenário da luta, qual *flashback* intermitente, a visão da terra e do homem. O andamento de cinema estrutura-se, realmente, sobre um silogismo perfeito: dadas as premissas da terra e do ser humano, a conclusão imediata é o arraial de Canudos e tudo o mais que desencadeou. Estrutura lógica, de engenheiro, faz que a terra, ocupando as páginas iniciais, se torne condicionante e protagonista: o deserto, tendo gerado Antônio Conselheiro e seus fanáticos, volve-se a sujeito da história desenrolada em Canudos. Homem e luta são decorrências da Geografia, eis a tese da obra:

<sup>18</sup> Olímpio de Sousa Andrade, op. cit., p. 255.

<sup>19</sup> Euclides da Cunha, *Os sertões*, 29ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, p. 44. As demais citações serão extraídas desta edição.

O martírio do homem, ali é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida.

Nasce do martírio secular da Terra...<sup>19</sup>

tese onde se percebe nítido o homem das matemáticas, armado de um saber enciclopédico, surpreendentemente reunido em tão pouco tempo e por alguém leigo em matéria antropológica, ecológica, sociológica, etc., posto a serviço de um propósito generoso:

o mais belo ideal da nossa engenharia neste século: a definição exata e o domínio franco da grande base física da nossa nacionalidade.

Aí está a nossa verdadeira missão.<sup>20</sup>

Levado pelo cientificismo em voga no tempo, com as suas “leis naturais”, Euclides acabou fazendo da terra verdadeira obsessão: a sua mundividência é, pode-se dizer, de base telúrica. Para tanto, recorre ao evolucionismo darwiniano, que confere ao condicionamento do meio foros de plausibilidade, mas que se transmuta em preconceito quando empregado maciçamente: a análise do homem gerado nesse quadrilátero hostil não esconde simplificações e generalizações que a ciência e mesmo o bom senso hoje rechaçariam veementemente. É certo que Euclides repudia as “fantasias psíquico-geométricas”, o “materialismo filosófico” (“O Homem”, II), mas também não se pode passar em julgado que, no estudo da gênese do jagunço, estas palavras lhe brotem da pena (*ibidem*):

O mestiço, – mulato, mameluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores (...) o automatismo impulsivo das raças inferiores.

Na seqüência desse mesmo cientificismo de historiador que se acredita positivo, Euclides lança mão de chavões naturalistas, como o divisar em tudo a “nevrose”, numa espécie de gosto pela teratologia psicológica que o induz a diagnosticar em Antônio Conselheiro uma “psicose progressiva”, a paranóia, a “tara hereditária”, para concluir que “a sua biografia compendia e resume a existência da sociedade sertaneja. Esclarece o conceito etiológico da doença que o vitimou” (“O Homem”, IV), de forma a vislumbrar no fenômeno místico de Canudos uma simples “psicose coletiva”, como se todos não passassem, afinal de contas, de Antônios Conselheiros em po-

<sup>20</sup> *Idem*,  
*Contrastes e*  
*confrontos*, p. 69.

tencial. O curioso é que, arrastado pelo instrumento hermenêutico que elegera, Euclides vê em Moreira César, chefe da primeira expedição, “um desequilibrado”, movido pela “fatalidade biológica”, vítima da “neurose”, a epilepsia (“Expedição Moreira César”, I). Como se não bastasse, ei-lo a enxergar uma psicose nacional em torno de Canudos: temia-se que se conspirasse contra a República. Suspendamos aqui o exame da limitação do cientificismo de Euclides, aliás, apontada pela crítica, em meio à concordância quanto a outros aspectos.<sup>21</sup> Se tais reparos procedem do ângulo científico, não procedem do ângulo literário: se fosse de obra científica estrita, as ressalvas seriam pertinentes; tratando-se de ensaio, e ensaio literário, não obstante os componentes científicos, mantém inalterado o contorno do problema.

Sem discutir a acusação de “nefelibatismo científico” (*Os sertões*, “Notas à 3ª edição”) que lhe atiram não poucos dos contemporâneos, diríamos que a ciência, incluindo a própria verdade documental, se punha a serviço de uma interpretação pessoal de Canudos. Ensaio que são, *Os sertões* servem-se do apoio científico para alicerçar uma visão, insofismavelmente polêmica, da grave crise histórica: longe de se restringir a um relato frio, o autor esgrime a sua perplexidade como se refletisse a “nevrose coletiva” que assolava o País. A parte da luta assinala, mais do que as precedentes, esse conflito interno que por certo registra não só o impasse do ensaísta perante o espetáculo presenciado e rememorado, como também o estado de ânimo do povo. A reação imediata, quase de estupor, de leitores e críticos da época, é sintoma dessa ambiência carregada de eletricidade, mesmo depois de encerrado o nefando capítulo histórico. Inclinado, por lucidez e honestidade, a ver os dois lados da questão – “a verdade é bifronte”, diz ele<sup>22</sup> – republicano e mesmo adepto dum vago socialismo, Euclides nomeia os sertanejos “rebelados”, “rebeldes”, “inimigos”, fazendo coro à “psicose coletiva” que lobrigava em Canudos uma formidável insurreição

<sup>21</sup> Olímpio de Sousa Andrade, op. cit., pp. 55, 225.

<sup>22</sup> Euclides da Cunha, *Peru versus Bolívia*, p. 59.



contra a República. E na mesma linha de raciocínio, volta e meia refere-se aos “nossos soldados”, “nossas descargas”, “nossas baixas”, “nossa bravura”, etc., como se os jagunços não fossem “nossos” e a guerra se travasse contra poderosos adversários alienígenas determinados a restaurar a extinta Monarquia.

A luta, a despeito do moderno aparato bélico (especialmente, é obvio, da parte das tropas legalistas), não dissimula um cheiro à guerra feudal: um vilarejo labiríntico, nascido por aglutinação caótica de seres irmanados na mesma fé (“O Homem”, V):

A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho (...) como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos...

é cercado por tropas que, adestradas para a guerra convencional, acabaram cedendo às manobras primitivas, como de feras acuadas, dos jagunços. Guerra do moderno contra o arcaico, em que a improvisação do fanático vence a ordem da caserna, até que os legalistas resolvem utilizar a própria estratégia do burgo assediado para destruí-lo impiedosamente.

Entre vencedores e vencidos, Euclides optou por fazer a história dos primeiros, porque tudo o arrastava para isso; é inegável, porém, que não o faz sem mergulhar num conflito íntimo, patente no decurso da obra. O historiador não oculta conhecer mais o que se passa do lado das tropas, e limita-se a depreender, com base em informações e reações indiretas, o que acontece no recesso de Canudos. Os jagunços, no entanto, é que são os protagonistas centrais do relato. E talvez por isso, salta por vezes da pena do ensaísta um sentimento mais fundo, sem dúvida o seu sentimento pessoal ante a hecatombe inútil, onde a perplexidade individual e coletiva se escancara (“Quarta Expedição”, V):

Os matutos broncos foram varridos cedo, – surpreendidos, saltando estonteadamente das redes e dos catres miseráveis, – porque havia pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se batera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana...

Afinal, quatro expedições foram necessárias para arrasar Canudos; no derradeiro ato, após ter se revelado inócuo um recurso extremo (“Últimos dias”; V):

As bombas de dinamite (foram arrojadas noventa nesse dia) estouravam de momento a momento, mas com absoluto insucesso. Adicionaram-se-lhes outros expedientes: latas de querosene derramadas por toda a orla da casaria, avivando os incêndios.

Canudos entrega-se, mas sem render-se:

Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Para o teatro da carnificina, Euclides levou escassos instrumentos científicos, como declara logo às primeiras páginas de “A Terra”, mas ainda conduzia, porventura sem o saber, uma vibratibilidade nervosa, espasmódica, de hipersensitivo, e um estilo correspondente. daquelas nos dão conta as biografias, mesmo as que se propõem retratar fielmente o escritor como homem; esse, chamando a atenção por inusitado e opulento, tem sido objeto de numerosos estudos, praticamente desde a publicação da obra. Se o estilo é o homem, como preconizava Buffon e outros na sua cola, aqui se encontra um raro exemplo de coerência entre compleição psíquica, existência e

linguagem. Dir-se-ia que o determinismo, no qual Euclides sustentava suas teses, se realizava em si próprio: as marcas de estilo refletem um caráter perfeccionista, inquieto, que o desenho biográfico mostra à saciedade. E refletem, acima de tudo, uma visão específica do mundo, porquanto estilo e cosmovisão se entrelaçam, solidariamente.

Vocabularmente exuberante, centrado na adjetivação — “adjetival”<sup>23</sup> — o estilo de Euclides é bem o de um ensaísta literário, não obstante histórico o assunto da obra. A tal ponto que, flexuoso e sincopado, atrai o olhar sobre si, fazendo esquecer o conteúdo que veicula. Ou nos concentramos no espetáculo da linguagem, ou, por esforço da vontade, na segunda ou terceira leitura, buscamos as informações transmitidas. No geral, vinga a primeira hipótese, tornando o assunto, ao menos em pormenores, secundário, na razão direta de, sendo histórico, pertencer a um passado cada vez mais longínquo (ainda que de penosa memória) e seu recheio científico ir sendo ultrapassado. Nesse predomínio gradativo do tempo sobre as determinações circunstanciais, vislumbra-se a vitória do aspecto literário sobre os demais: parece que *Os sertões* se vão mostrando progressivamente literários, à proporção que o tempo flui, como se a lenda, metamorfoseando a História, aos poucos impusesse o seu fascínio. Mesmo porque, se a veracidade histórica de Canudos incomoda, o rosto do enigma, que a arte literária fixa e conserva, é mais suportável.

Ao prevalecer o *discurso* sobre o *relato histórico*, para empregar a dicotomia proposta por uma lingüista,<sup>24</sup> ou seja, com a primazia do “eu” sobre o “não-eu”, do tempo presente do narrador sobre o pretérito da cena histórica, Euclides fez de *Os sertões* uma obra de engenharia, edifício de palavras à maneira de uma ponte ou de uma sede de *forum*. De onde a obsessiva presença da descrição como instrumento de representação do real, diretamente relacionada com o feitiço da terra. A tal ponto que o panorama geográfico justifica, a seu ver, “os exageros descritivos — do gongorismo de Rocha Pita às extravagâncias geniais de Buckle — que fazem deste país região privile-

<sup>23</sup> Wilson Martins, “O estilo de Euclides da Cunha”, *Anhembi*, S. Paulo, vol. VIII, nº 24, nov. 1952, p. 471.

<sup>24</sup> Emile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1966, pp. 238-245.

giada, onde a natureza armou a sua mais portentosa oficina” (“A Terra”, I). A reminiscência de Rocha Pita, além de pertinente ao assunto, testemunha uma espécie de reconhecimento, indireto, de semelhanças: embora sem derramamentos gongorinos, Euclides não se forra de uma exuberância que, de um modo ou outro, recorda o historiador ufanista do século XVIII. Vejam-se, à guisa de exemplo, alguns fragmentos (“A Terra”, I, II e V), onde se diria o narrador estancar nas reticências a euforia que Rocha Pita apenas traduziria com mais superlativos em cadeia:

E o observador que seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam, em contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...

À luz crua dos dias sertanejos aqueles cerros aspérrimos rebrilham, estonteadoramente – ofuscantes, num irradiar ardentíssimo... [...]

Em roda uma elipse majestosa de montanhas... [...]

E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono.

Essa prodigalidade nervosa do estilo traduz um gosto meio mórbido pela “escrita artística”, de que os Irmãos Goncourt se tornaram campeões na época, resultante de o escritor levar o culto da palavra preciosa a uma paixão que divisa o seu limite no próprio exotismo vocabular. Algo como um ourives parnasiano torturado pelo anseio da jóia rara e única, alquimista em busca do ouro verbal. E que escreve, verdadeiramente, menos como um poeta que como um pintor: estilo de expressionista, ou, se se quiser, de alguém que oscila entre expressionismo e impressionismo”,<sup>25</sup> como se pode ver nas descrições (“Travessia do Cambaio”, IV):

Tingira-se a água impura da lagoa do Cipó e o sol batendo de chapa na sua superfície, destacava-a sinistramente no pardo escuro da terra requemada, como uma nódoa amplíssima, de sangue...

<sup>25</sup> Franklin de Oliveira, in *A literatura no Brasil* (dir. de Afrânio Coutinho), 3 vols., Rio de Janeiro, Sul-Americana / S. José, 1955-1959, vol. III, t. I, p. 301.

ou nas descrições-narrações (“Quarta Expedição”, VI):

Assim foi, e quando o ferro embotado lhe rangia nas cartilagens da glote, a primeira onda de sangue borbulhou, escumando, à passagem do último grito gargarejando na boca ensangüentada:

“Viva o Bom Jesus!...”

onde o colorido intenso do vermelho é nota sintomática. Difícil afastar a hipótese de que a imaginação participava ativamente na visão que o escritor tinha da realidade, e o “profundamente humano” que buscava detectar no âmago das coisas e seres. Nem se poderá objetar que reconstituía informações vivas, de participantes ou testemunhas dos eventos, porque, mesmo em tal conjuntura, é flagrante a presença dos estilemas peculiares ao ensaísta: a verdade dos fatos, quando dela se trata, passa pelo filtro de um temperamento, obcecado por erigir uma obra de arte que permanecesse pelo brilho da forma.

Pintando com as palavras, Euclides como que procurava um estilo em literatura, em que a metáfora cedesse vez à imagem plástica, quase unívoca na sua representatividade isomórfica. Nada mais literário, entretanto, que essa busca do “objetivo”, como se nota não só nas descrições, como em cenas de combate que se diriam fictícias, ou nos vários diálogos que entremeiam, narrativamente, dramaticamente, o ensaio. E nos passos em que o ingrediente dissertativo, aliás requerido pelo caráter ensaístico do relato, interrompe-lhe o fluxo para deixar espaço à intervenção direta do autor, este parece consciente de não ser tão científico como talvez desejasse (“Nova Fase da Luta”, I):

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Etc.

Tanto assim, que, páginas adiante, diz:

Sem a preocupação da forma, sem fantasias enganadoras, aqueles cronistas rudes deixavam por ali, indelével, o esboço real do maior escândalo da nossa história.

não sem trair o desejo recôndito, mas irrealizado, por visceralmente paradoxal, de ser um cronista rude, “sem fantasias enganadoras”. Não havia, porém, como fugir à sensação de que o cenário da tragédia parecia “ficção estupenda”, a ponto de a própria indeterminação urbanística de Canudos se afigurar fictícia, ou sugerir um lugar onde a fantasia se misturava à realidade: não estranha, assim, que o relato, a despeito de intencionalmente realista, tombasse no literário; a dualidade é do próprio assunto, e o ensaio reflete-o.

Já no título se manifesta o tom ambíguo da obra: por que *Os sertões*, quando o singular reunia a preferência dos contemporâneos – *Sertão*, de Coelho Neto, *Pelo sertão*, de Afonso Arinos – e ainda permaneceria na fábula-estuário de Guimarães Rosa (*Grande sertão: Veredas*)? Reminiscências de *Os lusíadas*? Pretenderia escrever nossa epopéia, nossos “Brasileidas” ou “Brasilíada”? Teria razão o crítico que entreviu na obra uma “epopéia em prosa”?

À luz das considerações precedentes, parece que o título, se reflete alguma empostação camoniana, é às avessas: uma epopéia de nossa realidade, sendo possível, seria, por “antífrase infelice”, anti-*Os lusíadas*. Canudos, palco de turbulento capítulo de nossa história, é por natureza anti-heróico. Capítulo tenebroso, somente podia gerar uma antiepopéia, protagonizada por um anti-herói, seja na figura de Antônio Conselheiro – que por sinal é praticamente invisível, restringindo-se a ser nume inspirador, catalítico, na massa fanática de Canudos – seja da multidão de sertanejos. Se, de fato, “há, em Euclides, como sinal de sua concepção mítica do universo, uma tendência

constante para a antropomorfização”,<sup>26</sup> vê-se que o mito se converte no contrário: o mito da nacionalidade se manifestaria no duelo entre o litoral e o sertão, portanto, na luta fratricida entre as forças arquetípicas que sustentariam a história pátria. Mito que se nega como tal, ou mito da negação, – ao expô-lo num ensaio denso e brilhante, Euclides na verdade recusava a hipótese de possuímos uma epopéia, uma vez que a nossa história, na sua página mais trágica, e “épica”, é uma mancha negra. Sua tese é de que nos desconhecemos, desconhecendo as forças que nos impulsionam historicamente, pois na guerra de Canudos estavam em jogo mais do que a persistência da República contra uma hipotética restauração monárquica: estaria em jogo o próprio dualismo de nossa psique estampado no conflito entre o litoral e o sertão.

De onde não haver exaltação – salvo dos sertanejos em momentos de bravura e denodo – porque ali floresceriam as latências de nosso psiquismo, incompreendido pelos que, aglomerados em cidades, julgam que o sertão é a barbárie. De onde, ainda, não haver vencedores nem vencidos, ou melhor, perdeu a Pátria, mal servida por filhos que se destroem mutuamente. Antes que epopéia, *Os sertões* são um libelo contra nossa proverbial ignorância histórica, nosso autodesconhecimento, dado que só o autodesconhecimento justificaria uma campanha de aniquilação das forças mais lídimas da nacionalidade: quase um suicídio, a dizimação dos jagunços constituía a destruição do nosso *animus* arquetípico às mãos de nossa *anima* histórica. Cidade *versus* sertão, civilização *versus* barbárie, eis o fulcro de *Os sertões*, mas invertendo a flecha semântica dos pólos: na verdade, se os sertanejos se comportavam como primários, sem lei que não os instintos, os soldados revelavam-se, por baixo do uniforme, sangüinários amorais.

Em suma, *Os sertões* anunciavam o término do ciclo romântico de nossa visão idílica da história pátria. Iniciava-se a hora da verdade, com a derrocada “de um falso idealismo, que era a pior das idealiza-

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 302.

ções, porque era a idealização dos aspectos inferiores da nossa natureza”.<sup>27</sup> Na sua visão do mundo, o Brasil nacionalizava-se ao tomar consciência do seu *ego* dividido, e ao exprimir-se “pela linguagem mais épica que ainda se escreveu em prosa portuguesa”,<sup>28</sup> indicava a superação, ainda que parcial, dos vínculos com a literatura portuguesa. Vazado “em estilo brasileiro, com a ênfase, a truculência, o excesso, a exuberância, o brilho, o arremesso, a prodigalidade, a magnificência, que nos caracterizam e talvez nos singularizem no mundo”,<sup>29</sup> preludiava, na sua denúncia, o romance social dos anos 30: a revolução literária de 1922, inaugurando a modernidade, começa em 1902, com *Os sertões*.

<sup>27</sup> Euclides da Cunha, *Contrastes e confrontos*, p. 173.

<sup>28</sup> Afrânio Peixoto, *Poeira da estrada*, 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921, p. 69.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p. 73.



Ciclo comemorativo do  
centenário da publicação  
de *Os sertões*

# Por protesto e adoração

In memoriam de

*Euclýdes da Cunha*

---

15 de Agosto  
1909-1919



Edição do  
Grêmio Euclýdes da Cunha

# O movimento euclidianista

ALBERTO VENANCIO FILHO

**R**ecebi com satisfação o convite para participar do ciclo sobre Euclides da Cunha no centenário da publicação de *Os sertões*, discorrendo sobre o Movimento Euclidianista.

Pareceu-me, à primeira vista, que o tema caberia melhor como fecho do Ciclo, após a apreciação da vida e da obra, mas cedi aos argumentos do eminente Secretário-Geral Alberto Costa e Silva com a sugestão de que fizesse a conferência em *flash-back*, tal como o primoroso discurso de posse por ele proferido na sucessão do saudoso confrade Carlos Chagas Filho.

Escolhi o tema por vários motivos, mas especialmente como mais uma demonstração de um testemunho de acendrada admiração filial. A denominação de Movimento Euclidianista foi dada às atividades do Grêmio Euclides da Cunha criado por um grupo de alunos em 1911 no Colégio Pedro II. Sem embargo da atuação de outros ilustres brasileiros, foi Francisco Venancio Filho, juntamente com Edgar Sussekind de Mendonça, o grande líder desse movimento.

Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras no dia 19 de junho de 2001, abrindo o Ciclo comemorativo do centenário da publicação de *Os sertões*.

Reynaldo Porchat, eminente jurista, amigo de Euclides do tempo de mocidade, que com ele manteve extensa correspondência, primeiro Reitor da Universidade de São Paulo, no velório de Francisco Venancio Filho assim se expressou: “Francisco Venancio Filho foi o pedestal da glória de Euclides da Cunha.”

Disse Roquette-Pinto em sessão da Academia: “Do próprio culto à memória de Euclides da Cunha, grande traço de sua existência, Venancio fez surgir um movimento de educação cívica sem paralelo no Brasil, tornando a Cidade de São José do Rio Pardo um lugar de solenidades anuais do maior alcance social.” E Múcio Leão aditava: “Seu culto por Euclides da Cunha foi obsessivo, e acabou sendo a única verdadeira expressão de sua existência. Acredito que Francisco Venancio Filho não chegou a conhecer Euclides pessoalmente. Quando o escritor faleceu, assassinado, num mísero subúrbio carioca, Francisco Venancio Filho era ainda rapazinho e cursava o Colégio Aquino. Teria já, porém, à distância, a fascinação deslumbrada daquele incomparável mestre de estilo. Fui também, na adolescência um fascinado de Euclides da Cunha. Ora, desde que, em 1913, o Grêmio Euclides da Cunha saiu do Pedro II e veio para cá fora não teve servidor mais exato, mais pontual, mais piedoso do que Francisco Venancio Filho. Ele vivia buscando, pedindo, recolhendo, catando qualquer dado novo sobre o seu patrono. A mínima informação inédita sobre Euclides, ele a recebia como uma dádiva real. Qualquer artigo perdido, que de longe interessasse à obra ou à glória do mestre ele o recopiava com amor.” O interesse pela obra de Euclides da Cunha veio de alunos que assistiram às poucas aulas dadas pelo professor de Lógica, entre eles os irmãos Sussekind de Mendonça, Edgar e Carlos, filhos de Lúcio de Mendonça, grande escritor e jurista, fundador da Academia Brasileira de Letras. O episódio final da vida de Euclides foi o concurso para a cadeira de Lógica do Ginásio Nacional; seria o derradeiro, que iria pôr à prova também a amizade dos amigos. A perspectiva da cadeira seria

enfim a possibilidade de encontrar uma atividade segura em vida tão tumultuada, e a perspectiva de poder, afinal, consagrar-se aos planos literários que tanto acalentara.

Na vida cultural do país, porém, os concursos têm aspecto de lutas primárias, e muitas vezes pesam menos os méritos pessoais do que as considerações personalistas. Lança-se Euclides, na preparação do concurso, a uma revisão dos conhecimentos, revendo a leitura dos grandes filósofos. O resultado final coloca Farias Brito em primeiro lugar e Euclides da Cunha em segundo. Cabendo ao Governo, segundo a legislação em vigor, a escolha entre os dois primeiros candidatos, ocorreu período de disputa e de intrigas. Nessa ocasião, escreveu Euclides a João Luís Alves, então senador e seu velho amigo dos tempos de Campanha, solicitando a interferência e mencionando entre as várias propagações a de Farias Brito ter levado o amigo Carlos Peixoto, poderoso na época, à prova oral com o intuito de atemorizar a Congregação. À afirmação de que Rio Branco teria desde logo intervindo diretamente no caso recebe o desmentido da carta enviada a seu velho amigo da Academia de São Paulo, Francisco Veiga, pai de Edmundo Veiga, genro do Presidente Afonso Pena:

Petrópolis, 11 de junho de 1909.

Meu caro Veiga

Decide-se agora a escolha do lente de lógica para o Ginásio Nacional.

Não dei até aqui um passo em favor do Euclides da Cunha, por entender que ele não precisava disso. Agora, porém, que sei ter havido uma escandalosa cabala contra ele no seio da Congregação e que outros candidatos recorreram a padrinhos, ou “pistolões”, como diz o povo, sinto-me obrigado, sem pedido algum dele, a queimar o único cartucho em favor deste moço digno e puro, que é uma inteligência de primor.

A tal cabala fez com que o classificassem em segundo lugar, mas para a escolha deve-se ter em vista a qualidade dos que votaram a favor e contra, a

prova escrita dos dois classificados e os livros que têm publicado. Peço-lhe que faça pelo Euclides tudo quanto puder junto ao Presidente e ao Dr. Lira. (Tavares de Lira, Ministro da Justiça.)

Afinal veio a nomeação. Escragnolle Dória, ocupante interino da cadeira, despreveria a experiência fugaz do professor improvisado a quem antecedeu e sucedeu.

Regíamos a cadeira pela segunda vez, quando na quarta-feira, 21 de julho de 1909, Euclides apresentou-se para ocupá-la, dando a primeira aula na sala do 5º ano, gabinete de física e química. Nesta sala, apresentamos Euclides aos discípulos do 6º ano. Agradeceu-nos, pedindo-nos para assistir à lição inaugural. Falou toda a hora, pausado, baixo, naturalmente como professor novo, ainda hesitante na presença do assunto e dos alunos, mas sem aquele famoso carço alojado no fruto de tanta dicção magistral.

Tinha de dar pelo horário três aulas por semana, às segundas, quartas e sextas, das onze ao meio-dia. Deu dez aulas, de 21 de julho a 13 de agosto, sexta-feira que foi a última.

O grupo de estudantes deixa o Ginásio Nacional e resolve dar cu-nho nacional ao Movimento, chamando para presidente honorário Alberto Rangel, o grande amigo de Euclides, companheiro da Escola Militar, cujo livro *Inferno Verde* foi por ele prefaciado. Alberto Rangel iniciou formalmente as atividades do Grêmio em 15 de agosto de 1913, na sepultura 3226 do Cemitério São João Batista, onde ficaram os restos mortais de Euclides até serem trasladados para São José do Rio Pardo:

Quisestes acreditar nas forças do bem, da razão e da justiça. Afogados no tranqüibérnio de uma nação espasmada no vício, na mediocridade e no esquecimento, a vossa juventude e a vossa crença reclamavam um consolo e um punhado de PROTESTOS. Na vossa ADORAÇÃO não afiançais so-

mente uma supervivência. Aproximastes-vos deste túmulo com a cega piedade de peregrinos de Meca e a sede ardente de reclamantes por uma reparação necessária e infalível.

As palavras de ordem *Por protesto e adoração* seriam o lema que dirigiria por trinta anos as atividades do Grêmio Euclides da Cunha.

A primeira manifestação de estudo da vida e da obra de Euclides da Cunha foi o discurso de posse de Afrânio Peixoto nesta Casa, na sucessão da Cadeira nº 7, dois anos após a morte. Falaria da “bravura improdutiva e arrogante, aquele amor do gesto vistoso e da palavra sonora, aquele despreendimento das utilidades e conveniências, contidos dentro de timidez que antes era suspeição tácita da inferioridade dos outros, de modéstia, que era apenas a consciência segura de um justo orgulho, e que sintetizam a sua vida ruidosa e vazia, gloriosa e desaproveitada, admirada e desquerida”.

Analisando a obra, diz:

Euclides da Cunha, pois que teve caráter, devia ser um estilista. No seu estilo, como naquele caráter, havia, porém, qualidades impetuosas e dominadoras que lhe criariam, desde logo, um círculo enorme de submissões simpáticas e de irrefletidas admirações.

E mais adiante:

Aclamaram-no, sem mais, simultaneamente, geógrafo, geólogo, etnógrafo, sociólogo, filósofo, historiador, estrategista, engenheiro e estilista principalmente, ...mas não perceberam o conteúdo das idéias nem tocaram no valor do seu quilate...

Concluiria, afinal: “Foi o primeiro bandeirante dessa entrada nova pela alma da nacionalidade brasileira. Seu nome ficará até lá onde foi ter o seu arrojo e a sua ambição.”

O Grêmio passa a promover todos os anos no dia 15 de agosto, data da morte, na Biblioteca Nacional, conferências de estudo da vida e a obra de Euclides da Cunha. Em 1913 Coelho Neto trataria das “Feições do homem”, relatando episódios reveladores do temperamento esquivo e retraído de Euclides. O primeiro, o encontro em Campinas em 1902, onde então morava o escritor do *Rei negro*, levado por César Birrenbach para a leitura de páginas de *Os sertões*, ainda inéditas. Disse Coelho Neto ao chegar o visitante:

Baixei o olhar e dei com um homenzinho seco, mal enjorcado em andaina de brim escuro, sobraçando um rolo; rosto moreno, arestoso como falquejado em vinhático, queixo enérgico, olhar duro, que passara por baixo de meu raio visual, e, diante de mim, militarmente aprumado, como em continência, encarava-me hostil.

Euclides começou a leitura e Coelho Neto logo levantou-se para apanhar um pote de fumo. De repente vê Euclides saindo pela porta afora, e na calçada César Birrenbach dando gostosas risadas; retorna explicando que tinham convencido a Euclides que toda vez que o escritor desejava se livrar de um importuno apanhava um pote de fumo. A muito custo Euclides voltou de noite, já agora com um pequeno maço de páginas que encantaram a Coelho Neto, que descreve a seqüência:

Terminada que foi (a leitura), enrolou as páginas, amarrou-as e, indo e vindo ao longo da sala, pôs-se a falar do sertão e do sertanejo: com largueza de traços ele desenhava a imensidão deserta, ora rasa, em planura amarelenta e seca na qual avultam rochedos nus, disseminados, semelhando, à distância, um rebanho prófugo de elefantes, ora eriçada em alcantis, espigada em penhascos arestosos, vertebrada em muralhas escalonadas, a um só lado ou aos dois, em paralelas, apertando desfiladeiros e tudo, terra e rochas, arrendo a um sol implacável.



Relata como foi salvo o capítulo “Judas Ahsverus” de *À margem da História*. Parecera a Euclides uma nota dissonante na austeridade daquelas páginas, aquele parêntese doloroso, e comunica que vai eliminá-lo do livro. A Sra. Coelho Neto, ouvindo-o, protesta contra a supressão, e só diante de insistências reiteradas Euclides mantém o texto. Anos depois, na residência da Rua do Rocio, rua que hoje tem o nome de Coelho Neto, Euclides se vira para a mulher do escritor, D. Gabi, e pergunta se ela lera trecho da *História da literatura inglesa*, de Taine, em que o pássaro, fugindo das agruras do inverno e do mau tempo, se refugia temporariamente numa morada, para logo depois voltar ao seu pouso. E Euclides acrescentaria: “Eu sou como o pássaro do livro de Taine.”

Oliveira Lima também daria as suas recordações pessoais. Recebera *Os sertões* quando veraneava perto do vulcão fumegante do Asamayama, no Japão e comenta:

Li-o, não de um trago, mas de muitos tragos, porque não é muito fácil a absorção daquele licor acre e inebriante. Não sei se influenciando a sugestão do meio, achei o livro vulcânico, isto é, impetuoso e explosivo; interessante, porém, e sugestivo ao extremo. Pareceu-me uma pequena revelação literária, a mais notável que eu jamais presenciara em minha terra.

Refere-se à correspondência, na qual “se encontraria – ainda melhor desenhada do que nos seus livros, mesmo porque ele possuía o talento, raro no Brasil, pela falta de exercício, da epistolografia – a sua personalidade curiosa e atraente, enquanto à primeira vista pouco expansiva”. Coube a Roquette-Pinto pela primeira vez analisar os aspectos científicos na conferência “Euclides da Cunha naturalista”, pronunciada em 1917. Começaria dizendo:

Cada brasileiro que sabe ler, ai! de nós, somos tão poucos ainda, poderia repetir aquela invocação que o Goethe põe nos lábios do sábio remoçado,

sempre que, finda a leitura, cerrasse certas páginas de Euclides. Não há, nem houve, e nunca haverá quiçá, quem descreva a natureza do Brasil de maneira tão formidável.

Assim era Euclides da Cunha. Para ele a natureza do Brasil era global; só a via em conjunto.

Entre falhas de *Os sertões* aponta Roquette-Pinto as teorias do autotocnismo do homem americano, o esmagamento das raças fracas, os males do cruzamento, teorias que na época de Euclides eram as teorias científicas dominantes, só posteriormente superadas e substituídas por outras mais modernas.

*Os sertões* – não é um volume de literatura; é um livro de ciência e de fé. E são essas as duas molas que faltam para o desencadear da nossa cultura popular, crer e aprender!

E conclui:

E quando o desânimo te infiltrar o coração, procura Euclides, ele te mostrará, com verdade e fulgor, o mundo de que és dono. E tu, meu irmão, como o Fausto da lenda medieval, erguerás de novo o grito da esperança:

– Espírito sublime! Permitistes que eu lesse no seio profundo da minha terra como no peito de um amigo; revelastes as forças secretas da minha própria existência.

Em 15 de agosto de 1919, Afrânio Peixoto pronunciava conferência sobre o “Dom e arte do estilo”, desenvolvendo idéias expostas quando da posse na Academia. Começava dizendo que:

Euclides da Cunha deve ser louvado não com epítetos, mas na sua obra, no seu grande livro, no mérito incisivo dele, pelo qual tocou e prendeu a alma nacional, o estilo com que conseguiu reunir a atenção dispersa e interessar a esquiua curiosidade do Brasil.

Compara *Os sertões* ao livro de Sarmento Facundo e comenta que, conversando com ele certa vez, quando se comentava a possível designação para Ministro do Brasil no Paraguai, insistiu para que aceitasse a função, porque certamente traria um novo livro, *um Sarmento com estilo*, prodigiosa réplica a *Os sertões*.

Analisa dois estilos, pondo lado a lado a descrição do estouro da boiada, a de Euclides da Cunha em *Os sertões*, e a de Rui Barbosa em conferência em Juiz de Fora, em 1910, apontando as semelhanças e dessemelhanças. E fazendo o esboço da evolução literária do país, declara:

Nasce, então, o “nacionalismo brasileiro”, aponta a independência ou a aspiração de autonomia intelectual. Um livro os concretiza, a propósito de tema nacional, em que entra a terra do Brasil, o coração mesmo profundo deles, o Sertão do Brasil, a mais legítima gente brasileira.

O Grêmio promovia romaria ao túmulo de Euclides, anualmente, cada 15 de agosto com o convite a um orador. Ouçamos o orador de 1937, o grande escritor cujo centenário a Academia comemora, José Lins do Rego:

Desde que se tratava de Euclides da Cunha, não havia doença, perigo de saúde, compromissos para Venancio. Certa vez, estávamos em pleno domínio da reação fascista, Venancio Filho me procurou para me dizer que no cemitério de São João Batista haveria uma homenagem a Euclides da Cunha. Queria ele que um escritor da nova geração dissesse alguma coisa, para afirmar o ponto de vista do grande homem diante da opressão. E me disse: “Diga você alguma coisa sobre Euclides da Cunha e a liberdade”. E foi o que fiz. A vida de Euclides, o seu exemplo, o seu inconformismo, obrigavam-me a falar em liberdade numa época em que a palavra liberdade ofendia aos poderosos do dia como uma ofensa grave.

A publicação anual da Revista, a realização das conferências, a edição de “Castro Alves e seu tempo”, conferência pronunciada em 1907 a convite de estudantes do Centro XI de agosto da Faculdade de Direito de São Paulo, e a tentativa malograda de ereção do monumento da Babilônia, foram muitas das atividades a que o Grêmio se dedicou com afincio para perpetuar a memória de Euclides da Cunha.

Em 1920, pelas folhas de um jornal do Rio de Janeiro, um foliário tentou empanar a atuação do Grêmio, visando principalmente a figura de Francisco Venancio Filho. Com o advogado Humberto Blasi, o Grêmio e seu diretor foram a juízo, e obtiveram, por sentença de 29 de março de 1921, a condenação do articulista.

A atuação de Francisco Venancio Filho nessa matéria está intimamente relacionada à vida do Grêmio Euclides da Cunha, e não se poderá tratar da vida de um sem mencionar as atividades do outro. Embora não tenha sido fundador do Grêmio, nele ingressou em 1914, e no *Jornal do Commercio* desse ano publicava artigo esclarecendo a data exata do nascimento do escritor, objeto de controvérsia, com a certidão de nascimento.

Em 1915 divulgava o volume “Euclides da Cunha, notas biográficas”, com vinte e duas páginas, cometimento dado pelo Grêmio ao novo membro, representando síntese, com a análise dos principais aspectos da vida do escritor, e roteiro seguro para trabalhos posteriores.

Em 1931, na Coleção de Cultura Nacional da Academia Brasileira de Letras, dirigida por Afrânio Peixoto e que posteriormente ganhou o seu nome, publicaria o volume *Euclides da Cunha* (Ensaio bibliográfico). A coleção fora inaugurada com o livro do organizador sobre Castro Alves, constituindo o trabalho de Francisco Venancio Filho o segundo volume. O livro é dedicado a Afrânio Peixoto mestre e amigo e embaixo do nome do autor constava a indicação “do Grêmio Euclides da Cunha”. Era trabalho mais amplo, apresentan-

do excelente material iconográfico, capítulo das efemérides euclidianas, bibliografia e capítulo final sobre os juízos e depoimentos.

Posteriormente, em 1940, pela Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, publicava o livro mais substancioso *A glória de Euclides da Cunha*, dividido em três partes: a primeira, a vida e a obra; a segunda, fontes de estudos; e a terceira, a repercussão da obra.

Anteriormente, também pela Coleção Brasileira, em 1938, divulgava o volume *Euclides da Cunha e seus amigos*, compilando a correspondência até então conhecida. O livro continha substancioso prefácio, descrevendo as relações de Euclides com os principais amigos, dizendo ao final que:

Faltam ainda a esta coleção muitas mais [cartas] que devem existir nos arquivos de Rio Branco, Gastão da Cunha, Afonso Arinos, Waldomiro Silveira e outros mais. É de se esperar que aqui possam ainda figurar um dia.

As cartas de Euclides da Cunha a Rio Branco guardadas no Arquivo Histórico do Itamaraty viriam a ser publicadas por Francisco Venancio Filho na plaquete *Euclides da Cunha e Rio Branco*, como também por seu intermédio foram recolhidas as vinte cartas de João Luís Alves oferecidas pela viúva desse político.

Nesses dois livros encontra-se grande parte do material sobre Euclides da Cunha, em parte reproduzido nesta conferência.

Disse Alberto Rangel a propósito da correspondência:

São linhas íntimas. Na sua intimidade, porém, nada há que lhe diminua o espírito fulgurante e a dolorida sentimentalidade que as ditaram. Não podia ser de outro modo. Homens dessa natureza não têm altos nem baixos, conservando também, no obscuro bastidor das relações comuns, a integridade de suas nobres qualidades reais.

E acrescenta Francisco Venancio Filho:

Estas cartas completam o perfil do gigante de *Os sertões*. Se falta a elas o tom lírico, também ausente na sua obra escrita, estão bem presentes os traços de coração e da sua “meiga e profunda afetividade” nestas mensagens de carinho, que nunca suspeitaram a luz da publicidade.

Faltarão cartas de amor, mas para Euclides, mais do que para qualquer outro, estas não deviam passar de dois leitores, conforme a observação justa de Henry Bordeaux, e ele de certo não as escreveu...

Mas nestas cartas está todo o Euclides íntimo, no carinho com que pensava nos amigos, no cuidado com que atendia aos seus apelos, na preocupação com seus deveres e no escrúpulo em cumpri-los, nas suas angústias, nas suas mágoas, nas suas amarguras, sempre discreto e pundonoroso, no seu idealismo incurável e até no seu “pessimismo abominável”, como ele próprio dizia.

Fernando de Azevedo, na conferência “O homem Euclides da Cunha”, em homenagem a Francisco Venancio Filho, diria:

Amigo, Euclides da Cunha? Amigos de Euclides? Pois não. Ninguém o foi com mais fidelidade e mais calor; ninguém lhe levou vantagem na capacidade de atraí-los, conquistá-los e prendê-los. “Meiga e profunda afetividade”, era a de Euclides, no depoimento de Afrânio Peixoto; “amigo boníssimo”, chamou-lhe Firmo Dutra; “amigo tão seguro e de trato tão suave, na sua singeleza afetuosa”, observa, de sua parte, Domício da Gama; “é agreste”, reconhecia Coelho Neto; “fruto selvagem, de aparência hispida; descascado, porém, no âmago é um favo”. É que Euclides tinha o culto da amizade, colocava acima de tudo, de suas pretensões mais caras e de suas ambições mais legítimas, a dádiva preciosa de um coração aberto. Euclides dava-se a todos com essa aceitação e tolerância que não eram qualidades suas, mas se alimentavam da admiração e do culto da inteligência como do foco interior em que tomava consciência das afinidades eletivas. Gostava, por isto, de substituir a frieza e a troca protocolar por esses contatos, essas conversações espontâneas, de viva voz ou à distância, em que nada se pudesse ocultar a outrem, essas efusões depois das quais não fosse possível duvidar nem de sua nobreza de alma nem de sua sinceridade radical.

Afonso Arinos pai, certa vez, em entrevista a Homero Sena, publicada no livro *A república das letras*, falou de projeto de estudar as amizades na literatura brasileira, citando Tomas Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Basílio da Gama, Porto-Alegre e Gonçalves de Magalhães, e mais recentemente Machado e Mário de Alencar, Afonso Arinos e Eduardo Prado, Bilac e Alberto de Oliveira e, contemporaneamente, Monteiro Lobato e Godofredo Rangel, Antônio Torres e Gastão Cruels, Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, Gilberto Freyre e José Lins do Rego e poderíamos acrescentar o próprio Afonso Arinos e Pedro Nava, e Guimarães Rosa e o nosso queridíssimo confrade Geraldo França de Lima. Nessa relação, Afonso Arinos pai incluía as figuras de Euclides da Cunha e Alberto Rangel. Companheiros na Escola Militar, Alberto Rangel assistira ao episódio em que Euclides da Cunha, em 1888, se rebelou contra o Ministro da Guerra, Senador Tomás Coelho. Alberto Rangel descreveu como testemunha o episódio de rebeldia:

Era no pátio da Escola Militar da Praia Vermelha. Seguíamos em coluna, marchando em continência à suprema autoridade administrativa do exército: – o Senhor Ministro da Guerra. Não me lembro se o velho Pedro, o imperial valetudinário, dormitava em terra pátria ou se ainda sua filha despachava em São Cristóvão. Ao ministro acompanhava Gaspar Martins. Íamos marchando. Na correção dos uniformes e no polido das baionetas, a tropa de escolta seguia numa festa, no passo firme da ordenança. Eu ia no pelotão da cauda.

De repente, um aluno destacou-se da forma, à frente da coluna de marcha. Tentou quebrar ao joelho a carabina e atirou-a por fim aos pés do surpreso ministro. Mais adiante, ao toque de alto, a coluna parou; a outro toque, fez-se em linha; a outro, debandou.

Permaneceu mais tempo na vida militar do que Euclides da Cunha e quando a deixa, escreve o livro *Fora de forma*, editado na Ama-

zônia, hoje praticamente impossível de se encontrar. Félix Pacheco compara o estilo de ambos em *Dois egressos da farda*. Euclides prefacia o livro de Alberto Rangel *Inferno Verde* sobre a Amazônia, se interessando pela divulgação do livro, enviando exemplar aos amigos, solicitando-lhes que escrevessem a propósito e comentando em carta a alegria por causa do êxito.

Quando da morte de Euclides da Cunha, Alberto Rangel se encontrava na Europa, mas volta ao Brasil em 1912 e aceita fazer conferência em curso na Biblioteca Nacional, sobre os “Sertões brasileiros”, onde comenta a figura de Euclides da Cunha: “Euclides da Cunha, homem de bem e escritor de pulso, cujo sangue honrosamente derramado ainda não esfriou na saudade do remorso.”

Em 1913, 15 de agosto, se inicia a romaria à sepultura 3.026, onde pronuncia a oração de saudade, e à noite do mesmo dia, na Biblioteca Nacional, inicia a série de conferências com o título “Um pouco do coração e do caráter” que o Grêmio Euclides da Cunha promoveu e que seriam reunidas, em 1919, no volume *In memoriam – Por protesto e adoração*. Em 1915 o Grêmio Euclides da Cunha começa a publicação da revista anual, *Por Protesto e Adoração*, que durante 25 anos publicou material sobre a vida e obra de Euclides da Cunha, a correspondência, matérias todas visando homenagear o grande escritor.

O Grêmio pretendia erigir, no morro da Babilônia, um busto, cuja maquete de Correia Lima hoje se encontra nesta Casa. A esse respeito, em 1927, Alberto Rangel fala de Euclides da Cunha na Babilônia:

Ao pé da Urca e Babilônia em verdade se consolidou o espírito de Euclides da Cunha, nasceram os remígios de asa possante. Os seus primeiros pensamentos bem formados de poeta desabotoaram entre as penhas lavadas de areia salgada e logo tornaram a forma original, palpitante variada das criações de uma fauna marinha.



Forçado à atividade de engenharia, Euclides estava sempre à espera de poder abandoná-la, para dedicar-se à vida literária, mas seria um profissional competente. Nesse sentido temos o depoimento de nosso confrade Roberto Simonsen:

Conheci Euclides da Cunha em 1899 (aos dez anos). Engenheiro da Diretoria de Obras Públicas de São Paulo, da qual era Superintendente meu avô materno, engenheiro Inácio Wallace da Gama Cochrane, estava ele, nessa época, comissionado para a reconstrução desta ponte, sobre o Rio Pardo. Em suas visitas à nossa capital, almoçava, freqüentemente, na residência de meu avô, que orientava meus primeiros estudos.

Nunca mais me abandonaria a indelével impressão que causaram, aos meus dez anos, sua conversação vigorosa, fecunda e original, seu indicador emoldurado pela pedra de engenharia militar, seu olhar brilhante e penetrante, e sua face de índio ou mameluco, imprimindo-lhe os acentos de uma personalidade inconfundível, completamente diversa daquelas que habitualmente visitavam a casa de meus maiores.

Em carta a Lúcio de Mendonça em 22 de março de 1903, Euclides desabafaria:

A minha engenharia rude, engenharia andante, romanesca e estéril, levando-me em constantes viagens através de dilatado distrito (de Guaratinguetá), destrói a continuidade de quaisquer esforços na atividade dispersiva que impõe. Aí está meu colega e querido amigo Bueno de Andrade, que a conhece bem sob os seus vários aspectos desde o estilo aleijado dos ofícios à alma tortuosa dos empreiteiros. Entretanto, com uma teimosia incoercível, pertinácia de quem não quer desviar-se de um rumo predileto, eu vou alinhando, através da secura dos orçamentos, novas páginas de um livro que será tardio, feito em minutos de folga, e sem a inteireza emocional que a Arte exige.

E a José Veríssimo, em 12 de junho de 1903:

Continuo na minha engenharia fatigada e errante. Felizmente me habituei a estudar nos trens de ferro, nos *trolleys*, e até a cavalo! É o único meio que tenho de levar por diante esta atividade dupla de chefe de operários e de homem de letras.

E o zelo profissional, na inquietante indagação a Francisco Escobar em 10 de agosto de 1902:

Agora, um grande, um sério, um reservadíssimo favor. Tão reservado que te peço não o boquejes nem mesmo junto ao ouvido da tua filhinha mais nova. Lá vai: contou-me (não preciso dizer quem foi o desalmado) que há no encontro direito, lado do Pompeu, da ponte, uma frincha descendo por todo ele até embaixo. Imagina como fiquei, e quanto cabelo branco vai-me nascendo dentro desta ansiedade... Pensei seguir logo até aí. Infelizmente, não posso agora. Por isso escrevo-te. Quero que, com a tua cautela habitual, sem que ninguém o perceba, observes aquilo, e indique-me, num esboço qualquer, o lugar, as dimensões aproximadas da coisa, e se é visível e se ameaça aumentar, ou se é um recalque comum nestas obras. Não és engenheiro, mas, que diabo, também estas coisas não são tão transcendentais... De qualquer modo, aguardo a tua resposta contando os dias. Esta chegará aí na segunda ou terça, à tarde. Poderei ter, aqui, a resposta sexta ou sábado. Não faltes.

E quando se encontra desempregado, esta página curiosa e irônica de 22 de abril de 1904:

Coelho Neto. – Tens razão. Li a tua carta e, para logo, rompendo com um propósito que me parecia inflexível, procurei o Lauro Müller e pedi um emprego. Aquele velho companheiro, com enorme surpresa minha, – tão destemperados andam os homens e os tempos! – recebeu-me admiravelmente. Não era o ministro, era o antigo companheiro de ideal, o sócio daqueles estupendos sonhos de mocidade (ó República!...) que não sei mais onde existem. Mas antepõe-se um obstáculo grave: a legião inumerável de engenheiros desempregados,

que entope as escadas das secretarias. Não imaginas o que eu vi... Vê se concebes, de momento, com o melhor da sua fantasia, o quadro de uma espécie de “Encilhamento da Miséria”. Há em cada caracol das escadas que levam aos gabinetes dos ministros uma espiral de Dante. Considera agora isto: eu entrei por uma delas; ninguém me conhecia; esquecera-me a preliminar de um cartão, de um empenho; de sorte que, a breve trecho, no apertão dos candidatos afoitos, capazes de pagarem com dois anos de vida cada degrau da subida, me vi frechado de olhares rancorosos... Estaquei, arfando, espetado, em pleno peito, por um cotovelo, rígido e duro, de concorrente indomável; não ouvi o trágico ranger de dentes; ouvi grunhidos. Quis voltar; impossível: não havia romper-se a falange que se unia, em baixo, inteiriça, ombros colados como os dos suíços medievais na hora da batalha. Mas naquele instante alvorou um rosto amigo e desconhecido e, logo após, sacudida por um gesto, que roçou um impertinente *cavaignac* vizinho, como a asa de um pássaro num capão de mato, uma pergunta: – É o Sr...? O *cavaignac* contemplou-me curioso, um sujeito gordo e tressuante por sua vez recuou, e na face cheia espalmou-se-lhe um sorriso; um outro, também gordo (a que mais podem aspirar estes homens? Noto que na sua maioria os candidatos são repletos de carnes), fez o milagre de afastar-se um pouco... e num minuto, nem sei como isso foi, estava lá em cima. E lá em cima empolgou-me a vaidade, porque, em verdade, quem me levara até lá, com tanta felicidade, fora o Euclides da Cunha!

Por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco, em 1945, o Itamarati nomeou uma Comissão encarregada desses festejos, da qual era secretário o discípulo e grande amigo de Francisco Venancio Filho, o hoje embaixador Roberto Assumpção. A Comissão organizou a reedição das *Obras completas* do Barão e uma série de monografias sobre a vida do grande chanceler; a primeira delas, editada em 1946, *Rio Branco e Euclides da Cunha*, de Francisco Venancio Filho, utilizando a correspondência inédita entre os dois ilustres brasileiros. Em 1966, por ocasião do centenário do nascimento de Euclides da Cunha, o Governo do Estado do Amazonas publicou o livro *Euclides da Cunha e o paraíso perdido* e no pre-

fácio o governador do Estado cometia a incorreção de dar a divulgação dessas cartas como inéditas, quando há mais de vinte anos constaram da publicação oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Domício da Gama descreveu o episódio do encontro de Euclides com o Barão:

Segura e dedicada como foi, minha amizade com Euclides da Cunha não terá durado mais de cinco anos. E não foram as letras, foi o serviço do Brasil que nos aproximou. José Veríssimo pedira-me que obtivesse do Barão do Rio Branco para o autor dos *Sertões* um lugar de auxiliar numa das comissões de exploração do Purus e do Juruá, criadas por acordo entre o Brasil e o Peru em 1904, a fim de definir-se honesta e lealmente o litígio territorial entre os dois países naquela região. Acompanhei Euclides uma noite, depois do jantar, à casa do Barão, em Petrópolis. Deixei-os conversando às nove horas, o Barão sentado à mesa, entre as duas janelas do quartinho que lhe servia de escritório, dando sobre a estrada sossegada da Westfália e o Piabanha rumoroso em baixo; Euclides pousado incomodamente sobre uma cadeira pequena, respeitoso, comovido e tímido, como um estudante em hora de exame. Não é que o Barão o examinasse. O Barão conversava, contente de encontrar quem o entendesse e partilhasse o seu interesse pelos assuntos que lhe eram caros, de fronteiras, de relações internacionais e da história diplomática do Brasil, em que aquele engenheiro militar parecia bacharel senão doutor. Às dez horas, voltando com um papel, encontrei-os na mesma posição discretamente quietamente; o Barão sempre despreocupado e lhano, despreocupado de efeitos, sem veemência nem gestos, apenas uma pena tomada distraidamente e logo deixada cair sobre as rumas de papéis que lhe atulhavam a mesa, ou o cuidadoso acender do cigarro de palha, que se lhe apagava freqüentemente. Euclides parecendo cada vez mais intimidado e mal à vontade, como se o oprimisse o respeito que lhe inspirava desde o primeiro momento aquele grande homem público tão bondoso e simples mas tão pouco familiar. Às onze horas vim lembrar-lhe que a porta da casa de seu primo Urbano de Gouveia, onde devia dormir, fechava-se às dez horas, e ofereci-lhe um quarto para passar a noite na minha casinha ao pé da do Barão.

Conversamos até às duas horas, e não fomos além porque tínhamos de levantar-nos às seis da manhã. Conversamos de literatura, está claro. Euclides sabia tudo. Sabia o que eu sabia em letras e mais toda a sociologia e a economia e a política de um pensador enciclopédico. Era a realização do verdadeiro homem de letras reforçado por um sábio, que Fichte preconizara. Mas sua erudição científica não pesava, não era pedantesca: os fatos positivos eram para ele apenas como o lastro de segurança da sua imaginação ambiciosa, estuante. Foi bom que seu espírito tivesse recebido cultura matemática, a disciplina da prova. Ouvindo-o, tinha a gente a confiança de que ele não arriscaria asserções improváveis e a conversa ganhava com a impressão que dava sua perfeita honestidade mental. Honestidade e respeito são traços gentis do caráter de um pensador com expressão. Às suas qualidades tão humanas, e que nunca serão cultivadas demais no trato entre homens, Euclides juntava o poder de admirar. Admirava conscientemente, criticamente, inteligentemente, e era o seu prazer máximo acompanhar na análise das páginas, que duram, a experiência, interessante sobre todas, dessa química das idéias em presença dos fatos, que entra na criação das obras-primas. Era então que era simpático, dessa simpatia juvenil, natural e simples, que atrai afetuosamente e que em tons e graus diversos só encontrei em poucos amigos brasileiros e estrangeiros.

Algumas semanas mais tarde foram publicadas as nomeações do pessoal das comissões de exploração e, em vez de auxiliar, Euclides foi escolhido para chefe da exploração do Purus. O Barão o aprovara com distinção.

É sabido como bem se desempenhou da comissão árdua e penosa, que terminou seus trabalhos antes da do Juruá e que não foi provada pelas febres da região. Euclides mesmo só veio a adoecer em Manaus. Possuí durante alguns anos um exemplar do relatório confidencial dos trabalhos da comissão, apresentado por ele ao Barão do Rio Branco, e que está no arquivo de limites no Itamarati. Por ele se vê que o escritor tumultuoso e ardente era também um técnico notável e, o que é mais, um chefe consciencioso e capaz. O Barão o reteve no Ministério como cartógrafo e auxiliar técnico do seu gabinete. Estava encaminhada e aproveitada da melhor maneira a atividade de Euclides da Cunha. Data desse tempo o seu *Peru versus Bolívia*,

que escrevia-me ele para Lima, ao mandar-me o livro, não somente se inspirava no culto da verdade e do direito, mas era também vagamente a defesa dela contra ele. Euclides era cavalheiroso. Assentava-lhe tomar partido pela causa menos defendida, ainda que lhe sobrassem direitos. E em presença de tanto saber histórico ao serviço de uma arguta e rigorosa dialética que o habilitava para ser um mestre em trabalhos dessa natureza, a gente ainda mais lamenta o drama escuro que o destruiu em pleno vigor e abriu nos serviços nacionais um claro que ainda não foi preenchido.

A consternação expressa no telegrama para a Legação em Buenos Aires em que o Barão me anunciava a morte de Euclides significava talvez o pesar da perda do colaborador precioso, cujos trabalhos enriquecem o arquivo de limites do Itamarati, mas dizia certamente a infinita piedade que lhe inspirava a agonia de uma alma honesta e limpa afogada em vergonha e indignidade. Euclides era um amigo tão seguro e de trato tão suave, na sua singeleza afetuosa! Não tinha rancores, como se fosse superior ao ódio, e essa serenidade do sentimento purificado pelo entendimento, que não reconhece culpas e em tudo só enxerga relações entre causas e efeitos, contrastava com a veemência febril e trepidante das suas admirações.

É assim a psicologia dos santos: adorando o bem, ignorando o mal.

De regresso do Purus, iria ser a Amazônia a fonte principal de suas obras daí por diante. Colaborador de Rio Branco no Itamarati, escreveu o notável *Peru versus Bolívia*, trabalho de diplomacia, de geografia histórica, de direito, de tal valor que o representante boliviano junto ao árbitro argentino fê-lo verter para o castelhano. Pesou, na decisão arbitral, a peça monumental do pensador brasileiro, que esclarecia, de vez, os tratados de 1867 entre o Brasil e a Bolívia e o de 1851 entre o Brasil e o Peru.

Ocupa-se, nos anos que passa no Ministério do Exterior, em cartografia, retificando, fazendo ele próprio mapas, num trabalho paciente e probo de verificações penosas e fatigantes. Guardam os arquivos do Itamarati: mapa da região do Acre; esboço geográfico do Alto

Juruá; e o contorno da fronteira com o Peru; a região entre o rio Acre e o Abunã ao norte e o Tehuamano e Orton, ao sul: carta do Alto Acre; Departamento do Alto Juruá; esboço da região litigiosa peru-boliviana; carta de parte da lagoa Mirim.

Nos ensaios publicados na imprensa e que dariam parte de *À margem da História* revela a Amazônia, como já revelara os sertões aos brasileiros. Neles segue a mesma linha de *Os sertões*, embora sem a unidade de uma obra de conjunto. A monografia sobre o Purus, em que apresenta a teoria do ciclo vital dos rios de Morris Davis é significativa. Mas não é só nesta parte – “A terra sem história” – do seu livro póstumo que há o geógrafo. Está ele presente na “Viação Sul-Americana”, no “Primado do Pacífico”, em “Martim Garcia” da segunda parte de *Estudos vários*, como o astrônomo, no último capítulo sobre “Estrelas invisíveis”.

Rio Branco traçou levantamento do perfil de seu inestimável colaborador, em duas manifestações expressivas, a primeira, o telegrama enviado, por ocasião da morte ao pai nos seguintes termos:

Atorreado pela nossa grande desgraça do dia 15, o terrível golpe que feriu seu coração de pai, feriu igualmente o meu coração de amigo e sincero admirador dos grandes dotes intelectuais e morais do seu nobilíssimo filho: sei o quanto perdi de sincero afeto com o falecimento desse bom amigo e companheiro de trabalho; sei o quanto de esperanças fundadas perdeu o Brasil.

E no mesmo ano, como orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se pronunciaria:

Dentre os que a morte privou da nossa companhia, conta-se Euclides da Cunha que tanto prometia enriquecer ainda a nossa literatura, vitimado no vigor da idade numa terrível tragédia, como homem de delicado pundonor que sempre foi, e cuja pureza de sentimentos e alto valor intelectual pude

conhecer de perto nos breves anos de convivência, em que me coube a fortuna de o ter como companheiro de estudos, de trabalho e de esperanças patrióticas.

Na vida agitada de Euclides da Cunha muitos foram os planos esboçados e os livros planejados: a “História da Revolta” por ele aludida tantas vezes e de que restaram somente alguns esboços, algumas páginas de *Contrastes e confrontos*; “O Paraíso Perdido”, que seria, no seu próprio dizer, o seu segundo livro vingador, e a que tantas vezes se referiu após a viagem à Amazônia, e do qual só ficaram alguns capítulos de *À margem da História*; o projeto revelado em carta a Domício da Gama de livro de conjunto da formação da América, e do qual só ficaram algumas páginas do *Peru versus Bolívia* e capítulos de *À margem da História*; “Os Homens Bons”, romance sobre o Rio seiscentista, e do qual nada ficou. Tais obras nunca chegaram a ser completadas, porque faltaram as condições excepcionais que Francisco Escobar ofereceu a Euclides em São José do Rio Pardo e jamais repetidas, que lhe permitiram levar a cabo a redação de *Os sertões*. Um companheiro de então, José Honório de Silos, relata que “sem a amizade de Escobar, sem o seu apoio moral e social, em São José do Rio Pardo, nunca brotaria a idéia força da mentalidade brasileira, a obra literária que é considerada a bíblia da brasilidade” e o próprio Euclides, escrevendo a Escobar, comenta: “foste o meu melhor colaborador neste ermo de São José do Rio Pardo”.

Participando das comemorações de São José do Rio Pardo, a convite de Francisco Venancio Filho, Alberto Rangel compareceu em 15 de agosto de 1942 a São José do Rio Pardo, falando sobre “O homem e a cidade”. A conferência é mais uma página da devoção ao amigo, irmão e companheiro, ressaltando a importância das comemorações euclidianas em São José do Rio Pardo. Iniciando a exposição, referir-se-ia ao trabalho do Grêmio Euclides



da Cunha para dizer que “o Grêmio forjou-se nas virtudes da dedicação ativa e na prática da circunspeção e modéstia de Venancio Filho”.

Em 1943, também a convite de Francisco Venancio Filho, Afrânio Peixoto pronunciava a conferência oficial sobre “O outro Euclides”, o que sobra de *Os sertões*.

Começa referindo-se ao grande livro:

Não é demais, mas não é tudo. Há mesmo em *Os sertões* outro Euclides a ser atendido e consagrado... Euclides é o primeiro, em data, dos nossos sociólogos...

E prossegue:

Mas, além de *Os sertões* não há mais Euclides? Haveis de convir que sobra muito, mas que inexplicavelmente lhe somos omissos, como se não fora Euclides, e do melhor Euclides... Propus-me hoje a vô-lo recordar... Há um Euclides geógrafo, historiador, um ensaísta, no melhor sentido dessa expressão, finalmente um poeta... Sim, veremos um grande poeta!

Em 1942 a direção da *Revista Brasileira* da Academia foi confiada a Levi Carneiro, que chama para colaboradores figuras expressivas da cultura brasileira. Vários artigos são publicados sobre Euclides da Cunha: “Euclides e a Amazônia”; “Atualidade de Euclides da Cunha”; “*Os sertões*”, “Os fundamentos científicos de *Os sertões*”, todos revelando contribuições originais.

O mais importante intitula-se “Os fundamentos científicos de *Os sertões*” e representava uma resposta aos comentários que se iam avolumando de que o livro não tinha sólidos fundamentos científicos e era, antes de tudo, uma obra de ficção. Começa discutindo a troca de idéias com José Veríssimo em cartas de 1902 sobre o uso de termos científicos na obra, impugnado por José Veríssimo e que Euclides

replicara prontamente. Mostra como Euclides se socorreu de todas as fontes bibliográficas à sua disposição, bem como de vários amigos como Francisco Escobar, Gonzaga de Campos e Teodoro Sampaio, nunca havendo contribuição exclusiva nem dominante de Teodoro Sampaio, como faziam crer alguns comentários. Por isso, conclui: “*Os sertões* constituem pois obra de gênio, de intuição, mais do que de método ou de escola. É sobretudo livro de arte, informado de cultura e método científico.”

Para o exame dos fundamentos das diversas ciências em que se apoiou, Francisco Venancio Filho traz à colação a opinião de renomados especialistas consultados nos vários ramos científicos, como Glycon de Paiva na geologia; Fernando Rodrigues Silveira na botânica; Lacerda Feio na zoologia; e Leandro Ratisbona na climatologia. Embora em alguns casos apontando incorreções, os especialistas concluíram sempre que Euclides se socorrera do melhor saber científico da época, não podendo lhe ser atribuídos conhecimentos ou idéias que só vieram a ser veiculados muito mais tarde.

Em 1966, centenário do nascimento de Euclides da Cunha, várias comemorações foram realizadas, inclusive nesta Casa em sessão solene com a presença do Presidente Castelo Branco, sendo orador Afonso Arinos pai, que deve ter falado de improviso, pois seu discurso não é localizado.

Mas em conferência em São José do Rio Pardo em 1940, publicada em *Homens e temas do Brasil*, afirmaria:

Vida obscura, morte espetacular, eis o paradoxo que nos oferece este homem de gênio. Mas nem o sucesso da vida, que correu ignorada do grande público, nem o sucesso da morte, que foi um prato do dia de escândalo, têm ligação essencial com a verdadeira existência de Euclides, existência que dominou a obscuridade da vida e o ruído da morte e que é a sua obra. Por ela, e somente por ela, é que Euclides existe entre nós.

E referindo-se a *Os sertões*, comentaria:

Esse livro extraordinário tem como principal fundamento da sua grandeza não a beleza da forma, como pode julgar um julgamento superficial, mas a verdade do fundo.

Desejo também referir-me ao curso que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu nessa data, no qual falaram Olímpio de Sousa Andrade, Elmano Cardim, Alberto Venancio Filho e Francisco de Assis Barbosa. É importante o trabalho deste último, “Euclides da Cunha: A marca de um drama”. Comenta, em primeiro lugar, o discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1903, melancólico, deprimido, em que dizia trazer para o Instituto uma qualidade irredutível, a qualidade de brasileiro. Mas este título “não é coisa que se recebe, senão uma posição que se conquista, e acarreta deveres tão sérios, a quem a merece”.

Considerava-se como um grego antigo transviado nas ruas de Bisâncio e julgava o Instituto “um esplêndido isolamento e um admirável e consolador exílio, um degredo que lhes permite ligar a vida objetiva transitória à grande vida imortal da pátria, um exílio no tempo”.

Euclides da Cunha escreveria a Coelho Neto em 22 de novembro de 1903:

Não transcreveram o meu discurso; não poderiam arquivá-lo, tão a fundo, tão de frente, embora sob um aspecto geral, eu feri o presente abominável em que estamos. Sem vaidade – tive, por alguns minutos, em torno de mim, a simpatia tocante de alguns trêmulos velhinhos, e aqueles minutos irão consolar a minha vida inteira.

Em carta a Francisco Escobar de 27 de novembro acrescentou:

Já lestes no Jornal de 26 o meu discurso no Instituto? Discurso, não; um desabafo. Lestes a lista dos que ali estavam? Era o Brasil, o Brasil velho e bom.

– Que felicidade, meu amigo! Não te rias; tive os olhos empanados de lágrimas quando, finda a sessão, aquelas mãozinhas trêmulas e mirradas se agarraram, num agradecimento mudo, à minha mão nervosa... Tu não calculas como me senti bem, ali, no mundo daquela gente, que não distribui empregos; e como avalei bem o vigor desta minha belíssima alma sonhadora, tão desprendida das infinitas esquirolas e da poeirada de coisinhas interesseiras que deslumbram tanta gente.

#### Comenta Francisco de Assis Barbosa:

Discurso explosivo e quase brutal de ingresso na velha casa de D. Pedro II, o ressentimento pessoal se dilui num tom pungente de uma declaração de amor à pátria, de um amor que sentia talvez não ser correspondido. Marcava passo na sua modesta carreira de engenheiro de obras públicas, acampado em pequena cidade do interior paulista, preso pelas contingências da vida material à situação medíocre de funcionário, obrigado a exercer uma atividade que não era a da sua vocação nem a do seu destino: a de viver exclusivamente para as letras, estudando e escrevendo os seus livros.

Foi, aliás, esse descompasso que marcou o drama íntimo do escritor-engenheiro, que jamais acertaria os ponteiros entre aquilo que desejava mesmo realizar e o que era forçado a fazer para comer o pão amargo e quase sempre escasso de todos os dias.

Para Francisco Assis Barbosa, “a marca de um drama bem mais terrível que a tragédia passional que pôs fim à sua vida, é o drama de quem assistia, impotente, a sua pátria transformar-se pouco a pouco num montão de ruínas. O drama do escritor que via com a lucidez dos dominados ‘o quadro desanimador de nossa existência política’ em meio à ‘indiferença muçulmana quase geral’. O drama, em suma, de um brasileiro, título que não se recebe, mas que se conquista uni-

camente voltado para o seu país, ainda sem rumo, quando não adormecido. Esta, sim, foi a marca do drama de Euclides da Cunha. Marca que é, em última análise, a do drama nacional de cada um de nós. Daí a atualidade de Euclides da Cunha e da sua mensagem ainda não encerrada, pois ele foi, na verdade, um criador de história”.

O sucesso de *Os sertões* abriria a porta da Academia Brasileira de Letras, mas a campanha lhe provocaria dúvidas e inquietações. Explicava a José Veríssimo em 12 de junho de 1903:

A notícia que hoje li, ao voltar de viagem, num *Correio da Manhã*, sobre vários candidatos à Academia, é antes de tudo uma indiscrição de jornalista. Mas tem o valor de libertar-me da vacilação que me tolhia no concorrer àquele lugar. Não posso mais recuar. Sem temer o insucesso inevitável – porque o simples fato de ser admitido à concorrência basta a enobrecer-me consideravelmente.

Escrevia ao pai:

Infelizmente me obrigaram a ser candidato à Academia de Letras com a infelicidade de ter, entre outros antagonistas, o velho autor dos “Mineiros da Desgraça”, Quintino Bocaiúva, que me derrotará pela certa – porque leva para a ação a própria influência política, e levantou-lhe a candidatura o *primus inter pares* da nossa gente, o Barão do Rio Branco. Os poucos votos que eu terei, porém, valerão pela qualidade.

Em 4 de julho de 1903 escrevia a José Veríssimo:

Vou agora escrever aos acadêmicos. Peço-lhe porém que se recorde de minha situação de engenheiro errante, preso pelos empreiteiros e absorvido em orçamentos, quase sem tempo de cuidar dos meus próprios interesses. Os outros candidatos, mais folgados e num outro meio, têm elementos práticos de sucesso que eu não posso ter. Aqui em São Paulo ninguém acredita

que eles triunfem, mas estou convencido do contrário se me desampararam os bons amigos com que conto.

E em carta a Machado de Assis em 1º de julho:

Recordando-me das palavras animadoras que me dispensou e que foram para mim uma grande honra e um grande estímulo – venho solicitar o seu voto em prol da minha candidatura.

E novamente para Machado de Assis em 26 de julho, respondendo à carta de apoio: “O sufrágio que vai me dar será para mim uma consagração.”

E em carta a Coelho Neto em 1º de setembro:

De fato, sendo a eleição no dia 15, temo que alguns imortais não votem, distraídos pelos acontecimentos, e como não me ficaria bem lembrar-lhes, peço-te que escrevas a respeito aos que te forem mais íntimos. – E ainda temeroso: Estou hoje a braços com esta profissão, e a minha candidatura ainda pode sobrar.

Euclides da Cunha foi eleito em 21 de setembro de 1903, tendo 24 votos, sendo quatro votos dados à Domingos Olímpio, dois a Silvino Amaral e um a Xavier Marques.

É curioso verificar como entre os que não se inclinaram pelo seu nome, se tornariam seus grandes amigos, como Domício da Gama, que certamente preferiu o colega de carreira, e que só veio a se aproximar de Euclides quando o levou ao encontro com o Barão do Rio Branco.

Eleito, escreve jubiloso ao pai no dia seguinte:

Apresso-me em comunicar-lhe que fui eleito para a Academia Brasileira de Letras – para a cadeira desse grande patricio Castro Alves. Assim, o des-

vio que abri nesta minha engenharia obscura alongou-se mais do que eu julgava. É ao menos um consolo nestes tempos de filhotismo absoluto, verdadeira idade de ouro dos mediocres. Tive eleitores como Rio Branco e Machado de Assis. Mas não tenho vaidades: tudo isso me revela a boa linha reta que o Sr. me ensinou desde pequeno. Hei de continuar nela.

A posse não foi imediata, pois logo em seguida seguia para a Amazônia, no cumprimento da missão conferida pelo Barão do Rio Branco. Consta que Afonso Arinos foi designado para recebê-lo, mas afinal a incumbência coube a Sílvio Romero, em cerimônia em 18 de setembro de 1906 presidida pelo Presidente Afonso Pena. O discurso de Sílvio Romero foi polêmico, atacando fortemente as instituições, para constrangimento do Presidente da República Afonso Pena, presente à sessão. No discurso de posse, Euclides se refere ao patrono Castro Alves, em termos que não foram considerados muito elogiosos, posteriormente retificados na conferência “Castro Alves e seu tempo”, pronunciada em 1907, em São Paulo, a convite do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo, mas examina a obra do poeta no quadro de sua época. Disserta em seguida em profundidade sobre a vida e a obra de seu antecessor Valentim Magalhães, mas ao final, evitando “digressão acidentalíssima”, descreve que “apresentamos um quadro de uma desordem intelectual que depois de refletir-se no disparatado de não sei quantas filosofias decoradas, nos impõe, na ordem política, a mais funesta dispersão de ideais, levando-nos, aos saltos e ao acaso, do artificialismo da monarquia constitucional para a ilusão metafísica da soberania do povo ou para os exageros da ditadura científica”.

A sua presença na Academia, após a volta da Amazônia, foi intensa. Não deixou de se interessar pelos trabalhos, sendo assíduo nas sessões e participando das eleições. Da correspondência sobre candidaturas à Academia, verifica-se que se inclina por Sousa Bandeira, Heráclito Graça e Jaceguai, tendo envidado esforços pela apresenta-

ção de Assis Brasil. Nas eleições para a Presidência a unanimidade de Machado de Assis era apenas quebrada com o voto deste para Euclides.

Escreve a Domício em 15 de agosto de 1907 sobre a reforma ortográfica propugnada por Medeiros e Albuquerque:

Não sei se já aí chegaram notícias da Reforma Ortográfica... (Aí deixo o meu espanto e a minha intransigência etimológica!). Realmente, depois de tantos anos de alarmante silêncio, a Academia fez uma coisa assombrosa: trabalhou! Trabalhou deveras durante uma três dúzias de quintas-feiras agitadas e ao cabo expeliu a sua obra estranhamente mutilada, e penso que abortícia. Há ali coisas inviáveis: a exclusão sistemática do *y*, tão expressivo na sua forma de âncora a ligar-nos com a civilização antiga, e a eliminação completa do *k*, do hierático *k* (*kapa* como dizemos cabalisticamente na Álgebra)... Como poderei, um rude engenheiro, entender o quilômetro, sem o *k*, o empertigado *k*, com as suas duas pernas de infatigável caminhante, a dominar distâncias? Mas decretou a enormidade; e terei, d'ora avante, de submeter-me aos ditames dos mestres. A importância da Academia cresceu. As suas resoluções estenderam-se ao país inteiro – da Rua do Ouvidor à Amazônia, da porta do Garnier ao último seringal do Acre.

Eleito primeiro-secretário em 1908, ascende interinamente à Secretaria Geral e é o presidente da sessão que elege Rui Barbosa sucessor de Machado de Assis. Cabe comentário de que as sessões escasseavam no período, pois falecido Machado de Assis em 28 de agosto de 1908 só em 20 de dezembro foi realizada a eleição.

No dia 10 de agosto de 1909, Euclides visita Coelho Neto e convida-o para um passeio na floresta na companhia do cientista Loefgren. Coelho Neto não pôde aceitar o convite e na manhã do dia 15 recebe um telegrama lacônico da estação da Piedade: “Euclides gravemente ferido, traga Afrânio”. Imaginou ser um acidente do passeio projetado e, não encontrando Afrânio, vai a Piedade em companhia de Martins Fontes.



Coube a Afrânio fazer a autópsia e o corpo foi velado no Silogeu Brasileiro, então sede da Academia.

A comoção foi enorme diante do trágico fato e me valho do depoimento de Artur Guimarães sobre Sílvio Romero, homem considerado áspero e distante:

Fomos ao Silogeu, Sílvio cabisbaixo, concentrado, agoniado; eu fugindo de tocar na tragédia, distraíndo-o o mais possível, até que, enfrentando o corpo, o Mestre levantou o lenço e osculou demoradamente a fronte pálida do grande morto.

Rolaram-lhe as lágrimas abundantes, sacudindo-o todo, e eu tive que retirá-lo quase violentamente, para evitar que caísse com uma síncope.

Choravam, ali, o amigo e o brasileiro, encarnando a Pátria, na pessoa de Sílvio.

Na sessão seguinte à morte, apenas referências sumárias às manifestações recebidas pela Academia.

A Academia compra o jazigo onde estava enterrado juntamente com Euclides da Cunha Filho, até serem trasladados os restos mortais para São José do Rio Pardo, no caminho detendo-se na Academia. Foi cerimônia tocante na Academia, em que falaram os acadêmicos Pedro Calmon e Josué Montello. O cortejo seguiu até a porta do *Jornal do Commercio*, antes de demandar o Aeroporto Santos Dumont, para homenagear o jornal que defendera o ato de rebeldia em 1888 e do qual se tornara colaborador, a convite de José Carlos Rodrigues.

A esse respeito convém mencionar episódio tocante e pouco conhecido, relatado por Cláudio Ganns: estava ele jovem tomando banho na Praia do Flamengo – quando ainda se tomava banho nessa praia – e ali se encontrou com um jovem que veio a saber ser o filho mais velho de Euclides e que fora acolhido por José Carlos Rodrigues em sua residência após a morte do pai.

Com o falecimento do grande euclidianista em 12 de agosto de 1946, a caminho de São José do Rio Pardo para participar da Semana Euclidianista, seis dias depois Edgar Sussekind de Mendonça escreve ao presidente do Grêmio de São José do Rio Pardo, afirmando que, em absoluta comunhão com o morto, realiza o desejo de doar aos euclidianos de São José do Rio Pardo as relíquias do Mestre que estavam em sua guarda, por ser aquela cidade o lugar mais adequado para perpetuar a memória e enaltecer a glória do nosso Patrono.

Aquí, portanto, termina o relato do tema dessa conferência. Evidentemente os estudos euclidianos prosseguiram com os livros, entre outros, de Sílvio Rabelo e Humberto Peregrino, que muito se beneficiaram do material do Grêmio, e os de Olímpio de Sousa Andrade, Walnice Galvão e Roberto Ventura.

A análise da vida e da obra de Euclides da Cunha vista através das atividades do Grêmio Euclides só oferece uma visão tópica de alguns episódios, mas permite visualizar a grande figura do homem e do escritor. Não me escuso dessa abordagem, pois sei que uma visão completa e abrangente será exposta na sessão de encerramento pelo acadêmico Celso Furtado.

Escrevendo a Machado de Assis em 22 de setembro de 1903, um dia após a eleição, diria Euclides: “Não sei de nenhum outro posto mais elevado neste país.”

A Academia até hoje faz jus a esse conceito ao reverenciar os grandes vultos que por ela passaram, como neste instante homenageando a figura de Euclides da Cunha.

# Revisitando Euclides da Cunha

CELSO FURTADO

**C**reio que estou sendo apenas realista se afirmo que nossa Academia de Letras está de parabéns pelo brilho que alcançou este ciclo de conferências em torno da obra de Euclides da Cunha, comemorativas do centenário de publicação de *Os sertões* que se celebra no próximo ano.

Não cabe a mim, que não sou especialista na matéria, abrir novas pistas de reflexão sobre uma temática já tão trabalhada. Vou me limitar a relembrar alguns pontos a fim de que possamos intercambiar idéias sobre a atualidade de Euclides como pensador preocupado em entender o processo de formação da cultura de nosso país.

Mas, antes de entrar diretamente na matéria que nos ocupa, gostaria de dar um testemunho pessoal: sou originário da região do Brasil em que a chamada Guerra de Canudos repercutiu mais profundamente. Durante a minha infância, no alto sertão da Paraíba, presenciei grandes romarias de sertanejos que se deslocavam para Juazeiro do Padre Cícero. Este, um rebelde em conflito com as autoridades

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, no dia 17 de julho de 2001, no encerramento do ciclo Centenário da publicação de *Os sertões*.

civis e religiosas, desencadeou entre a população sertaneja uma onda de fanatismo similar à que suscitara Antônio Conselheiro. Meu imaginário infantil estava povoado de histórias de milagres. Um primo meu próximo praticou um crime de morte e, para evitar ser preso, refugiou-se no cangaço. Ele nos visitava ocasionalmente, e me contava histórias fantásticas de milagres praticados pelo Padre Cícero. Outro parente, meu tio-avô, que como recruta participara da Guerra de Canudos, contava-me as prodigiosas peripécias que vivera durante essa campanha militar. Nesse mundo, o único certo era a insegurança, e a ele se contrapunham as idéias de progresso e civilização que me seriam inculcadas na escola primária.

Faço essas observações para que se compreenda a resistência que foi corrente em minha geração a aceitar a visão positiva implícita na mensagem de Euclides a respeito da formação do homem brasileiro. Este é o tema que vou abordar em seguida.

Permitam-me iniciar esta breve exposição com uma citação do autor de *Os sertões*: “Canudos não se rendeu. Teve que ser destruída.” E antecipo que concluirei com uma interrogação que sintetiza o grito de angústia contido na mensagem dirigida por Euclides à posteridade: como evitar que nossa miopia ideológica nos conduza à repetição de crimes como os que denunciou esse pensador de rara lucidez e coragem?

Euclides é um dos autores mais lidos e mais citados entre nós. Ora, a grave denúncia que fez teve pouca ressonância e foi de escassa influência em nosso acontecer histórico. Cabe, portanto, indagar: como explicar essa permanência, que faz de sua obra uma referência obrigatória, hoje comprovada por estudos de autoridades na matéria?

A verdade é que por seu estilo Euclides há muito se afigura anacrônico, e seu cientificismo positivista foi totalmente superado na área dos estudos sociais. Qual seria, portanto, a razão do enorme in-

teresse por sua obra, se tanto do ponto de vista da forma como do conteúdo ela nos parece datada e superada?

A chave para entender o paradoxo possivelmente reside em que, em face do drama – do “crime”, em suas palavras – que constituiu o massacre de Canudos, Euclides, abandonando a opinião universalmente adotada na época, percebeu com lucidez a gravidade das contradições inerentes à nossa formação histórica, as quais se manifestam nas profundas desigualdades sociais que tanto demoramos a reconhecer.

Somente assim logramos explicar que esse pensador haja exercido um papel fundador na cultura brasileira, comparável ao de Cervantes na cultura espanhola ou ao de Goethe na cultura alemã. Trata-se de uma influência difícil de circunscrever, que assume formas por vezes contraditórias.

O deslumbramento suscitado pela leitura de *Os sertões* deveu-se, inicialmente, ao impacto produzido por seu suposto embasamento científico. A formação cultural de Euclides era a que, na época, se absorvia nas escolas de engenharia. Era o tempo em que se imaginava que o conhecimento científico tendia inexoravelmente à unificação epistemológica, sendo o seu núcleo duro as matemáticas. É interessante observar a leitura que fez Euclides da obra do sociólogo polonês Ludwig Gumplowicz, *A luta das raças*, escrita em alemão e difundida graças a uma tradução francesa a que ele teve acesso. Na opinião de Euclides, essa obra, à qual ele atribui grande importância, foge ao historicismo convencional então dominante no pensamento germânico. Ele repudiava a visão historicista, em benefício de um suposto conteúdo naturalista. Diga-se de passagem que as interpretações da realidade social prevalentes na época também constituíram uma justificação para as teses racistas que pretenderam legitimar a expansão imperialista européia.

Ocorre que, já no primeiro quartel do século XX, a ciência antropológica em que se fundou o pensamento de Euclides conheceu pro-

funda transformação. Os avanços dessa ciência nos Estados Unidos e também no Brasil deixaram a descoberto o conteúdo ideológico subjacente nas doutrinas racistas então preponderantes. Euclides imaginava ter contraído uma importante dívida intelectual com Ludwig Gumplowicz, mas a importância de sua obra está exatamente em que ele, fundando-se em puras intuições, conseguiu superar a doutrina racista então aceita universalmente. A verdade é que os antropólogos brasileiros seus contemporâneos, mesmo os mais lúcidos como Nina Rodrigues, não alcançaram dar esse passo.

Uma vez reconhecidas as limitações da obra de Euclides no plano da antropologia, permanecia de pé o monumento literário. Com efeito, nenhuma obra literária mereceu entre nós mais atenção dos especialistas do que *Os sertões*. E que cabe reter do amplo trabalho de pesquisa realizado em torno dela? Um competente especialista, o professor Alfredo Bosi, assinala a predominância de uns poucos processos retóricos como a *intensificação* e a *antinomia*. A mediação literária faz-se para figurar a ideologia da implacabilidade dos fatos, que permearia todo o acontecer histórico.

Sem lugar a dúvida, o gongorismo verbal predominava na época, em que pontificavam mestres como Rui Barbosa e Coelho Neto. Ainda assim, a semântica da percepção exagerada e o proselitismo implícito já haviam sido objeto de uma crítica sutil de Machado de Assis, cuja influência literária prevaleceu em nossa cultura no século XX.

Se adotamos uma visão abrangente do processo histórico de nosso país, deparamo-nos com uma realidade marcadamente contraditória. A criação do Estado nacional fora precoce mas permanecera incompleta, sendo ineficaz sua atuação em amplas áreas do vasto território. A obra de estadista de Rio Branco, contemporâneo de Euclides, demonstrou a importância da consolidação da instituição estatal para a fixação definitiva das fronteiras nacionais. O engenheiro

Euclides da Cunha foi um colaborador entusiasta do Barão, particularmente no trabalho de delimitação do futuro território do Acre.

O centralismo do poder imperial tivera como conseqüência o confinamento da atividade política, que era relegada quase sempre a confrontações do mandonismo local. A tomada de consciência de pertencer a uma nação penetrava lentamente, dado que o exercício da cidadania fora limitado pela escravidão e por suas seqüelas, que perduravam, como o analfabetismo. O decantado *progresso*, apanágio do século XIX, era totalmente dependente da importação de artigos de consumo e de modismos que se incorporavam aos hábitos de uma elite.

Liberando-se de uma bagagem de conhecimentos supostamente científicos, Euclides intuiu a existência de um povo em formação autenticamente brasileiro, o qual ele imaginou ser fruto do cruzamento trissecular de raças diversas. Esse caldeamento ter-se-ia processado na região interiorana, conseqüência do isolamento a que foram relegadas suas populações.

Assim, graças a suas intuições geniais, Euclides liberou-se da ciência inquinada de falsas doutrinas, predominante em sua época, para alcançar uma percepção global do processo de gestação de nossa cultura. O apelo desabrido à imaginação corrigia nele o suposto rigorismo científico de que se orgulhava. Referindo-se ao *sertanejo*, cujo vigor comprovava na epopéia de Canudos, afirma peremptório: “a sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de alguma forma, original”. É claro que não se trata de evolução psíquica, e sim de simples conformação cultural.

Estava dado o passo definitivo para captar a originalidade do processo de formação de nossa cultura. Euclides chega a encarar como algo positivo o abandono a que o mundo litorâneo, que para ele seria inautêntico, condena o mundo sertanejo, matriz de nossa

cultura. Sua intuição aponta na direção certa quando afirma: “A nossa evolução biológica reclama a garantia de nossa evolução social.” É no plano dos valores sociais que se dá o embate decisivo.

Portanto, se cem anos depois a obra de Euclides permanece tão importante, é por sua profunda atualidade. Ela nos ajuda a reconhecer que o Brasil é um país em construção. Assim, os problemas que hoje nos angustiam – a fome, o analfabetismo, o latifundismo – são substrato da realidade por ele descrita. Em nosso país há uma imensa população amorfa, de raízes culturais múltiplas, sendo caldeada e ascendendo progressivamente à cidadania. O mitológico sertanejo euclidiano deve ser visto, pois, como a prefiguração do cidadão consciente que hoje se afirma.



# “Os sertões” faz 100 anos: o alcance das idéias de Euclides da Cunha

WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

**O** panorama histórico brasileiro da virada de século impregna de modo inescapável a concepção de *Os sertões*. Isto porque à proclamação da República em 1889, um ano após a libertação dos escravos, sucedem-se tempos que assistem à eclosão de insurreições e levantes de todo tipo pelo território nacional afora, desde aqueles geograficamente restritos até os mais alastrados. Antes que o novo regime se consolide e entre em funcionamento, vários anos decorrerão. A Guerra de Canudos, desencadeada no sertão da Bahia em 1896-1897, não passa de uma dessas revoltas que compõem o cortejo de uma mudança de regime. Dedicado à crônica de um evento histórico que o autor testemunhou de corpo presente, *Os sertões* tem por objeto essa guerra.



O primeiro contato de Euclides da Cunha com seu objeto viria através da participação na Guerra de Canudos como enviado especial

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, durante o ciclo Centenário da publicação de *Os sertões*, no dia 3 de julho de 2001.

Walnice N. Galvão é professora titular de Teoria Literária e Literatura Comparada na USP. Publicou, entre outros livros, *No calor da hora* (1974) e *O império Belmonte* (2001), sobre a guerra de Canudos, e organizou a edição crítica de *Os sertões*.

do jornal *O Estado de S. Paulo*. De lá remeteu uma série de reportagens, que se tornariam célebres. Entretanto, o interesse maior da série é o fato de poder ser vista *a posteriori* como o embrião de *Os sertões*.

Essa guerra foi um marco na história da imprensa nacional devido a seu impacto fora do comum: pela primeira vez no país procedeu-se a uma cobertura jornalística em bloco no palco dos acontecimentos, viabilizada pela recente instalação de linhas de telégrafo sulcando o sertão. As principais folhas de Rio, São Paulo e Bahia criaram uma coluna especial, quase sempre intitulada “Canudos”, dedicada exclusivamente ao assunto, por toda a duração da guerra. Além disso, estampavam qualquer coisa: invencionices, pareceres dogmáticos de militares de partido previamente tomado, documentos forjados, cartas falsas. A divulgação de todos esses materiais tinha por objetivo comum reforçar a idéia de uma iminente restauração monárquica. A utilização desse veículo era imperativa: à época, o jornal constituía o *mass medium* por excelência, no vácuo da futura invenção da comunicação audiovisual.



Voltando da guerra, Euclides se dedica a acumular uma notável gama de saberes para enfrentar seu objeto, e só em 1902, cinco anos depois, o livro é lançado, com êxito fulminante. É com a primeira parte, intitulada “A Terra”, abrindo o livro como um majestoso pórtico, esplêndido em suas galas literárias, que o leitor entra em contato com *Os sertões*, mediante o privilégio concedido ao espaço.

Considerando a região de Canudos de três pontos de vista, a saber, o topográfico, o geológico e o meteorológico, o autor trata-a com paixão, dando margem a imponentes quadros naturais. Os rios se precipitam, saltam e tombam em catadupas, enquanto a terra firme imita a movimentação fluvial nas contorções de seus acidentes e

## ADVERTENCIA

---

A' primeira edição d'este livro, em 1902, succederam-se, em 1903 e 1905 a segunda e a terceira, todas impressas pela firma Laemmert & C.\* Tendo nós adquirido, á fallencia d'estes editores, e depois da morte do autor em 1909, a propriedade da obra, publicámos, em 1911, a 4.ª edição. Todas ellas, sensivelmente, não defferiam. Recentemente, porém, foi encontrado, entre os livros do illustre escriptor, um exemplar d'aquella terceira edição, ultima que elle vira, tendo no ante-rosto esta indicação intimativa :

*Livro que deve servir para a edição  
definitiva (4.ª)*

Não cuidámos do nosso interesse, que seria reproduzir facilmente a esterotypia feita para a 4.ª edição, mas sim em bom servir á cultura nacional e em honrar Euclydes da Cunha. Por isto, esta 5.ª edição, essencialmente a mesma no fundo, na forma muito diversa das outras, obedece, embora com atrazo independente da nossa vontade, ao desejo expresso pelo grande estylista, que achára no seu celebre livro tanta materia para aperfeiçoar.

Como testemunho, juntamos a photogravura de duas paginas, que dão amostra cabal d'estas emendas; nellas os entendidos podem achar lição proveitosa do trabalho de estylo.

OS EDITORES

Fac-símile da pág. V da 5ª edição, corrigida, impressa pela Livraria Francisco Alves (1914); feita de acordo com o exemplar encontrado no arquivo do A., com a observação: “Livro que deve servir para a edição definitiva (4ª)”, e que só foi aproveitado, efetivamente, na 5ª.

(Photogravura da pag. 140 do ex. da 3.ª edição, corrigido por Euclides da Cunha.)

- 140 -

de barrete *pararicó* à cabeça, assaltando o viajante retardatário, nas noites *perigosas* das sextas-feiras, de porceria com os *Idolâtricos* e *seitas sem cabeça* noctivagos; todos os mal-assombramentos, todas as *testações do maldito* ou do diabo — esse tragico emissorio dos rancores celestes *possessionados* na terra; as rezas *homagrandes* a S. Campeiro, canonizado *in partibus*, no qual se acendem velas pelos campos, para que favoreça a descoberta de objectos perdidos; as benzeduras cabalísticas para curar os animaes, para *acessar* e *reolar seões*; todas as *brindes*, todas as aparições phantasticas, todas as prophécias extraxulas de meias *indolentes*; e as remarias piedosas; e as missões; e as penitencias... todas as manifestações complexas de religiosidade indefinida, são explicaveis.

Não seria difficil caracterisal-as como uma mestiçagem de crenças. Alli estão, francos, o anthropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o proprio *instincto* emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonisação.

Este ultimo é um caso notavel de staviismo, na historia. Considerando as agitações religiosas do sertão e os evangelisadores e messias singulares, que, intermittenemente, o atravessam, ascetas mortificados de *formações*, encalhados sempre pelos sequezes numerosos, que *fluctuam*, que arrastam, que dominam, que *condolecem* — espontaneamente recordamos a phase mais critica da alma portugueza, a partir do final do seculo XVI, quando, depois de haver por momentos centralizado a historia, o mais interessante dos povos cabia, de subito, em *desconfecção* rapida, mal disfarçada pela cetera oriental de D. Manoel.

O povoamento do Brazil fez-se, intenso, com D. João III, precisamente no fastigio de completo desequilibrio moral, quando «todos os terrores da Edade-Média tinham *crystallizado* no catholicismo peninular».

(Photogravura da pag. 19 do ex. da 3.ª edição, corrigido  
Euclides da Cunha.)

Porque, a despeito da escassez de dados permittindo <sup>uma dessas</sup> ~~tal~~ <sup>as/ as</sup> ~~propheciã retrospectivã~~, no dizer elegante de Huxley, capaz de esboçar a situação daquela zona em edades remotas, todos os caracteres ~~spontaneos~~ reforçam a concepção aventurosa. <sup>que demora</sup> ~~que demora~~

Alentam ~~há~~ ainda: o estranho desalinhamento da terra; os alinhamentos notaveis em que jazem os matizes fragmentados, orlando, em <sup>curvas de nivel</sup> ~~curvas de nivel~~, os flancos das serranias; <sup>escarpas</sup> ~~escarpas~~ dos taboleiros terminando em taludes a prumo, que recordam ~~falésias~~; e até certo ponto, os restos da fauna <sup>plioceno</sup> ~~plioceno~~ que fazem das <sup>colheitas</sup> ~~colheitas~~ enormes ossuários de mastodontes, cheios de vestebas desconjunctadas e partidas, como se alli a vida fosse, de chofre, saltada e extincta pelas energias revoltas de um cataclysmo.

Ha tambem a presumpção derivada de situação anterior, <sup>firmes</sup> ~~firmes~~ em dados positivos. As pesquisas de Fred. Hartt, de facto, estabeleceram, nas terras circunjacentes a Paulo Afonso, a existencia de <sup>facias</sup> ~~facias~~ cretaceas; e sendo os fósseis que as ~~definem~~ <sup>definem</sup> identicos aos encontrados no Peru e Mexico, e contemporaneos dos que Agassiz descobriu no Panama — todos estes elementos se arochecam no deduzir-se que vasto oceano cretaceo <sup>relogias</sup> ~~relogias~~ ondas sobre as terras fronteiras das duas Americas, ligando o Atlantico ~~tal~~ <sup>tal</sup> Pacifico. Cobria, assim, grande parte dos estados septentrionaes brasileiros, indo bater contra os terraços superiores dos planaltos, onde extensos depositos sedimentarios, denunciam edade mais antiga, o paleozoico medio. <sup>Então</sup> ~~Então~~, destacadas das grandes ilhas emergentes, as grimpas mais altas das nossas cordilheiras mal apontavam ao norte, na solidão immensa das aguas . . .

Não existiam os Andes, e o Amazonas, largo canal entre as <sup>massas</sup> ~~massas~~ das Guyanas e as do continente, separava-as, <sup>ilhadas</sup> ~~ilhadas~~. Para as londas do sul o massico de Goyaz — o mais antigo do Mundo — segundo a bella deducção de Gerber, o de Minas e parte do <sup>planalto</sup> ~~planalto~~ paulista, <sup>onde</sup> ~~onde~~

nos embates entre as diferentes camadas geológicas que a sustentam. Em suma, uma paisagem extraordinária, que mais parece obra da mão do homem, mas em escala monumental, à feição de menires colossais ou ruínas de coliseus ciclópicos.

Mas tudo isso é visto de tão alto e de tão longe que só se deixa identificar através de uma espécie de olhar de Deus, vislumbrando um deserto imemorial, morto de sede, morto de insolação. As próprias forças cósmicas só podem ser expressas por antíteses.

Como prova do caráter insólito do sertão, o autor submete o leitor a um tratamento de choque, propiciando-lhe o encontro com um soldado que parece deitado a dormir, mas que de fato está morto há vários meses, porém em perfeito estado de conservação por ter sido naturalmente mumificado pela secura dos ares.

O flagelo das secas merece especial atenção, dedicada sucessivamente a várias hipóteses sobre sua gênese, que vão desde a influência das manchas solares até o peculiar regime dos ventos. Mais adiante passará das hipóteses a propostas de solução.

As plantas da caatinga se desenvolvem entre dois meios desfavoráveis, quais sejam o terreno árido e o calor do sol. Assim, suas mutações adaptativas vão todas no sentido de proteger-se da morte ou por sede ou por insolação. Mas as estratégias defensivas variam: atrofiar-se, resultando em nanismo que expõe menos superfície às intempéries; enterrar-se, e mal aparecer acima do solo; ou congregar-se em plantas sociais, retendo com suas raízes emaranhadas no subsolo a água e a terra, além de reforçar a segurança mútua.

O autor, em suma, conclui que o sertão de Canudos é único, pois suas características não coincidem exatamente com nenhuma taxonomia pré-existente, ao enfatizar como “a natureza se compraz em um jogo de antíteses”.



Do meio físico o autor passa ao exame das etnias. A questão primordial – e por isso a mais complexa – no estudo do homem brasileiro é para ele a mestiçagem, nó conceitual com que se debatiam à época todos os pensadores do país. Dela resultou o sertanejo, com suas características próprias, de corpo e de espírito, herdadas do embate entre as três etnias que lhe deram origem. Tais características, segundo o autor, implicam em vantagens e desvantagens. Entre as primeiras enumera a adaptação ao meio hostil, a resistência, o estoicismo. Entre as segundas conta o fanatismo religioso, a superstição, o equilíbrio psíquico instável, além de um considerável atraso com relação à marcha da civilização.

O determinismo que preside a essa minuciosa análise do meio físico e dos componentes étnicos vai eclodir, também deterministicamente, na pessoa daquele que portava o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Peregrino. Com efeito, este constituiu uma síntese do processo histórico em que as correntes de povoamento resultaram, através da miscigenação no isolamento.

O diagnóstico de Antônio Conselheiro é contraditório, o leitor percebendo a hesitação do autor entre considerá-lo um grande homem e decretá-lo “doente grave”, afetado de paranóia. “Condensando o obscurantismo de três raças”, a pessoa do condutor de homens “cresceu tanto que se projetou na História”.

Líder místico católico, Antônio Conselheiro, acompanhado de seus beatos, vagueava pelo sertão numa vida de penitência, proferindo sermões e comandando a construção ou reconstrução de igrejas, cemitérios e açudes. Assim se passaram trinta anos, com o séquito sempre a aumentar.

Tentando elucidar a origem da Guerra de Canudos, Euclides mostra como o advento da República acarreta alterações que perturbam o ânimo dos conselheiristas: novos impostos, separação entre Igreja e Estado, liberdade de culto e instituição do casamento civil, que contradizia frontalmente um sacramento católico.

Repelidos em toda parte, os peregrinos acabaram por se refugiar, por volta do ano de 1893, nas ruínas de uma fazenda abandonada por nome Canudos, no fundo do sertão baiano. Edificam pouco a pouco seus barracos de pau-a-pique – futura “Tróia de taipa”, no oxímoro euclidiano.

Não há madeira no sertão, cuja cobertura vegetal típica é a caatinga, a qual não passa de um mato ralo, feito de garranchos, gravetos e cactos. Por isso, o povo de Canudos tinha comprado e pago, antecipadamente, em 1896, na cidade de Juazeiro, um lote de peças necessárias para as obras da Igreja Nova. Não tendo recebido a encomenda, foram buscá-la em procissão, cantando hinos religiosos e desarmados. Entrementes, as autoridades locais tinham convocado para recebê-los tropas estaduais as quais, emboscadas em Uauá, os dizimaram, mas bateram em retirada.

Nova ofensiva, mais numerosa e mais bem armada, deslancha novo ataque policial-militar em janeiro de 1897, que resulta igualmente em derrota.

A terceira expedição seria comandada pelo coronel Moreira César, que vinha de reprimir outra insurreição no Sul, quando se destacara pelo rigor da repressão que exercia e à qual devia o cognome de “Corta-pescoço”. O perigo que Canudos veio a representar, após essas duas derrotas, já é agora considerado de alçada nacional e grave demais para ficar sob a responsabilidade de tropas estaduais. Monta-se uma grande ofensiva, com forças federais vindas de todo o país, armamento moderno incluindo canhões, e uma ampla campanha no sentido de excitar a opinião pública. Os ânimos estão exaltados, a demagogia patriótica espicaçada, e insinua-se que os incidentes do sertão apontam para uma tentativa de restauração monárquica.

Acompanhada pela atenção de todo o país, a terceira expedição se reúne em Salvador e marcha para Canudos. Chega a atacar o arraial, mas após algumas horas, sofrendo pesadas perdas, inclusive a



de seu comandante, bate em retirada, debandando. Para facilitar a fuga arremessa longe armas e munições – que serão coletadas e entesouradas pelos canudenses – e até peças de farda, como dólmans ou botas.

Euclides mostra em cenas vívidas o que foi a celeuma provocada por mais esta derrota. Manifestações de rua nas duas principais cidades do país, Rio e São Paulo, acabaram se transformando em motins em que o furor da multidão se desencadeou sobre os alvos mais óbvios, ou seja, os poucos jornais monarquistas sobreviventes: quatro foram empastelados e o dono de um deles foi linchado. Todos clamavam pelo aniquilamento dessa ameaça à novel República. Os estudantes assinaram uma petição exigindo a liquidação dos sequazes do “degenerado”. Deputados e senadores não discutiam outra coisa no Parlamento. Os jornais trataram a derrota como uma calamidade nacional, disseminando a insegurança e o alarme por toda parte, multiplicando notícias falsas, cartas forjadas e denúncia de focos conspiratórios até internacionais.

Prepara-se então uma quarta expedição, na qual novamente sobe a patente em comando, agora o general Artur Oscar de Andrade Guimarães, assistido por quatro outros generais. Um marechal viria a ser o chefe supremo, na pessoa do ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt, que se deslocou para o teatro das operações com seu estado-maior e ali montou seu gabinete. As tropas são mobilizadas em todo o país. Foi integrado nessa expedição, na qualidade simultânea de repórter e adido ao estado maior do ministro da Guerra, que Euclides se tornou testemunha ocular da campanha, enviando para o jornal *O Estado de S. Paulo* a série de correspondências que levaria o título de *Diário de uma expedição*.

Da leitura dessas correspondências, depreende-se como Euclides se encaminhou para Canudos presa da mesma lavagem cerebral que as forças armadas e os demais jornalistas, tomados todos de

entusiasmo republicano e de fervor sacrificial. Encontravam-se prontos a dar a vida pela República que tanto prezavam, não sem antes extirpar do mundo a ameaça monarquista. É ao longo do desenrolar das reportagens que o leitor pode entrever dúvidas incipientes a se insinuarem no espírito do escritor, que dá os primeiros sinais de desconfiar da propaganda maciça. Essas dúvidas serão depois intensamente elaboradas em *Os sertões*.

Arrancando em junho de 1897, a quarta expedição iria assediar o arraial, o qual é cercado para impedir socorros ou reforços. O alvo estratégico maior, todavia, era cercear o abastecimento de água, tão preciosa na caatinga seca e penosamente obtida pelos canudenses em cacimbas abertas no leito seco do Vaza-Barris, um uede, ou rio temporário, só cheio e correndo por ocasião de temporadas de fortes chuvas.

Graças ao desastre da terceira expedição, os canudenses se armaram. Se antes só dispunham de poucas e arcaicas peças de fogo, daquelas de carregar pela boca – arcabuzes, bacamartes e colubrinas – passaram a dispor do mais moderno armamento da época, abandonado pelas tropas em debandada. Dentre todos, os mais cobiçados eram os rifles de repetição Mannlicher austríacos e as carabinas Comblain belgas.

A poderosa arremetida de tantos recursos conjugados – abundância de homens, fartura de armas e munições, concurso de muitos canhões – implanta o assédio que vai constringindo o arraial, do qual alguns setores são aos poucos ocupados. A resistência inquebrantável dos canudenses desafia a compreensão e se constitui em enigma. Alguns dias antes do final parlamenta-se uma rendição, negociada por Antônio Beatinho. Para consternação dos atacantes, entregam-se cerca de trezentas mulheres, reduzidas pela penúria à condição de esqueletos, acompanhadas pelas crianças e por alguns velhos. Após o que a resistência recrudesce, com mais ânimo agora porque

desvencilhada de um peso morto. E, castigando o arraial por intenso bombardeio durante vários dias, procedeu-se à utilização pioneira de uma espécie de napalm improvisado, gasolina espalhada sobre as casas ainda habitadas sendo incendiada mediante o lançamento de bastões de dinamite. O arraial se calou, sem se render, a 5 de outubro de 1897. Os últimos resistentes, calcinados numa cova no largo das igrejas, não eram mais que quatro, dos quais dois homens, um velho e um menino. Sempre lembrado, esse final inglório tornou-se representativo daquela que foi uma guerra de extermínio contra uma população indefesa.

O cadáver de Antônio Conselheiro, que morrera de doença no dia 22 de setembro, pouco antes do final, foi exumado. Sua cabeça foi cortada e levada para a Faculdade de Medicina da Bahia para ser autopsiada, com a intenção de descobrir-se a origem de seus descaminhos, o que, segundo rezavam as teorias lombrosianas então em vigor, podia ser inferido a partir das dimensões do crânio e da dissecação do cérebro. Entretanto, o laudo oficial furtou-se a apresentar alguma conclusão definitiva, adensando o mistério, para desapontamento de quantos queriam responsabilizar algo palpável, como a anatomia do líder.



A Guerra de Canudos, como vimos, acabou por se revelar ingloriamente como uma chacina de pobres-diabos. Tornou-se evidente que não houvera conspiração alguma e que este bando de sertanejos miseráveis não tinha qualquer ligação com os monarquistas instituídos – gente branca, urbana e de outra classe social, com horror a “jagunços” e “fanáticos”, os quais não passavam de mestiços pobres como os canudenses –, nem qualquer apoio logístico, seja no país, seja no exterior.

A reviravolta resultante foi notável: a opinião mudou de lado e passou a lamentar o massacre de valentes compatriotas numa luta fratricida. Ademais, deixou de ser segredo que a conduta do exército estivera longe de ser irreprochável. Alguns escassos correspondentes de guerra já haviam revelado a degola em público dos prisioneiros indefesos, prática sancionada por todos, inclusive pelos comandantes.

Com a Guerra de Canudos completa-se o processo de consolidação do regime republicano. Graças a ela, exorcizou-se o espectro de uma eventual restauração monárquica. Posteriormente, tendo à vista os testemunhos, pode-se dizer que a opinião pública foi manipulada e que os canudenses serviram de bode expiatório nesse processo. Eles desempenharam involuntariamente o papel de adversário comum a todos, aquele que se enfrenta coletivamente e que permite forjar a união nacional. À falta de um inimigo externo, capaz de provocar a coesão do corpo social e político, infalível em caso de guerra internacional, suscitou-se um inimigo interno, com invulgar eficácia.



Euclides escrevera dois artigos com o mesmo título de “A nossa Vendéia”, estampados em *O Estado de S. Paulo* – periódico com que colaborava habitualmente desde o ano anterior à proclamação da República, quando fora expulso da Escola Militar por insubordinação – em março e julho de 1897, o primeiro provocado pelo desastre da terceira expedição e o segundo pela arrancada da quarta. Assim se tornou um candidato natural a correspondente. Além de mostrar-se enfronhado no assunto, já expendendo opiniões sobre a natureza do sertão e da campanha, criaria com o título uma expressão que marcou época e que foi repetida por todos. Ele mesmo a re-

negaria mais tarde, depois de ter passado tempos a afirmar que o livro que se destinava a escrever repetiria o título. A felicidade da fórmula era um modelo de concentração ideológica. Num conciso sintagma de três termos, transpunha para o coração do Brasil a revolta monarquista católica coligando campesinato e nobreza (1893) em reação contra a Revolução Francesa, democrática, laica e republicana. Mas, quando o livro saiu, ele já sabia que a fórmula, embora feliz, era tendenciosa, e deturpava o caráter do que ocorreria. Por isso, desistiu de empregá-la novamente.

Indicado por *O Estado de S. Paulo*, Euclides acumularia ainda o cargo de adido ao Estado-Maior do Ministro da Guerra, que obteria mediante pedido de Júlio Mesquita, diretor do jornal, ao Presidente da República, Prudente de Moraes.

As reportagens, começando já a bordo do navio *Espírito Santo*, que conduzia tropas no percurso Rio–Bahia, impressionam por serem tão bem escritas, quando se sabe que as condições materiais de trabalho eram penosas, e piorariam a partir da capital. Escreveria ao balanço do trem, em lombo de montaria ou, literalmente, no joelho, enquanto vivia em barracas no acampamento militar, sob o troar da metralha. Já em Salvador fora tocado pelo testemunho de um jagunço de catorze anos, feito prisioneiro. Este negara o que os interrogadores sugeriam, que o Conselheiro fazia milagres e que garantia a ressurreição dos mortos em combate. Indagado, então, quanto ao que o Conselheiro prometia como recompensa aos canudenses que arriscavam a vida, respondera: “Salvar a alma.” Surpreendido, Euclides observa: “...não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão.”

Esse é o primeiro sinal de que a inteligência de Euclides está prestes a captar algum engano no ar. Penetrando no sertão e chegando até Canudos, o escritor vai gradativamente intensificando

esses sinais, e mitigando o entusiasmo patriótico que no início demonstrara, sem todavia perdê-lo de vez. Desviando-se dos demais repórteres, fará reflexões sobre o cunho equivocado da acolhida a bala dada aos canudenses, quanto outro tipo de tratamento mais civilizado poderia resolver os problemas. E dali a um palmo está o surgimento da admiração que por eles passa a manifestar.



Cinco anos, ou um pouco menos computando os trâmites editoriais, foram necessários para a verdadeira metamorfose que vai das reportagens a *Os sertões*: cinco anos e uma grande ambição. A massa de informações científicas e históricas acumuladas no livro aponta para o risco da dispersão. Mas, ali reunidas, ganham uma certa unificação, que lhes é conferida pelo estilo naturalista, então predominante na literatura brasileira, junto com um tratamento parnasiano da paisagem. A mescla de descrição impessoal com preocupação genética, à maneira do Naturalismo, é posta aqui a serviço da crônica de uma guerra. E a guerra, como se sabe, é literariamente a figuração do drama, ou confronto entre duas pessoas, duas famílias, duas equipes, dois partidos, dois povos, e assim por diante.

Entretanto, o que se observa é que a formação da terra na primeira parte e a do homem na segunda parte já são igualmente tratadas como um drama. No que concerne à terra, os seres da natureza, antropomorfizados, são dotados de sentimentos ou mesmo de desígnios. No caso do homem, o tema central é o confronto feroz de três raças em disputa de hegemonia. Todavia, como amiúde ocorre nas obras naturalistas, as idéias e as teorias são a cada passo postas em relevo, adquirindo voz própria. O determinismo, o cientificismo, o evolucionismo, a noção de linearidade do progresso tido como inelutável, as preocupações ligadas aos fatores hereditários, tudo isso

tem freqüentemente voz ativa na narrativa. Disso resultando o caráter polifônico do livro em seu conjunto.

O modo como essa polifonia se realiza decorre da intertextualidade. Ao longo do livro, e é o que lhe dá seu sopro enciclopédico, textos e autores são incessantemente citados e submetidos a discussão. Na parte sobre “A Luta” o autor recorre não somente a suas próprias reportagens e cadernetas de campo, mas também às reportagens dos outros correspondentes, às ordens do dia do exército, aos relatórios de governo. No capítulo inicial, “A Terra”, são mobilizados textos e autores de geologia, de meteorologia, de botânica, de zoologia, de física, de química. Em “O Homem”, o autor, ao passar em revista textos de história da colonização, de folclore, de psiquiatria, de neurologia, de sociologia, de etnologia, embrenha-se por conjecturas que tornam essa a parte mais polêmica do livro.

A dificuldade em lidar com uma tal avalanche de saberes é patente, e se resolve em paráfrases discordantes que se sucedem. Na impossibilidade de realizar uma síntese, ou mesmo sínteses parciais, o texto avança jogando com todo tipo de antíteses, antinomias e contradições. Estas podem tomar o aspecto de uma figura freqüentemente privilegiada, o oxímoro, isto é, uma aproximação violenta de contrários: “Tróia de taipa” para definir o arraial, “Hércules-Quasímodo” para definir o sertanejo.

A complexa questão da composição de *Os sertões* segue em geral essas linhas. E a maneira como o texto a enfrenta está à altura dessa complexidade, pondo em jogo recursos nada simplistas ou lineares como a polifonia e a intertextualidade. Para amarrar a matéria, Euclides tomou ainda emprestada dos canudenses, milenaristas e mesianistas, que ali se concentraram na Terra Prometida que escolheram para esperar o Juízo Final anunciado pelo fim do século, numa vida de oração para salvar suas almas, a visão escatológica. E mostra como, ao operar uma inversão demoníaca das imagens bíblicas que

presidem ao mito salvacionista, é possível vislumbrar o ponto de vista deles. O Belo Monte – como rebatizaram o arraial – ou Nova Jerusalém, tinha se transformado no seu oposto, o inferno. O rio da Cidade de Deus, o rio da vida eterna, se presentifica no leito sem água do Vaza-Barris. As muralhas de ouro garantidas pelas Escrituras, que aguardam os justos, não passam de edificações de pau-a-pique. A vegetação luxuriante do jardim de delícias pelo qual anseiam se degrada na caatinga seca e desnuda. E assim por diante. Seu mundo tinha se desencantado.

Por isso, o grande sintagma narrativo de *Os sertões* – começando pelo Gênesis telúrico e terminando pelo Juízo Final contido no Apocalipse, simbolizado pelo aniquilamento de Canudos pelo fogo – haure sua inspiração visionária na mimese do paradigma bíblico.

## ~ Bibliografia

- Cunha, Euclides da. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1996, 2ª ed.
- Galvão, Walnice Nogueira (org.). Euclides da Cunha, *Canudos – Diário de uma expedição*, in *Jornalivro*, nº 10, novembro de 1972, primeira quinzena.
- \_\_\_\_\_. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1974; 2ª ed., 1977; 3ª ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. “De sertões e jagunços”, in *Saco de gatos*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- \_\_\_\_\_. “O correspondente de guerra Euclides da Cunha”, id., ib.
- \_\_\_\_\_. “Ciclo de *Os sertões*”, em *Gatos de outro saco*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_ (org.). Introdução e notas a Euclides da Cunha, *Los sertones*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.



- \_\_\_\_ (org.). Introdução e notas a *Euclides da Cunha*. Coord. Florestan Fernandes, Col. Grandes Cientistas Sociais, nº 45. São Paulo: Ática, 1984.
- \_\_\_\_. Edição crítica de *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985; 2ª ed., São Paulo: Ática, 1996.
- \_\_\_\_. “Euclides da Cunha”, in Ana Pizarro (org.), *América Latina – Palavra, literatura e cultura*, Vol. 2. Campinas: Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_. *Correspondência de Euclides da Cunha* (c/ Oswaldo Galotti). São Paulo: EdUSP, 1997.
- \_\_\_\_. “Remendando 1897”, *Desconversa*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_ (org.) Euclides da Cunha, *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Armas da guerra de Canudos



# Vida e morte nos sertões do Conselheiro

FREDERICO PERNAMBUCANO DE MELLO

As guerras têm representado um desafio permanente para os escritores, não só para os que se dedicam à história – nos primórdios, simples crônica de tratados e batalhas, como sabemos – senão para tantos ficcionistas, até mesmo poetas, que se deixando atrair pela exacerbação de energias humanas que os conflitos provocam, vão encontrar no extraordinário dessas circunstâncias o impulso para o seu projeto nas letras. O traço saliente em tudo isso parece ser o desafio a que nos referimos: a dificuldade de abarcar, relatar e compreender ou explicar uma guerra, representando a força de apelo principal que o tema possui.

Nem bem a tinta secara na rendição confederada de Appomatox, Virgínia, em 1865, pondo fim a uma das mais cruentas guerras civis da história, a da Secessão norte-americana, o escritor Walt Whitman sentenciava: “A verdadeira guerra jamais será narrada nos livros.” Hoje, bem mais de cem anos passados daquele instante de sombras, a bibliografia sobre a guerra do Norte democrático contra

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, durante o ciclo Centenário da publicação de *Os sertões*, em 10 de julho de 2001. Frederico Pernambucano de Mello é Superintendente do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, autor de várias obras, entre as quais *A guerra total de Camudos*.

o Sul da plutocracia escravista se mede em milhares de obras, o que não impede – a confirmar as palavras do autor do *Leaves of Grass* – que aspectos, como o comportamento por tantas passagens genial do presidente Lincoln, por exemplo, ainda se conservem francamente misteriosos.

Essa mesma força de apelo, com a presença de mistérios que valem para o intérprete como luva atirada em desafio, vamos encontrar na Guerra de Canudos, que contrapõe brasileiros em sintonia com os influxos de civilização européia chegados por mar, os brasileiros do litoral de Norte a Sul, a outros brasileiros, viventes – ou sobreviventes – daquele “outro Nordeste” da expressão sugerida por Gilberto Freyre a Djacir Menezes para título de livro de 1937 sobre o semi-árido setentrional, os brasileiros do sertão, da caatinga, do espinho, da seca como fatalidade intermitente, para os quais o couro figurava como fonte de todos os utensílios com que acalantar uma existência despojada de conforto, em regra, sem o mínimo de riqueza ou comodidade. Se é quase impossível narrar uma guerra, conforme salienta Whitman, mais difícil ainda essa tarefa se torna quando as partes em conflito – casos das guerras da Secessão e de Canudos – encarnam expressões de cultura não somente divorciadas entre si como antagônicas por muitos de seus aspectos. Falar da grande tragédia nacional de Canudos é falar da falha na colonização brasileira que destinou a litoral e sertão trilhas paralelas de desdobramento, dessa incomunicabilidade resultando o fato grotesco de se sentirem estrangeiros o litorâneo e o sertanejo, quando postos em face um do outro. Dantas Barreto, combatente ativo em Canudos, registra a estupefação que sentiu ao ouvir, numa conversa entre seus soldados, um deles dizer que pensava em fazer isso ou aquilo, “quando voltar ao Brasil”. Alertado, o cronista militar passa a se interessar pelo assunto e aprofunda a observação para logo concluir sobre o ambiente do nordeste baiano que

não parecia estar-se no próprio país, e os homens que nos apareciam pelos caminhos quase desertos nada tinham de comum com os habitantes do litoral do Norte ou dos Estados do Sul (...) cabelos sempre crescidos; barbas longas, sem o menor cuidado; constituição franzina, angulosa; olhares vagos, sem expressão; movimentos indiferentes, de quem tudo lhe parece bem; o homem, enfim, sem atavios nem artificios.<sup>1</sup>

A ausência natural de vaidade e de apuro, concorrendo com a assimilação intuitiva das lições que a natureza dava aos gritos, na eloquência dos rigores de um meio físico pouco menos que desumano, responde pela singeleza admiravelmente funcional do traje do povo do Belo Monte e dos seus arredores, consistente, nas mulheres, de uma saia de chita ordinária ou de algodão branco, a que sobrepuñham uma blusa leve e frouxa de tecido similar, enquanto os homens costumavam servir-se do algodão listrado ou azul, para as calças, e do mesmo algodão, inteiramente branco, para a camisa, trazendo aos pés alpercatas de couro cru. Nos que se montavam, a fatalidade do traquejo com o gado ou a miunça – o arraial era todo ele uma grande fazenda de cabras e ovelhas – criava a ambição pelo chapéu, guarda-peito e gibão, todos de couro, alguma vaidade revelando-se nuns “sapatos também de couro vermelho ou alaranjado, conforme o rigor do costume”, e no chapéu, em que o couro de bode se apresentava curtido, ainda que artesanalmente, na golda do angico, reservando-se para os mais caprichosos o emprego do couro de veado.<sup>2</sup>

O traje de cores leves, combinações suaves, com a predominância maciça das tonalidades claras, se na paz respondia por uma vantagem ecológica fácil de avaliar *vis-à-vis* da soalheira que cresta os campos ao longo do ano inteiro, na guerra, esbatido contra o alaranjado do solo e o cinzento da caatinga, mostrava-se capaz de produzir um mimetismo que não pouco desespero levou aos atiradores das forças legais. Mas não só na disposição de manter as cores neutras da vestimenta dos tempos normais se bastou a atitude dos jagunços por oca-

<sup>1</sup> Dantas Barreto, *Destruição de Canudos*, pp. 52 a 53.

<sup>2</sup> Dantas Barreto, *op. cit.*, pp. 13 a 15, e *Acidentes da guerra*, p. 179.

sião do conflito. Há evidências de terem sintonizado intuitivamente com a alta virtude militar da invisibilidade do grupo combatente, através de esforço deliberado em favor do mimetismo a que aludimos. Atente-se para esse registro do correspondente de guerra do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, de 26 de julho de 1897:

Os jagunços vestem-se de folhas para serem confundidos com o mato, e trazem campainhas ao pescoço e berram como carneiros para poderem aproximar-se das forças e atacá-las.

À parte a insídia sonora, nada desprezível em seus efeitos na guerra, o que temos nesse registro – um, em meio a tantos outros – é a comprovação surpreendente de uma antecipação militar levada a efeito pelos conselheiristas: a do empenho em favor da invisibilidade. E se falamos de surpresa e de antecipação é porque a história militar tem datado de 1904, da campanha da Mandchúria, a primeira ocorrência desse tipo de esforço, atribuído ao exército do Japão, em guerra contra a Rússia, esforço que, aliás, só viria a se generalizar ao longo da Primeira Guerra Mundial.

Enquanto isso se dava, o nosso Exército fazia uso de cores fortes e contrastantes no traje – fatores, ambos, de facilitação para o tiro do inimigo – avultando no conjunto, ao lado do azul-escuro e do cinzento carregado das túnicas, a chamada calça *garance*, também do regulamento, resultado do emprego da garança, é dizer, do corante vegetal que produz a mais viva tonalidade do vermelho: a escarlata. É curioso assinalar que a farda extravagante do nosso soldado em Canudos não era fruto da evolução natural dos traços, cores, estilos e emblemas lentamente fixados ao longo do período colonial na vestimenta de nossas forças armadas, passando pelo momento culminante da Guerra do Paraguai. Ao contrário, estava-se diante de uma ruptura. De uma demasia com que a República procurava afirmar-se be-

bendo em figurino sobretudo francês que estava sendo questionado na própria origem. Data de 1890 o início dessa revolução estética, que se cristalizaria na adoção do dolmã europeu da cavalaria ligeira, na cor cinzento-escuro, e da calça *garance* com friso dourado, através do Decreto nº 1.729, de 11 de junho de 1894. Não satisfeitos, apenas dois anos depois os planejadores das galas republicanas trocavam o cinzento-escuro da túnica da infantaria pelo ainda mais forte azul-ferrete. Prova do desacerto da reforma está em que a calça-bombacha, abolida então, sobrevive na tropa por mais dez anos, sendo das peças de vestuário mais vistas nas fotografias colhidas em Canudos. Pudera. A história registra que o mestre-de-campo João Fernandes Vieira, governador de Pernambuco, enfrentava os holandeses no meado do século XVII... trajando bombachas.<sup>3</sup> Em publicação oficial do Exército brasileiro, de 1910, parte referente à orientação para o tiro de fuzil, vamos encontrar que as cores jagunças do branco-areia e do azul celeste desaparecem ao olho humano entre os 150 e os 260 metros, enquanto que “as cores vivas são perceptíveis a 300 metros”. Especificamente sobre o “encarnado escarlate”, o manual não vacila: “é visível na maior distância a que atinge a vista humana”. O jagunço, pródigo na criação de nomes pejorativos para tudo, muito cedo apelida o nosso soldado de *saia-encarnada*.<sup>4</sup>

O assentamento de povoado tão populoso e denso arquitetonicamente, em apenas quatro anos, tendo por origem um arruado de cerca de 50 choupanas situadas em terras derredor do capelato de Santo Antônio, à margem esquerda do Vaza-Barris, *vis-à-vis* da casa-grande da velha fazenda Canudos, da gente do barão de Jeremoabo, propriedade à época em decadência, surpreende, intimida e, por fim, chega a apavorar os burgos vizinhos, antigos e estagnados, o mesmo se dando com os latifúndios em volta, enleados numa crise de braços para o trabalho, que minguavam na ordem inversa da expansão do ajuntamento pio. O barão, à frente de um movimento de proprietá-

<sup>3</sup> Gustavo Barroso, *História militar do Brasil*, pp. 84 a 85, passim; Diogo Lopes Santiago, *História da Guerra de Pernambuco*, p. 580; Walnice Galvão, *No calor da bora*, pp. 240, 252, 291, 303 e 318, com testemunhos sobre a invisibilidade do jagunço. Ver ainda Macedo Soares, *A Guerra de Canudos*, p. 104.

<sup>4</sup> Vitorino Godinho, *Combate da infantaria*, p. 330; José Calazans, *No tempo de Antônio Conselheiro*, p. 120; Ildefonso Escobar, *Catecismo do soldado*, pp.197-198.

rios rurais, faz uso da imprensa de Salvador para mostrar aos governantes a impossibilidade de sobrevivência das fazendas ante o ímã de braços para o trabalho que se ativava no Belo Monte, tudo porque, olhos fixos no peregrino,

o povo em massa abandonava as suas casas e afazeres para acompanhá-lo. A população vivia como se estivesse em êxtase (...) Assim, foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade.<sup>5</sup>

Além desse receio patrimonial, um outro se impôs, mais agudo até: o da segurança dos residentes nas proximidades do Belo Monte. Em Canudos havia gente de todo tipo, especialmente aqueles “náufragos da vida”, da expressão de que se servia o padre Cícero para caracterizar um tipo de gente que chega não se sabe de onde, mãos e olhos vazios, sem passado, surgidos do nada. Havia desse rebotalho humano em Canudos. Também muitos beatos. Também comerciantes de talento, como Vilanova ou Macambira, que brilhavam na paz, ao lado de cangaceiros, como Pajeú ou José Venâncio, que brilharam na guerra. Não havia prostitutas. Nem jogo. Nem cabaré. Nem mesmo dança. O álcool era controlado com rigor. A polícia regular, ausente e declarada indesejável. Inadmissível, mesmo. Ninguém queria sequer ouvir falar de impostos, todos parecendo regalar-se na atitude ingênua de viver na fronteira entre o regular e o irregular em economia, um pé dentro e outro fora também da realidade política e administrativa do país. No Brasil, sem ser Brasil. Sem receber a polícia ou o cobrador de impostos.<sup>6</sup> Nesse sentido, e mais quanto ao regime de propriedade original que veremos adiante, pode-se dizer com segurança que Canudos rompia com a ficção rousseauiana do contrato de submissão espontânea da sociedade ao estado nacional, abrindo uma vereda de utopia a se bifurcar, em maior ou menor tempo, nos rumos fatais da adaptação ou do choque.

<sup>5</sup> *Jornal de Notícias*, edição de 4 de março de 1897, apud Consuelo Novais Sampaio, *Repensando Canudos: o jogo das oligarquias, Luso-Brasílian Review*, v. 30, n. 2, 1993, p. 106.

<sup>6</sup> José Calazans, entrevista a José Carlos Sebe Bom Meihy, *Luso-Brasílian Review*, loc. cit. nota acima; Edmundo Moniz, *A guerra social de Canudos*, p. 43.



Em geral, o cenário no Belo Monte era de pobreza, especialmente sanitária. O crescimento vertiginoso do burgo, o apinhamento do casario, sobretudo nas áreas de adventícios, a estreiteza e a irregularidade das ruas, o esgotamento precário de resíduos, tudo confluía para as más condições de higiene, atenuadas pela proximidade do leito do Vaza-Barris e pela insolação tão direta quanto permanente, de efeitos anti-sépticos nada desprezíveis. Mesmo no inverno, dificilmente o sol permitia que sua ausência se fizesse sentir ali. No verão, o *corte* das águas do grande rio torrencial não privava o sertanejo do seu líquido, criando apenas uma dificuldade a mais: a da abertura de cacimbas rasas no leito arenoso, a serem aprofundadas com o avanço do rigor do estio – que vai de março a setembro, quando sobrevêm as *trovoadas* – mas de onde sempre se extraía, com 4 a 6 palmos de escavação apenas, a melhor água disponível no local, a cota anual de chuvas, em torno dos 600 mm, situando-se bem no que toca ao arco de precipitações do semi-árido nordestino, oscilante entre os 300 e os 1.000 mm.<sup>7</sup> O mais era a organização, sobretudo pelas mulheres, da romaria de potes de barro e de cabaças gigantescas – havia ali tão grandes que delas se fazia berço de menino – dessa forma imemorial dando-se o abastecimento das casas em regra muito humildes. Um combatente pelo governo nos legou, no particular, um retrato bem focado da moradia ordinária dos jagunços, referta de elementos ecológicos interessantes em seu despojamento:

Habitavam pequenas casas de taipa, cobertas de ramas de coirana, sob uma camada espessa de barro amassado, normalmente com três peças de pequenas dimensões, em que nada mais se encontrava além de uma rede de fibra de caroá na sala, e um jirau de varas presas entre si por meio de cipós resistentes ou embiras de barriguda, no quarto exíguo de

<sup>7</sup> *Arqueologia histórica de Canudos*, p. 25; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste*, p. 27; Frederico Pernambucano de Mello, *Guerreiros do sol*, p. II, onde se vê que o arco litorâneo ia dos 1.000 aos 1.800 mm. Felipe Guerra, *Ainda o Nordeste*, p. II, mostra que as secas no sertão do Rio Grande do Norte podiam baixar esse piso para exíguos 140 mm, como em 1898. Atente ainda o leitor para o que nos traz Elói de Souza, no seu *O calvário das secas*, pp. 47 a 48: nos estados do sudoeste norte-americano essa cota anual não vai além dos 264 mm. Na Argélia, dos 735 mm.

<sup>8</sup> Dantas Barreto, loc. cit. nota I, p. 12. Não há discrepância, senão em detalhes geralmente de nomenclatura, entre as várias descrições testemunhais da casa jagunça, a de Dantas sendo uma das mais plásticas e completas. Não se engane o leitor quanto a estarmos diante de realidade viva: o caritô do Belo Monte, com ligeiras variações locais de componentes, sendo o mesmo *quixô* da favela urbana de hoje, especialmente no caso das invasões. Salvo no que toca à aligeirada adaptação para a guerra, a casa jagunça não nos põe diante de nenhum exotismo. De nada que não seja familiar a olhos brasileiros, em geral, e nordestinos, em particular.

dormir. Cozinham em grosseiras trempes de pedras, colocadas para um canto da outra peça, que lhes servia de sala de refeições, ou na área do terreiro (...) Todo o trem de cozinha e de mesa, se porventura havia mesa, era igualmente de barro cozido, tosco e grosseiro.<sup>8</sup>

Contendo a amargura que tanta singeleza possa causar a olhos civilizados, convém registrar não ter passado despercebida ao cronista militar a circunstância de tais moradias representarem para seus ocupantes, “despreocupados dos ruídos da civilização”, um ambiente “alegre e confortável, que não queriam abandonar”, confirmando-se, na arquitetura do Belo Monte, o relativismo radical do conceito de bem-estar. A magreza de meios não tolhia a possibilidade daquela gente simples ser feliz, metida nas casinhas desarrumadas do burgo vastíssimo, nas quais a comunicação com o exterior era feita por uma porta única geralmente destampada e, só em casos raros, coberta por esteira pendente ou sola batida, nada de janela ou porta de trás, padronizadas, todas, na cor avermelhada e ferruginosa do barro de que se compunham. No sentido do poente, na orla da praça apertada entre as igrejas esbranquiçadas e dispostas testa com testa uma da outra, formara-se o bairro mais favorecido do arraial, a chamada Vista Alegre ou Casas Brancas, local de moradia de abonados como Antônio Vilanova e João Abade, o segundo, autoridade a quem cabia enfeixar nas mãos duras toda a malha da ordem e da segurança públicas. O ocre predominante em mais de 80% do casario, aqui cedia passo a um tom cinzento claro de cal, as casas um tanto maiores, confortáveis, mais bem assistidas de passagens e – símbolo inquestionável de *status* – cobertas por telhas *francesas* de barro cozido. Há notícias de que se pisava em taco de madeira em algumas destas.

As casas e os caritôs do Belo Monte se dotariam para a guerra de dois artifícios tão insidiosos quanto eficazes em sua singeleza: o da abertura de orifício ao pé da parede ou *torneira*, para o sossegado tiro de ponto do tocaieiro, e o do rebaixamento do piso, com que esse es-

copeteiro se furtava aos efeitos do fogo dos atacantes. Acrescendo na velhacaria do esquema defensivo, o burgo era cortado em várias direções por cercas e valados, estes últimos com longos trechos cobertos por tábuas sob as quais os jagunços se deslocavam à margem das vistas dos atacantes, surgindo, de surpresa, aqui e acolá. O solo duro do arraial permitia ainda que as casas se comunicassem entre si por subterrâneos formadores de largos blocos de resistência em comum, também aqui valendo a iniciativa para propiciar uma mobilidade tática de efeitos fáceis de avaliar. Só pela fome ou pelo fogo se conseguiria neutralizar de todo os meandros tentaculares da resistência jagunça, espriados pela mancha inteira da povoação, um baixio de superfície irregular e cerca de 53 hectares de área, estreitado à volta por serras com altitude média de 500 m, o ponto culminante não indo além dos 659 m e a cota geral da microrregião, dos 400 m.<sup>9</sup>

Com o criatório de gado e especialmente de miunça se espalhando caatinga adentro, solto, quase selvagem, indiviso, a depender do *ferro* e do *sinhal* da tradição honrada em comum no que toca à propriedade, a agricultura fazia do leito e das encostas marginais do Vaza-Barris o seu espaço de desenvolvimento, florescendo ali, como em tantos outros lugares do sertão, o feijão *de arranca*, o milho *de sete semanas*, a mandioca, a batata-doce, a mangaba, o jerimum, a melancia e até mesmo, em baixios e vazantes, coqueiros e alguma cana-de-açúcar, tudo na linha estrita da subsistência. Nas Umburanas, a meia légua do arraial, havia moendas para o fabrico da rapadura. O emprego largo do algodão fiado bruto – as casas, em geral, continham roca e fuso – sugere que essa fibra pudesse ser cultivada ali, dividindo espaço com a flora silvestre. Com o juazeiro de sombra abençoada e aplicações múltiplas, inclusive sanitárias; com o umbuzeiro, a um tempo capaz de refrescar com o seu fruto e de dessedentar com as *batatas* de sua raiz; com a quixabeira medicinal; com o angico e a aroeira de serventia para tudo, sem esquecer os *espinhos brabos* do mandacaru, do alastrado, do xiquexique e

<sup>9</sup> Iara Dulce Bandeira de Ataíde, *Origens do povo do Bom Jesus Conselheiro, Revista USP – Dossiê Canudos*, n. 20, dez – fev, 1993/94, p. 91; *Arqueologia histórica de Canudos*, p. 25; Dantas Barreto, *Acidentes da Guerra*, pp. 312 a 313 e 319, e *Última expedição a Canudos*, p. 151; Walnice Galvão, *op. cit.*, pp. 242, 255 e 263. A adaptação da casa jagunça para fim militar está considerada em Dantas, *Última expedição*, p. 146; em Walnice Galvão, *loc. cit.*, p. 421, e especialmente em Tristão de Alencar Araripe, *Expedições militares contra Canudos*, pp. 195, 202 e 214, com registros de época feitos, respectivamente, pelos generais Artur Oscar e Carlos Eugênio, e pelo major Frederico Lisboa de Mara. Ainda sobre a felicidade do residente do Belo Monte, além dos registros mencionados, de Dantas e de Walnice, ver Macedo Soares, *op. cit.*, p. 143.



da macambira, dos quais se lança mão na seca como alimentação rústica para o gado, após queima domesticadora. Quando o fumo da soldadesca chegou a zero, a folha seca da aroeira foi atochada nos cachimbos – já não havia papel para fazer cigarros – e se revelou sucedâneo bem apreciado.

Com o mocó, o punaré ou o preá, fregueses dos serrotes de pedra, abria-se sempre uma fonte adicional de proteína para os residentes mais escopeteiros, ao lado das rolinhas, do lambu, da codorna e das aves de arribação. Toda essa fauna, além de escassa, mostrava-se arisca, exigindo olhos de sertanejo, de quase índio, para ser divulgada no cinzento da caatinga com alguma segurança para o tiro ou a flechada. Nesse ponto, o mimetismo do veado, do teiú e do camaleão apenas encontra rival na desconfiança do peba e dos tatus em geral, que tudo era socorro ao alcance do nativo do sertão. Do catigueiro de olhos argutos e presença sutil. E não se omita, por grave, a menção ao mel de abelha, o *mel de pau* do falar do sertanejo, tão rico em seu aspecto alimentar quanto variado em sabor, à vista da pluralidade de espécies que voejam no sertão, a exemplo da arapuaá, da capuxu, da cupira, da mandaçaia, da moça-branca, da tataíra, da tubiba, da uruçú e até mesmo de uma que pode ter implicação com o nome do lugar: a canudo. E que fique a chave de ouro para a “verdadeira ração de guerra daqueles sertões”, a *paçoca*, feita de “carne-de-sol pilada com farinha e rapadura”, aliando ao teor nutritivo a resistência à deterioração e a facilidade de transporte em lombo de burro, acondicionada em malas ou sacos.<sup>10</sup>

O Belo Monte fervilhava naquele início de 1897 como centro importador de gêneros especialmente das localidades próximas, de

<sup>10</sup> Juvenal Lamartine de Faria, *Velhos costumes do meu sertão*, p. 35; Macedo Soares, *op. cit.*, pp. 182 a 184; Dantas Barreto, *Destruição de Canudos*, pp. 128, 150 e 168 a 169; Oswaldo Lamartine de Faria, *Sertões do Seridó*, pp. 107 a 117. Sobre a comida braba dos caboclos no paroxismo das secas, recomendamos a leitura do livro *O problema alimentar no sertão*, de Orlando Parahym, p. 75.

Jeremoabo, de Tucano, de Uauá, da Várzea da Ema e até de Feira de Santana, mas uma robusta ajuda local era desencavada pelos residentes no esforço por minimizar os efeitos da irregularidade de fluxo das tropas de burro providas da vizinhança, única forma de abastecimento externo eficaz à época. Não jazia inerte o povo do Conselheiro à espera das riquezas de fora, olhos postos na estrada. Prova disso viria com os sobreviventes da terceira expedição, entre os quais se inscreve a voz qualificada do tenente Francisco de Ávila e Silva – ajudante de ordens de Moreira César e por este presenteado, *in extremis*, com seu “rico punhal de prata” – acordes em seus testemunhos quanto à existência derredor do arraial de “roças de cereais abundantes e criações numerosas”. Depoimento recente, dado por ancião residente na área, filho de jagunços, vai além na configuração da economia do Belo Monte, agregando a esta um caráter ativo, exportador, representado por contratos de fornecimento de peles de bode celebrados por Antônio Vilanova com os centros de Juazeiro e Feira de Santana.<sup>11</sup> É informação de hoje que encontra abono em registro do passado, da época da guerra, deixado por militar que avançou com sua unidade sobre o bairro mais remediado de Canudos, onde pôde ver que a casa de Antônio Vilanova “era um armazém sobre-modado vasto, com balcão, balança, etc.”, e que uma “considerável quantidade de peles” se achava estocada na de João Abade. À mesma fonte ficamos a dever ainda a informação, o seu tanto surpreendente, de que as “casas de telha”, quase todas “extensas e bem edificadas”, servindo em regra aos homens de negócio da vila, beiravam pelas I.600 unidades.<sup>12</sup> São fartos os sinais de que havia certa pujança econômica ali, para além da pura atividade de subsistência. E não espanta constatá-lo à vista dos fatores que se encadeiam nessa linha com prodigalidade. Assistido por sete estradas de fluxo vivo, impermeável à politicagem aldeã, sem problemas graves de água, clima propício ao criatório, ilhas de fertilidade para a agricultura de base,

<sup>11</sup> *Diário de Pernambuco*, edição de 14 de março de 1897; *O Estado de S. Paulo*, edição de 4 de agosto de 1996, contendo entrevista com João Reginaldo de Matos, o João Régis, de 89 anos.

<sup>12</sup> Macedo Soares, *op. cit.*, pp. 362 a 363.

mais a ausência completa de impostos e o calor da fé religiosa a mais obreira que se possa imaginar, o Belo Monte sobejava naquele complexo de causas que a história tem mostrado ser suficiente para multiplicar, da noite para o dia, as comunidades fundadas no misticismo. Não é tanto o mistério do quanto se fez em quatro anos naquele cotovelo longínquo do Vaza-Barris. Quatro anos que bóiam sobre uma década de invernos regulares, não esquecer.

A inquietação gerada pelas andanças de bandos de conselheiristas pelas terras que emendavam com a vila não era miragem. Mas certamente há de ter sido ampliada nas denúncias da elite econômica tradicional, apresentadas às autoridades públicas do Estado da Bahia numa expressão de pânico bem compreensível da parte de quem tinha o que perder com qualquer alteração no *establishment*, tanto mais quando se estava a pouca distância da superação de dois abalos de peso causados pelos adventos da Abolição e da República. A primeira, não apenas aceita como posta a serviço do adensamento humano do arraial, sabido que Canudos absorveu grande parte da chamada *gente do Treze de Maio*, errante pelo sertão na embriaguez de uma liberdade que cedo mostraria a face real de abandono. A segunda, a República, vista com desconfiança por conta do esforço de laicização das instituições, dentro da tendência de separação entre Estado e Igreja, objetivo caro aos republicanos, especialmente os militares, e que se expressava por metas como a da implantação do casamento civil ou a da secularização dos cemitérios.

Canudos se fechava à República por não aceitar que o Estado se afastasse da Igreja. Até mesmo o dinheiro republicano, então inflacionado, chega a ter a circulação interdita parcialmente no arraial. No sentido inverso, era o governo, pelas lideranças econômicas e autoridades públicas, que tinha dificuldade em aceitar o regime social vigente em Canudos, notadamente no que diz respeito à tendência de coletivização dos meios de produção, em outras palavras, à espécie de socialismo caboclo que ali se implantara e que se expressava

sedutoramente, mesmo para o adventício mais tosco, na forma da posse comum de uma terra inapropriável senão por todos, o mesmo regime cobrindo os rebanhos e os frutos do trabalho coletivo, exceção aberta apenas para a casa de morada – mas não para o chão – e para os bens móveis. Que dessa desconfiança recíproca tenha resultado um apego ainda maior dos sertanejos pela Monarquia, naturalmente inclinados à conservação de valores primitivos como eram, não há qualquer dúvida; mas daí a se pensar que as lideranças do trono brasileiro decaído tivessem chegado a militar efetivamente em favor dos revoltosos do nordeste baiano, é conclusão que jamais teve por si qualquer prova, ontem como hoje, não indo além do boato. Boato, aliás, muito bem administrado pela imprensa jacobina simpática à legenda de Floriano Peixoto, que se encarregava de disseminá-lo para colher os frutos do pânico propositadamente instilado nos adeptos de um regime republicano mal saído dos cueiros, ainda incerto em seus rumos juvenis e que se dizia atacado no sertão por armas surdas e balas explosivas.<sup>13</sup> Nem militância de monarquistas, nem armas surdas ou balas explosivas, eis o que sustenta categoricamente Dantas Barreto, para quem a ação dos saudosistas do Império em face da guerra “foi toda platônica”. Quanto ao armamento, são dele estas palavras ainda uma vez categóricas:

... as armas e munições que existiam na cidadela do fanatismo não iam além das que os jagunços houveram das diligências e expedições destinadas a batê-los, e dos desertores de Sergipe e Alagoas, tudo aliás em número tão considerável que nos produziram os maiores estragos. O mais eram armas e munições de caça, que já não se empregam senão em lugares remotos do interior.<sup>14</sup>

“Em tempo de guerra, mentira no mar e na terra”, reza o ditado, que não seria desmentido nos sucessos de 1897. A imprensa do Sul do país cansou de falar de uma conspiração monarquista para abastecer os jagunços de armas e utensílios importados, inclusive das

<sup>13</sup> Guilherme Studart, *Geografia do Ceará*, p. 84; José Calazans, *loc. cit.*, nota 6, pp. 27 a 28.

<sup>14</sup> Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos*, p. 14; Walnice Galvão, *op. cit.*, pp. 295, 296 e 298, com a polêmica áspera aberta entre o general comandante e o correspondente do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em torno das imaginárias “armas surdas e balas explosivas”.

fantásticas balas explosivas, em torno das quais formou-se um boato de pedra, ainda repetido em nossos dias com foros de realidade. Esse tema das supostas balas explosivas, que fez furor na imprensa de todo o país, não brotou do nada. Nem de imaginação ou má-fé. Surgiu a partir de telegrama enviado de Canudos pelo próprio comandante geral da quarta expedição ao ajudante-general do Exército, no Rio de Janeiro, no dia 6 de julho de 1897, em termos que traem uma grande inquietação, como se pode ver:

Inimigo admiravelmente bem armado com *Mannlicher*, *Comblain*, *Mauser*, *Kropatschek*, armas surdas e balas explosivas, sendo estas as que têm em maior número. São horríveis os ferimentos por balas explosivas. Saudações. General Artur Oscar.<sup>15</sup>

A mensagem-bomba do general comandante punha fogo nas mentes já aquecidas da militância republicana por dois de seus pontos, ambos de grande delicadeza. Falar de balas explosivas era admitir a entrada no Brasil, em quantidade extraordinária, de petrechos inteiramente estranhos às nossas forças de terra e mar, sendo forçoso concluir-se pela ocorrência de contrabando vultoso de material bélico o mais moderno, e de procedência européia, ao que arriscavam os peritos no assunto. Daí a se atribuir um fluxo assim sofisticado às lideranças monarquistas exiladas em peso na Europa, ia um passo bem pequeno. Poucos não o deram naquele meado de 1897. Como poucos não vieram a rezear que a Marinha estivesse novamente em cena contra uma República ainda pintada de verde-oliva, uma vez que os fuzis *Kropatschek*, mencionados pelo general Oscar, se inscreviam notoriamente como item de serviço exclusivo da força naval. E se estavam em Canudos... A outros acudiu que essa arma também era adotada pelo exército português, um país onde a monarquia, irmã da nossa, ainda estava firme... E nova corrente alarmista se formava. Poucas vezes a opinião pública nacional deu curso a tanto delírio. Havia quase um ano que a Bahia se achava mergulhada numa atmos-

<sup>15</sup> Macedo Soares, *op. cit.*, p. XIII.



fera de boatos a mais irresponsável, a mais histérica, a futrica dos partidos políticos se produzindo sem cessar, a serviço de oligarquias que não se detinham diante de nada. Com tanta desconfiança à solta, para o rompimento das hostilidades bastava que uma centelha atingisse a atmosfera tornada perigosamente volátil. Esta vem na forma de um telegrama de juiz de Direito do sertão ao governador do Estado, com pedido de garantias para a sua cidade, supostamente ameaçada pela cabroeira do Conselheiro. É assim que o conflito se instala a partir daquele 29 de outubro de 1896, incendiando os sertões e silenciando a viola anônima posta a serviço da confiança cega do matuto em seu condutor infável:

O anticristo chegou  
Para o Brasil governar  
Mas aí está Conselheiro  
Para dele nos livrar.

## ~ Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Liv. Ciências Humanas, 1980, 4<sup>a</sup> ed.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Expedições militares contra Canudos: seu aspecto marcial*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985.
- Arqueologia histórica de Canudos*. Salvador, UNEB, 1996.
- ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de, Origens do povo do Bom Jesus Conselheiro, *Revista USP – Dossiê Canudos*, São Paulo, n. 20, dez./fev., 1993-94, 88-99.
- BARRETO, Emídio Dantas. *Acidentes da guerra*. Recife, Liv. Econômica, 1914. 2<sup>a</sup> ed.
- \_\_\_\_\_. *Destrução de Canudos*. Recife, Ed. Jornal do Recife, 1912, 4<sup>o</sup> milheiro.
- \_\_\_\_\_. *Última expedição a Canudos*. Porto Alegre, Franco & Irmão Ed, 1898.

- BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1935.
- CALAZANS, José. *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da campanha de Canudos*. Salvador, UFBA, 1956.
- ESCOBAR, Ildefonso. *Catecismo do soldado*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional – Min. da Guerra, 1909.
- FARIA, Juvenal Lamartine de. *Velhos costumes do meu sertão*. Natal, Fund. José Augusto, 1965.
- FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília, Graf. Senado Federal, 1980.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo, Ed. Ática, 1974.
- GODINHO, Vitorino. *Combate da infantaria*. Famalicão – Portugal, Tip. Minerva, 1927.
- GUERRA, Felipe. *Ainda o Nordeste*. Natal, Tip. d'A República, 1927.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom, Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo (entrevista com José Calazans), *Luso-Brazilian Review*, Univ. Wisconsin – USA, v. 30, n. 2, 1993, 23-33.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: o banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife, Ed. Massangana, 1985.
- MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- PARAHYM, Orlando. *O problema alimentar no sertão*. Recife, Imp. Industrial, 1940.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. Repensando Canudos: o jogo das oligarquias, *Luso-Brazilian Review*, Univ. Wisconsin – USA, v. 30, n. 2, 1993, 97-113.
- SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife, Fundarpe, 1984.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. *A Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1959, 2ª ed. (1ª ed. 1903).
- SOUZA, Elói de. *O calvário das secas*. Natal, Imp. Oficial, 1938.
- STUDART, Guilherme. *Geografia do Ceará*. Fortaleza, Tip. Minerva, 1924.

# Euclides da Cunha e Raul Pompéia

ALEXEI BUENO

**É** um mistério, na vida das cidades e na dos grandes escritores que as imortalizaram, o destino que terão os traços físicos, materiais, das suas passagens pela terra. Nascidos nela ou não, a cidade do Rio de Janeiro ficou intimamente relacionada aos quatro maiores prosadores brasileiros, Machado de Assis, Raul Pompéia, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa. Do primeiro, nada restou. Sua casa natal desapareceu em época remota; o seu chalé do Cosme Velho, onde escreveu a maior parte da sua obra, foi criminosamente demolido na década de 30, tendo sido conservada, como galhofa máxima, a grande lápide de mármore ali posta em sua homenagem logo após a sua morte, atualmente no Museu Histórico Nacional. Extraordinário país que destrói as casas e conserva as placas! Seu túmulo, enfim, o “leito derradeiro” de sua Carolina, onde todos os domingos, entre as suas respectivas mortes, ele ia pôr flores, foi lamentavelmente destruído no ano passado. *Hélas!* De Euclides restou a famosa barraquinha

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, em 26 de junho de 2001, durante o ciclo Centenário da publicação de *Os sertões*.

Alexei Bueno é poeta, tradutor de poesia e organizador da obra de vários poetas para a editora Nova Aguilar. Atualmente é o diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro.

onde escreveu *Os sertões*, a casa onde viveu e a ponte que reconstruiu, todas em São José do Rio Pardo, para onde também levaram seus ossos e os do filho que morreu por sua memória. Nada de material em Cantagalo ou no Rio de Janeiro. São Paulo, de fato, encampou a devoção euclidiana, chegando mesmo a conceber um município com o nome de Euclides da Cunha Paulista. De Guimarães Rosa, afortunadamente, sobrevivem a casa natal em Cordisburgo e, em Copacabana, o apartamento onde escreveu algumas das maiores maravilhas da nossa língua. De Raul Pompéia, finalmente, existe ainda a casa natal, em estado ruinoso, a velha casa de fazenda em Jacuecanga, Angra dos Reis, onde nasceu a 12 de abril de 1863. Sobrevive também o seu túmulo, o seu triste túmulo de suicida. Mas sobretudo sobrevive, na Rua Ipiranga, em Laranjeiras, um casarão imenso, bellissimo, dos mais belos do neoclássico brasileiro, antiga fazenda, antiga residência do grande jurista Teixeira de Freitas, atualmente abrigando o Instituto João Alves Afonso, da Sociedade Amante da Instrução. Em 1873, porém, nele funcionava o Colégio Abílio, de Abílio César Borges, o célebre Barão de Macaúbas, o maior educador do Império. E nele ingressou nesse ano o menino Raul Pompéia, aos dez anos de idade. E até hoje, ao passarem pelo casarão, todas as pessoas que lêem apontam para ele e afirmam o que ele nunca foi, mas passou definitivamente a ser: Aqui era o *Ateneu*.

“Assim...”, como escreveu Fernando Pessoa: “...a lenda se escorre / A entrar na realidade, / E a fecundá-la decorre. Embaixo, a vida, metade / De nada, morre.” Se substituirmos lenda por arte, e a arte passou, sem dúvida alguma, a cumprir o papel pretérito da lenda na civilização, teremos algo da ligação entre Pompéia e o seu colégio real / imaginado, e algo da de Euclides com o fato histórico real / interpretado a que assistiu e ao qual deu uma dimensão

transcendente. Muito mais que no caso de Pompéia, estabeleceu-se entre Canudos e Euclides uma simbiose, uma espécie de fusão cinematográfica, indestrutível. Se Canudos transcende em muito Euclides, assim como Euclides transcende em muito Canudos, é impossível, de qualquer maneira, pensar em um sem o outro. O conflito do Contestado, por exemplo, não teve o seu Euclides, e, descontadas as proporções, nem se aproximou de um Canudos na alma nacional. Não saberíamos o que seria Tróia sem Homero, sejam o que tenham sido Homero e Tróia, nem sabemos quem seria para nós Vasco da Gama sem Camões. Sem Raul Pompéia, indubitavelmente, Abílio César Borges seria uma curiosa figura da educação no Império, lembrada nos capítulos iniciais das biografias de uns tantos grandes brasileiros.

Raul Pompéia descendia, pelo lado paterno, de família mineira, deslocada de Minas para Guaratinguetá e depois para Resende, na Província do Rio de Janeiro, por causa da perseguição à Inconfidência Mineira, na qual estava envolvida, tendo inclusive graus de parentesco com o Tiradentes, de quem Pompéia seria sobrinho, não sabemos ao certo em que grau. Sua mãe era de ascendência portuguesa. Tendo nascido em 1863, dois anos antes da eclosão da Guerra do Paraguai, é certo que passou toda a infância a ouvir narrativas bélicas dessa conflagração, terminada quando tinha sete anos de idade. Transferido para o Rio, viveu a experiência do Internato. Nunca, na vida concreta, guardou qualquer mágoa de Abílio César Borges, que imortalizou na caricatura terrível de Aristarco. Para o próprio, para o Barão de Macaúbas, escreveu Castro Alves – sobre quem Euclides da Cunha se manifestaria criticamente, e de maneira díspare, em duas ocasiões – os seus três primeiros poemas, como esses dois sonetos dos 14 anos de idade, repletos ainda de ecos da Independência e da epopéia napoleônica:

## ~ Sonetos aos anos do meu prezado diretor

Mancebos! De mil louros triunfantes  
Adornai o Moisés da mocidade,  
O Anjo que nos guia da verdade  
Pelos doces caminhos sempre ovantes.

Coroai de grinaldas verdejantes  
Quem rompeu para a Pátria nova idade,  
Guiando pelas leis sãs da amizade  
Os moços do progresso sempre amantes.

Vê, Brasil, este filho que o teu nome  
Sobre o mapa dos povos ilustrados  
Descreve qual o forte de Vendôme.

Conhece que os Andradas e os Machados,  
Que inda vivem nas asas do renome,  
Não morrem nestes céus abençoados!

\*

Mestre, Mestre querido, Pai de Amor,  
As glórias que conquistas co'a razão,  
Enchendo de prazer teu coração  
T'atraem grandes bênçãos do Senhor!

Os teus louros têm mais vivo fulgor,  
Que os ganhos ao ribombo do canhão;

Que os de um Aníbal, d'um Napoleão,  
Alcançados das mortes entre o horror.

Sim! Que os louros terríveis que Mavorte  
Ao soldado concede em dura guerra,  
Todos murcha a idéia só da morte!

Mas nos teus vero mérito se encerra,  
Que não cede do tempo ao braço forte,  
E alcançam justo prêmio além da terra!...

Apenas três anos depois de Pompéia, e portanto da sua mesma geração, nascia Euclides da Cunha em Cantagalo, em 20 de janeiro de 1866, de pai baiano e mãe fluminense. A mesma ambiência nacional, portanto, os envolveu, contribuindo de alguma maneira para o surgimento em ambos de uma mesma obsessão pela Justiça, que levaria o primeiro à feroz militância abolicionista e republicana em que se enredou, e que levaria o segundo, em 1888 – ano em que Pompéia publicava *O Ateneu* – a transformar-se no célebre “cadete da baioneta”, após atirá-la aos pés do Ministro da Guerra do Império moribundo. De certa maneira, instalado o novo regime, ambos foram recompensados pelo que sofreram em sua militância no período imperial. Expulso do Exército, a ele foi Euclides reconduzido, e se não se elevou a grandes cargos no período florianista – período em que Pompéia, anteriormente expulso da Academia de Direito de São Paulo, se tornou diretor da Biblioteca Nacional – foi por sua inata timidez ao se encontrar com o Marechal de Ferro, como narrou em carta célebre. 1888 e 1889 são, de fato, os anos decisivos desses dois destinos. Pompéia chega precocemente ao apogeu da sua obra literária, e vai extraviar-se na política. Euclides alcança o seu momento de maior evidência política, e a partir dele

derivará quase inconscientemente para a literatura e para a genial revelação da nacionalidade.

Em ambos manifestou-se, irrefreável, a vocação do ataque e da sátira, o primeiro sobretudo em Euclides, e através de um processo cruelmente analítico, a segunda principalmente no autor de *O Ateneu*. A prova do irrefreável dessa tendência encontramos-na na demonstração da lembrança carinhosa deste pelo velho mestre, em nada destoante dos ingênuos mas já bem escritos panegíricos infantis do grande poeta baiano, como vemos no artigo que escreveu quando da morte do seu “Aristarco”, em 1891, no *Jornal do Commercio*, apenas quatro anos antes da sua própria morte:

Sábado deixou de existir o Dr. Abílio de César Borges, Barão de Macaúbas, que foi com justiça o mais considerado dos educadores da mocidade brasileira. Cheio de entusiasmo pelas reformas liberais do ensino, o diretor do afamado *Ginásio Baiano* e do *Colégio Abílio* foi um propagandista ardente e eficacíssimo do melhoramento das condições do ensino primário e secundário; e os consideráveis estabelecimentos, que por longos anos sob a direção dos seus ativos e zelosos cuidados distribuíram educação e ensino a um sem número de rapazes, poderão em todo o tempo ser admirados como os modelos os mais perfeitos que na melindrosa pedagogia dos internatos se conseguiria instituir. Significando uma fecunda existência de trabalhos e dedicação pela causa sagrada da educação popular, seu nome será sempre lembrado em grata e luminosa recordação.

À margem de um boletim de Raul Pompéia, no ano de sua entrada no Colégio Abílio, escrevera o velho mestre: “É um menino de grandes esperanças!” Cumpriu-se, sem dúvida, o vaticínio, mais na obra do que na vida infeliz e breve daquele menino promissor. A noção da sordidez humana, da decepção perene, já transparece desde a primeira página de *O Ateneu*. É, em outro registro, algo do pessimismo schopenhaueriano do Machado de Assis de *Memórias póstumas de*



*Brás Cubas*, e na nossa opinião aproximamos aqui os dois maiores romances brasileiros do século XIX. Mas recordemos a chegada do menino Sérgio:

Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta.

Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regímen do amor doméstico, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso. Lembramo-nos, entretanto, com saudade hipócrita, dos felizes tempos; como se a mesma incerteza de hoje, sob outro aspecto, não nos houvesse perseguido outrora, e não viesse de longe a enfiada das decepções que nos ultrajam.

Há algo da força do futuro estilo euclidiano, indubitavelmente, na última expressão, “a enfiada das decepções que nos ultrajam”. De certa maneira, na verdade, algo do nojo e da indignação vazados por Pompéia na sua descrição de um microcosmo individual pode ser reencontrado no macrocosmo histórico-social da epopéia em prosa que é *Os sertões*. E bem poucas páginas depois da introdução aqui lembrada, deparamo-nos com a primeira caricatura – caricatura de um escritor que era também magnífico desenhista e caricaturista terrível, como comprovam sobretudo os seus desenhos da fase da imprensa paulistana – do mestre do Internato. E é espantoso pensar, ao lê-la logo depois do necrológio do personagem real, a capacidade de uma criança de gênio em perceber os ridículos e os baixos móveis da alma adulta até mesmo em pessoas que conscientemente admirava:

O Dr. Aristarco Argolo de Ramos, da conhecida família do Visconde de Ramos, do Norte, enchia o império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à sustância, atochando a imprensa dos lugarejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas, com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerador dos esfaimados de alfabeto dos confins da pátria. Os lugares que os não procuravam eram um belo dia surpreendidos pela enchente, gratuita, espontânea, irresistível! E não havia senão aceitar a farinha daquela marca para o pão do espírito. E engordavam as letras, à força daquele pão. Um benemérito. Não admira que em dias de gala, íntima ou nacional, nas festas do colégio ou recepções da coroa, o largo peito do grande educador desaparecesse sob constelações de pedraria, opulentando a nobreza de todos os honoríficos berloques.

Nas ocasiões de aparato é que se podia tomar o pulso ao homem. Não só as condecorações gritavam-lhe do peito como uma couraça de grilos: Ateneu! Ateneu! Aristarco todo era um anúncio. Os gestos, calmos, soberanos, eram de um rei – o autocrata excelso dos silabários; a pausa hierática do andar deixava sentir o esforço, a cada passo, que ele fazia para levar adiante, de empurrão, o progresso do ensino público; o olhar fulgurante, sob a críspação áspera dos supercílios de monstro japonês, penetrando de luz as almas circunstantes – era a educação da inteligência; o queixo, severamente escanhado, de orelha a orelha, lembrava a lisura das consciências limpas – era a educação moral. A própria estatura, na imobilidade do gesto, na mudez do vulto, a simples estatura dizia dele: aqui está um grande homem... não vêem os côvados de Golias?!... Retorça-se sobre tudo isto um par de bigodes, volutas maciças de fios alvos, torneadas a capricho, cobrindo os lábios, fecho de prata sobre o silêncio de ouro, que tão bem impunha como o retraimento fecundo do seu espírito, – teremos esboçado, moralmente, materialmente, o perfil do ilustre diretor. Em suma, um personagem que, ao primeiro exame, produzia-nos a impressão de um enfermo, desta enfermi-

dade atroz e estranha: a obsessão da própria estátua. Como tardasse a estátua, Aristarco interinamente satisfazia-se com a afluência dos estudantes ricos para o seu instituto. De fato, os educandos do Ateneu significavam a fina flor da mocidade brasileira.

No caso de Pompéia, em que essa espécie de volúpia de combate parece ter sido ainda mais visceral e precoce do que em Euclides, podemos dizer que, em seguida à experiência básica do Internato, que aqui relembramos, nele se inocula – e esta é a expressão de um de seus amigos íntimos – a doença que o levará a morte: a política. E agregada à política, obviamente, a atividade que lhe roubará em grande parte, nos seus breves 32 anos de vida, à literatura: o jornalismo. Raul Pompéia, desde a mais tenra adolescência, tornou-se um desses obcecados pelas causas alheias, sobretudo pelas causas perdidas, no que também se aproxima bastante de Euclides da Cunha. Se *Os sertões* foi o “livro vingador” deste último, *O Ateneu* não deixou de ser o “livro vingador” daquele. Seria interessante imaginar qual a posição tomada por Pompéia se tivesse vivido para assistir à Guerra de Canudos. Quem prevaleceria, o republicano, o jacobino feroz, o florianoista, ou o implacável defensor dos fracos? Perceberia ele o jagunço como Euclides percebeu, ou acreditaria na balela da ameaça monárquica? Mistério. Bilac, por exemplo, que era antiflorianoista e foi inclusive preso por Floriano, escreveu na imprensa de São Paulo clamando pelo massacre implacável dos revoltosos, mas a verdade é que a reflexão profunda nunca foi o forte do popularíssimo parnasiano. O fato é que, como todos os homens da sua geração, a paixão primeira, feroz e justíssima, de Raul Pompéia, foi a Abolição, à qual se seguiria a República. Há algo de um auto-retrato na descrição – em estilo que bem se aproximaria outra vez ao de Euclides – no primeiro capítulo de *O Ateneu*, que ele faz de Jorge, o filho de Aristarco, que se nega em plena festa do Internato a beijar a mão da Princesa Imperial Regente, assim como meses após a publicação do livro o cadete Euclides da Cunha atiraria a sua baioneta aos pés do Ministro da Guerra em plena Escola Militar: “Era republicano o pirralho! Tinha já

aos quinze anos as convicções ossificadas na espinha inflexível do caráter!” E bem assim deve ter sido o adolescente Raul Pompéia. Espécie de místico revolucionário, no sentido em que o foram um Saint-Just ou um Che Guevara, mas de ação exclusivamente verbal, podemos dar uma amostra do tom feroz de sua prosa política através de parte de um texto de 1882, baseado em um pensamento de Luís Gama, o grande Luís Gama, de quem Pompéia foi amigo e secretário, e sobre a morte de quem escreveu uma página célebre. Curiosamente, tanto em Pompéia como em Euclides, os anos passados em São paulo foram de inegável importância biográfica. Mas ouçamos a voz panfletária do futuro romancista:

#### SRS. ESCRAVOCRATAS

*Perante o Direito é justificável o  
crime de homicídio perpetrado pelo  
escravo, na pessoa do senhor.*

Luís Gama

Não me dirijo aos homens honestos, que, conquanto não se achem em condição de fazer o sacrifício heróico da pseudopropriedade escrava não discutem a criminalidade do abuso escravocrata e consideram com o peso de um remorso a necessidade criada por sua fraqueza. No dia em que se decretar a abolição do trabalho escravo, não há de aparecer nenhuma resistência por parte desses homens...

Dirijo-me aos escravocratas puros, quero dizer, aos mais vis; dirijo-me aos senhores de escravos que têm o desfaçamento de falar em direitos em questão de escravidão; aos que viperinamente assoalham que a propriedade escrava repousa sobre mui sólidas bases. Como disse um bandido num pasquinete boçal e retrógrado que se publica em Mogi-Mirim. Escrevo para os cérebros escuros e os corações fechados dos homens-ursos, que não querem admitir que a tirania do eito é a concretização de um crime e o rabo do chicote não passa de um cetro infamante. Escrevo para os maus.

Caim é que deve ler-me.

O homem que tendes na escravidão possui, debaixo dessa pele obscura que desprezais, uma carne e uma dor, um coração e um sentimento, um cérebro e uma inteligência. O homem aniquilado pelos vossos desprezos, ainda é um homem.

Como homem o escravizado tem o direito de pensar, tem o direito de odiar, tem o direito da dor.

E o atormentais entretanto, como se lhe não assistisse nem o supremo direito do gemido e vos indignais, surpresos, quando ele vos odeia e dais uma gargalhada, quando ele, a criatura humana, agita no cérebro um pensamento!...

E o fazeis sinceramente, bem o sabemos. Tendes a sinceridade da fera, quando despedaça a vítima, e tendes a consciência tranqüila do asno que despede um couce. Bem o sabemos. Mas a humanidade costuma subjugar a tiros a sinceridade sangrenta dos tigres e costuma apertar a consciência couceira dos asnos entre os sólidos varais do dever.

Os senhores escravocratas não estão certamente por isso... É para vos salvar que os abolicionistas escrevem, é para dizer-vos que não sejais tigres, que não sejais asnos.

A artilharia troante da dialética da rabulice, perturbando torpemente o caminhar da idéia abolicionista, debalde arqueja por desculpar-vos, debalde tenta atirar sobre o vosso abuso um véu esfarrapado de falsa legalidade. Tudo é nulo. Através o manto, irrompem a cada instante as pontas do vosso crime. O sangue passa pelas malhas do tecido e, coberto o crime, o crime fica patente. A voz do direito não pode ser abafada pelo arrote das consciências dispépticas de advogados que cunham moeda com o ouro virgem da estátua da justiça.

Legalize-se como se quiser, puxe-se e repuxe-se o elástico das honestidades carnavalescas dos juristas mercantes, apregoem pelas quatro ventanias, com todas as buzinas da venalidade barata, com todas as impressas tísicas de província, anuncie-se por toda parte e por todos os modos que a escravidão é a mais pura de todas as instituições... A escravidão permanecerá crime, crime e crime...

Mas a liberdade humana não se agrilhoa. Existe sempre, apesar de tudo. Em realidade a escravidão não é bem um fato; é uma tentativa. Esta tentativa é um delito enorme; e um absurdo. Não se embrulha uma estrela num trapo. Ninguém escarra para o sol.

.....

No sexto parágrafo desse texto, onde vibra declaradamente uma revolta que reencontraremos mais madura em Euclides, deparamo-nos com a expressão “consciência tranqüila”, a mesma que Cruz e Sousa anos depois usará como título do seu mais violento texto sobre a escravidão, todo dominado de uma tragicidade tão visceral quanto a indignação do Pompéia abolicionista. E o mesmo ímpeto que o atirou à luta contra a escravidão o atirou na luta pela República. Rigorosamente jacobino, antilusitano, nacionalista, apóia plenamente o Marechal de Ferro – aquele que Euclides designará como a figura mais enigmática da nossa História – na duríssima repressão à Revolta da Armada e às revoltas no Sul do país, onde se destacou a figura sinistra de Moreira César, o líder da lamentável terceira expedição a Canudos. Nomeado diretor da Biblioteca Nacional por Floriano, como já lembramos, foi daqueles que receberam com desagrado a posse de Prudente de Moraes – nosso primeiro presidente civil e mandatário supremo da nação durante o futuro conflito fratricida – em 1894. Em 1895, por uma dessas coincidências curiosas da História, Saldanha da Gama, o líder da Revolta, morre lutando no Sul, em 24 de junho, e, cinco dias depois, morre Floriano Peixoto, seu inimigo máximo. Em seu interessante diário, arquivado no IHGB, escreveu Prudente de Moraes, após terminar o mês de junho desse ano: “Rememorando: São João levou Saldanha da Gama... São Pedro levou Floriano Peixoto...” Alguns meses depois, no enterro de Floriano – que enquanto isso repousava na Igreja da Santa Cruz dos Militares – no cemitério de São João Batista, Raul Pompéia, entre vários outros, fez um discurso candente, onde alguns desafetos suspeitaram de afrontas ao Presiden-

te da República que se retirara da cerimônia um pouco antes, por motivos óbvios. Como funcionário da União, foi logo em seguida exonerado da direção da Biblioteca Nacional. Susceptível e desconfiado ao extremo, como aliás o era também Euclides, ainda que mais extrovertido que este, mergulha num período de forte depressão e neurastenia. Na imprensa de São Paulo, em seguida, Luís Murat, seu antigo colega e amigo – poeta medíocre que morreu louco ouvindo os cavalos de Floriano subindo pela sua escada – publica um artigo de extrema violência, “Um louco no cemitério”, atacando Pompéia. Os amigos tentam evitar que ele tome conhecimento do mesmo, o que conseguem por dois meses. Passado esse tempo, tudo se revela, e a angústia de não ter revidado por todo esse prazo, mais a demora na publicação de um artigo, levam-no a julgar-se indelevelmente infamado como covarde. No dia de Natal de 1895, iludindo a vigilância da família, Raul Pompéia se mata, em sua casa na Rua São Clemente, com um tiro no coração, deixando um bilhete com as palavras: “À *Notícia* e ao Brasil declaro que sou um homem de honra.” Perdia a nação assim, tragicamente, um dos seus maiores artistas da palavra, aos 32 anos, fato que só encontraria outro quase tão lamentável no suicídio, aos 25 anos, em 1921, de Hugo de Carvalho Ramos, o precocíssimo autor de *Tropas e boiadas*, legítimo antecessor do Guimarães Rosa de *Sagarana*.

Exemplo determinante da diferença de caráter – analítico em Euclides, passional em Pompéia – dos dois grandes escritores, podemos encontrá-lo nas descrições deixadas por ambos da figura de Floriano Peixoto. Em texto de 1904, publicado em *Contrastes e confrontos*, escreve Euclides sobre o Marechal de Ferro:

No meio em que surgiu, o Marechal Floriano Peixoto sobressaía pelo contraste. Era um impassível, um desconfiado, um cético, entre entusiastas ardentes e efêmeros, no inconsistente de uma época volvida a todos os ideais, e na credulidade quase infantil com que consideramos os homens e as coisas. Este antagonismo deu-lhe o destaque de uma glória excepcionalíssima. Mais tarde o historiador não poderá explicá-la.

O herói, que foi um enigma para os seus contemporâneos pela circunstância claríssima de ser um excêntrico entre eles, será para a posteridade um problema insolúvel pela inópia completa de atos que justifiquem tão elevado renome. É um dos raros casos de grande homem que não subiu, pelo condensar no âmbito estreito da vida pessoal as energias dispersas de um povo. Na nossa translação acelerada para o novo regime ele não foi uma resultante de forças, foi uma componente nova e inesperada que torceu por algum tempo os nossos destinos.

Assim considerado, é expressivo. Traduz de modo admirável, ao invés da sua robustez, a nossa fraqueza.

O seu valor absoluto e individual reflete na história a anomalia algébrica das quantidades negativas: cresceu, prodigiosamente, à medida que prodigiosamente diminuiu a energia nacional. Subiu, sem se elevar – porque se lhe operara em torno uma depressão profunda. Destacou-se à frente de um país, sem avançar – porque era o Brasil quem recuava, abandonando o traçado superior das suas tradições...

De todo oposto à agudeza analítica de Euclides, com as suas antíteses impressionantes e metáforas retiradas do terreno das ciências, é o seguinte texto de Pompéia, no momento da morte do Consolidador da República, que faz dele quase um dos personagens da contingência nacional descrita pelo autor de *Os sertões*, com a sua “credulidade quase infantil” para a qual provavelmente o predispunha o seu misticismo revolucionário:

#### O GRANDE IMORTAL

Ele teve dous únicos e reais inimigos: – o Estrangeiro e a Traição, porque foi justamente a personificação da Pátria e da Honra.

O antagonismo dos elementos morais contidos em tal antítese explica a violência do drama de sua vida, cujo desenlace aí vemos nessa apoteose incomparável a que se esquivava apenas o comércio de latrocínio e o jornalismo de suborno.



Contrariamente a esta diferença de visão, há semelhanças estilísticas admiráveis. Muito já se falou, sem nunca se chegar a maiores conclusões, sobre as possíveis origens do inigualável estilo de Euclides da Cunha na sua obra máxima. Certa vez o aproximamos de Oliveira Martins em alguns dos seus mais instigantes momentos, o que ainda nos parece precedente. O fato, no entanto, é que há em *O Ateneu* uma larga quantidade de orações ou parágrafos onde, pela intensidade expressiva, pela metaforização insólita, pela violência imagística, pelo ritmo enfim, detalhe nada desimportante, sentimos uma clara proximidade com *Os sertões*. Citaremos alguns, que creio parecerão com um admirável ar de familiaridade, pela força satírica ou trágica, aos ouvidos atentamente euclidianos, ressaltando que toda esse levantamento de similitudes biográficas e literárias não pretende provar a existência concreta de nenhuma influência, pois sempre acreditamos na possibilidade de certas afinidades eletivas entre espíritos criadores que se materializam até em casos de completo desconhecimento. Mas ouçamos alguns poucos excertos recolhidos de *O Ateneu*:

“Chegou na frente o Tinoco, meninote nervoso, de São Fidélis, especialista invicto da carreira, corredor de prática e princípios, que a cada exame da Instrução Pública fugia duas vezes à chamada, entendendo que a fuga é a expressão verdadeira da força, e a bravura uma invenção oficial dos que não podem correr.”



“Não posso atear toda a retórica de chamadas que ali correu sobre Pentápolis. Fica uma amostra do enxofre.”



“Torturava-o ainda em cima o ser ou não ser das expulsões. Expulsar... expulsar... falir talvez. O código, em letra gótica, na moldura preta, lá estava imperioso e formal como a Lei, prescrevendo a desligação também contra os chefes da revolta... Moralidade, disciplina, tudo ao mesmo tempo... Era demais! era demais!... Entrava-lhe a justiça pelos bolsos como um desastre. O melhor a fazer era chimpicar um muro no vidro amaldiçoado, rasgar ao vento a letra de patacoadas, aquela porqueira gótica de justiça!”



“...o Conselho da Instrução no fundo, coisa desconhecida, mitológica, entrevista como as pinturas religiosas das abóbadas sombrias, onde as vozes da nave engrossam de ressonância, emprestando a força moral à justiça das comissões, com o prestígio da elevação e do inacessível; mais alto que tudo, o Ministro do Império, o Executivo, o Estado, a Ordem social, aparato enorme contra uma criança.”



“Os débeis sacrificam-se; não prevalecem. Os ginásios são para os privilegiados da saúde. O reumatismo deve ser um péssimo acrobata.”



“E parafusaria, acumuladas, as peças do seu orgulho, a pilha dos seus anelos, a estátua! Surgida aos poucos da sinceridade vagarosa das oblações, como dificilmente a glória, do escrutínio demorado dos tempos.”



“Aristarco, na grande mesa, sofreu o segundo abalo de terror daquela solenidade. Fez um esforço, preparou-se. É preciso às vezes tanta bravura para arrostar o encômio face a face, como as agressões. A própria vaidade acovarda-se. Venâncio ia falar: coragem! A oscilação do turíbulo pode fazer enjôo. Ele receava uma coisa que talvez seja a enxaqueca dos deuses: tonturas do muito incenso. Gostava do elogio, imensamente. Mas o Venâncio era demais. E ali, diante daquele mundo! Não importa! Viva o heroísmo.”



“A estátua não era mais uma aspiração: batiam-na ali. Ele sentia metalizar-se a carne à medida que o Venâncio falava. Compreendia inversamente o prazer de transmutação da matéria bruta que a alma artística penetra e anima: congelava-lhe os membros uma frialdade de ferros; à epiderme, nas mãos, na face, via, adivinhava reflexos desconhecidos de polimento. Consolidavam-se as dobras das roupas em modelagem resistente e fixa. Sentia-se estranhamente maciço por dentro, como se houvera bebido gesso. Parava-lhe o sangue nas artérias comprimidas. Perdia a sensação da roupa; empedernia-se, mineralizava-se todo. Não era um ser humano; era um corpo inorgânico, rochedo inerte, bloco metálico, escória de fundição, forma de bronze, vivendo a vida exterior das esculturas, sem consciência, sem individualidade, morto sobre a cadeira, oh, glória, mas feito estátua.”



“Escureceu-me as recordações aquele olhar (...), como se perdem as linhas, as formas, os perfis, as tintas, de noite, no aniquilamento uniforme da sombra...”



“Tratadas a fogo, as vidraças estalavam. Distinguia-se na tempestade de rumores o barulho cristalino dos vidros na pedra das sacadas, como brindes perdidos da saturnal da devastação.”



“A simples presença do coronel irritava as chamas, como uma impertinência de petróleo.”

Etc. etc...

Disse certa vez Mário de Andrade, numa observação pouco feliz em um artigo célebre, que Pompéia não deixara de pôr em *O Ateneu* um assassinato e um incêndio. Julgaria ele ser uma concessão ao folhetinesco romântico ou imaturidade do autor? Não nos recordamos de outro romance de tal grandeza escrito aos 24 anos de idade, e nele Pompéia trabalhou exaustivamente, como se constata pelas provas para a segunda edição, ilustrada e definitiva, pela Francisco Alves, que só sairia em 1905. Poetas precoces há muitos, de Rimbaud ou Keats até o nosso Castro Alves, mas os ficcionistas são raríssimos, e não compararia Radiguet ou qualquer outro com o nosso autor. Qual então a estranheza pelos dois incidentes? Assassinatos ocorrem todos os dias, e infelizmente cada vez mais. Incêndios também, mas poderia acabar de outra maneira *O Ateneu*? Alguém imagina um final mais perfeito, mais necessário? Desde o aviso paterno “Vais encontrar o mundo...” tudo se encaminhava, por assim dizer, para essa tragédia cósmica. O colégio era o microcosmo do mundo. O mundo, uma metonímia de todo o Universo. Como surgimos misteriosamente do Nada, misteriosamente caminhamos para ele, ou para outra coisa. E a página final do romance, a que descreve – após a penúltima visão de Aristarco – os destroços carbonizados do Internato, descreve, de certa maneira, o fim de todo o Cosmos, em

uma prosa que é mais um poema em prosa que outra coisa, e um dos mais belos momentos da nossa literatura:

Lá estava; em roda amontoavam-se figuras torradas de geometria, aparelhos de cosmografia partidos, enormes cartas murais em tiras, queimadas, enxovalhadas, vísceras dispersas das lições de anatomia, gravuras quebradas da história santa em quadros, cronologias da história pátria, ilustrações zoológicas, preceitos morais pelo ladrilho, como ensinamentos perdidos, esferas terrestres contundidas, esferas celestes rachadas; borra, chamusco, por cima de tudo: despojos negros da vida, da história, da crença tradicional, da vegetação de outro tempo, lascas de continentes calcinados, planetas exorbitados de uma astronomia morta, sóis de ouro destronados e incinerados...

Ele, como um deus caipora, triste, sobre o desastre universal de sua obra.

Mas não nos esqueçamos que é também com um incêndio, incêndio histórico, necessário, obrigatório, que Euclides da Cunha se encaminha para o fim do seu livro genial. E, momentos antes de encerrar o gigantesco *travelling* descendente que vai da visão do planalto central do Brasil até o interior do crânio de Antônio Conselheiro, em busca das circunvoluções expressivas, onde se encontrariam as linhas essências do crime e da loucura, é com um impressionante amontoamento de restos e de escombros do arraial, como do colégio, que nos deparamos:

Seguia-se. A marcha gradativamente se tornava mais penosa através de entulhos sucessivos de um esterquilínio pavoroso. A soldadesca varejando as casas pusera fora, entupindo os becos em monturos, toda a ciscalhagem de trastes em pedaços, de envolta com a farragem de molambos inclassificáveis: pequenos baús de cedro; bancos e girais grosseiros; redes em fiapos; berços de cipó e balaios da taquara; jacás sem fundo; roupas de algodão, de cor indefinível; vasilhames amassados de ferro; caqueiradas de pratos, e xícaras, e garrafas; oratórios de todos os feitios; bruacas de couro cru; alper-

catas imprestáveis; candeeiros amolgados, de azeite; canos estrondados, de trabucos; lascas de ferrões ou fueiros; caxerenguengues rombos...

E nestes acervos, nada, o mais simples objeto que não delatasse uma existência miseranda e primitiva. Pululavam rosários de toda a espécie, dos mais simples, de contas policrômicas de vidro, aos mais caprichosos, feitos de ouricuris; e, igualmente, inúmeras rocas e fusos, usança avoenga tenazmente conservada, como tantas outras, pelas mulheres sertanejas. Sobre tudo aquilo, incontáveis, esparsos pelo solo, apisoados, rasgados – registros, cartas santas, benditos em quaderninhos costurados, doutrinas cristãs velhíssimas, imagens amarfanhadas de santos milagreiros, verônicas encardidas, crucifixos partidos; e figas, e cruzes, e bentinhos imundos...”

A similitude, até de andamento, entre a resolução dos dois trechos magistrais, nos parece indubitável.

Nascidos, em resumo, com menos de três anos de diferença no interior da Província do Rio de Janeiro, Pompéia e Euclides seguiram caminhos díspares mas ricos de coincidências. Dois republicanos históricos, ambos foram expulsos de instituições imperiais. Ambos exerceram funções públicas no novo regime. Ambos deixaram um obra vasta, mas dentro da qual um título se destaca soberanamente acima dos outros, títulos que de certo modo encimam duas obras, para usar a expressão de Euclides, “vingadoras”. Ambos tiveram a atração telúrica da Amazônia, Pompéia na novela adolescente *Uma tragédia no Amazonas*, Euclides nas viagens e no irrealizado *Um paraíso perdido*. Ambos viveram uma experiência biográfica determinante para as suas obras, respectivamente a do Internato e a da guerra civil. Ambos foram correspondentes de *O Estado de S. Paulo*. Escritores geniais, ambos carregaram o estigma de um temperamento difícil, e ambos morreram tragicamente, Pompéia pelo suicídio e Euclides nas mãos do cadete Dilermando de Assis, em um rompante passional que ao suicídio já foi comparado. Mas há outros, talvez, que em sua companhia ainda possamos recordar. Num trecho que citamos,

na hora do incêndio do Ateneu, quando chegam os bombeiros – “como uma impertinência de petróleo” – e as chamas se levantam, é impossível não sentir, neste decassílabo: “como uma impertinência de petróleo”, não só o ritmo dos decassílabos de Augusto dos Anjos como também o insólito das suas imagens. Do mesmo modo, na descrição da figura de Aristarco perante as ruínas fumegantes do colégio, na famosa frase: “Ele pertencia ao monopólio da mágoa”, como não nos lembrarmos novamente das imagens devastadoras, carregadas de uma energia que poderíamos dizer beethoveniana, de Euclides da Cunha? Já Manuel Bandeira, sempre admirável crítico, aproximara Augusto dos Anjos de Euclides. Podemos dizer que há algo dos dois em Pompéia. É toda uma família de violentos na expressão, ressaltando-se os momentos de extrema suavidade do autor de *O Ateneu*. Os três eram obcecados pelo sofrimento humano, dois morreram de morte violenta, todos permanecem inabaláveis na alma nacional.

Para nós, que talvez por um privilégio do destino pudemos estudar em um grande e velho colégio, e descobrir em seu porão essas relíquias de uma didática extinta descritas em *O Ateneu*: sistemas solares mecânicos – como o que em certo momento a mão de Aristarco põe em movimento como se fora a mão da Providência –, coleções de minerais e fósseis, gravuras sacras, animais empalhados, vísceras de cera, esqueletos, “esfolados” para estudo de anatomia, – todo esse caos que nos fez lembrar, com outra espécie de objetos, a devastação final da cidadela destruída – é quase como uma recordação pessoal que relemos essas maravilhosas linhas, esse acúmulo de todas as coisas que tanto nos lembra a seqüência final do *Cidadão Kane* de Orson Welles, essa “suma das sumas”, como dizia o pobre “Dom Casmurro”, que justifica sobejamente as lutas e o sofrimento dos nossos sempre amados Euclides da Cunha e Raul Pompéia.

“Por derradeiro amigos de minha alma, por derradeiro, a última, a melhor lição da minha experiência. De quanto no mundo tenho visto, o resumo se abrange nestas sete palavras:

Não há justiça onde não haja Deus.”

(*Oração aos moços*, discurso aos bacharelados de 1920 da

Faculdade de Direito de São Paulo.)





# Da inquietação religiosa de Rui Barbosa

JOÃO DE SCANTIMBURGO

Rui Barbosa fez de sua vida um compromisso indissolúvel com a liberdade e a verdade. Desde muito jovem, cultuou a liberdade como um ídolo, e até os seus últimos dias, na *Oração aos moços* exorta os afilhados da Faculdade de Direito (de São Paulo) a se manterem firmes no plano da verdade. Liberdade e verdade são da esfera da moral, constituindo o fundamento da fidelidade religiosa. Destaco a verdade como signo da inquietação que fez Rui baldear-se do frontal desafio à conciliação com a Igreja. Lentamente, o indobrável apóstolo gravitou da heresia de *O papa e o Concílio* à *Oração aos moços*, da negação do primado de Pedro e da infalibilidade do papa à quase total conversão aos sacramentos da Santa Madre. Alma inquieta no temporal e no espiritual, Rui erigiu a verdade como a senhoria máxima de sua vida, e a defendeu com denodo, até mesmo apaixonadamente. Creio que a verdade foi a força irresistível graças a cujo pólo fulgurante, Rui se encaminhou para a Igreja. Rui sempre foi católico. Não chegou a ser, como deve ser entendida a filiação à Igreja, pela frequência dos sacramentos.

João de Scantimburgo é jornalista, ensaísta, historiador, autor de *Tratado geral do Brasil*, *Introdução à filosofia de Maurice Blondel*, *No limiar de novo humanismo*.

Procurei captar e fixar os grandes lances do drama religioso de Rui. Nesse périplo encontrei-o opondo-se tenazmente à Igreja, ao papado, aos dogmas, quando revelou incompreensão acerca do papel que o soberano pontífice desempenha no pastoreio do rebanho dos fiéis. Em sua mocidade, fase da vida na qual despontou, impetuosa, a fibra do polemista, Rui não demonstrou interesse em conhecer a Igreja, como instituição divina, e a missão que o Cristo lhe cometeu. Ao contrário, seu primeiro trabalho, a tradução, com extenso prefácio, de *O papa e o Concílio*, refutou sua formação religiosa no lar, mas desvendou a conquista de sua inteligência pelas idéias do século, o agnosticismo, o naturalismo, o positivismo, o deísmo, que tanto combateram a Igreja, identificada no papado e nos sacramentos, negados e ofendidos até com veemência. Sobressai, no entanto, da incansável atividade de Rui a sua inquietação religiosa.

Durante largo período de sua vida, não associou a Igreja à verdade. Não era, portanto, nessa fase da juventude e evolução para a maturidade, crente no Depósito da Revelação, como o proclamou sempre a Santa Madre. Na sua formação atuou, durante anos, o individualismo emanado da Reforma. Sua obstinada recusa em aceitar a infalibilidade procedia do livre exame protestante. Suas convicções políticas, confessadamente liberais, revelavam o timbre do romantismo político do século XIX. Seu moralismo intransigente bebeu nutrientes no jansenismo, ainda que nunca o revelasse, mas que está patente em sua vida. Para Rui, apóstolo da verdade, no Evangelho encontrava-se a resposta à sua inquietação religiosa, mas sem a ação vicariante da Igreja. Rui se bastava, ou considerava bastar-se com os livros santos nas mãos. Se o papado escamoteara a verdade, impunha-se verberá-lo. Se a história da Igreja indigitava nódoas e impurezas, não aceitava que devesse atribuir suas imperfeições ao tributo que todos pagamos ao pecado original, mas à instituição. Não ocorreu a Rui que a Igreja elevou à glória dos altares a galeria de seus san-



tos e que uma simples e inculta mulher, Catarina de Siena, antes dele apostrofara contra vícios o papa, com palavras fulminantes de ira que não é maldade, como ele mesmo lembrou, citando o padre Manuel Bernardes. O apóstolo da verdade acabaria acalmando a sua inquietação religiosa se melhor tivesse conhecido a Igreja.

*O papa e o Concílio* revelou uma formidável erudição histórica sobre a Igreja, uma acumulação de conhecimentos quase inverossímil em jovem de vinte e seis anos. Mas, como procuramos expor, Rui não se deixou ou resistiu ou se opôs à assimilação de sua privilegiada inteligência pela doutrina da Igreja, como, até então, havia sido ela ensinada pelos padres, doutores e os papas. Daí a sua inquietação religiosa, a hierarquia, a infalibilidade, a Imaculada Conceição e, em geral, os dogmas. O apóstolo da verdade aceitava o Cristo, mas não aceitava o seu Corpo Místico. Pode-se imaginar, à distância, em alma sensível, em inteligência sequiosa da verdade, o que foi o seu drama íntimo, os debates internos entre a sua abertura para o século e a herança católica recebida no lar. O apóstolo da verdade lia assiduamente os Evangelhos. Sabia, portanto, que o Cristo disse: “E conhecereis a Verdade, e a Verdade vos libertará” (João, 8-12). E a sua pergunta patética: “Se eu vos digo a verdade, porque não me vedes?” (João, 8-46). Mas, sobretudo, a soberana afirmação do Cristo: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida: ninguém vem ao Pai senão por mim” (João, 14-6).

Rui não queria aceitar o Cristo da Igreja Romana, mas foi esse o Cristo que fundou a Igreja Romana. Não houve, portanto, na vida de Rui o embate da fé com a dúvida, mas da inquietude religiosa com a Igreja visível, docente, a mãe e mestra dos povos, constituída por Jesus Cristo para que, no decorrer dos séculos, todos quantos vissem ao seu seio e aos seus braços encontrassem a salvação na plenitude de uma vida mais elevada (João XXII, *Mater et Magistra*, I). Só nos seus últimos dias, já no vestíbulo da morte, deu mostras de acei-

tar o magistério da Santa Madre Igreja e, pacificado, passou pela porta estreita. Sabia o apóstolo da verdade “que estreita é a porta, e que apertado o caminho, que guia para a vida; e que poucos são os que acertam com ele” (Mat., 7-14). Rui acertou, mas faltou-lhe tempo para conhecer a resplandecente casa do Pai da Bondade, ainda nos seus dias. Esse o sinal da inquietação religiosa de sua inteligência fora de série, não pouco intoxicada pelos males do século, pelo despreparo filosófico que não lhe permitiria fazer a triagem dos erros que se infiltraram na civilização do século XXIII em diante, em suma por uma doutrina religiosa que tem resposta para todas as dúvidas.

Pode-se imaginar Rui nas madrugadas silenciosas de sua casa, quando, antemanhã, como disse na *Oração aos moços*, ia ler e meditar, ou quando rezava no seu genuflexório doméstico, procurando compreender o mistério, e não o compreendia, senão pela fé que a razão não recusa. No fim da vida aproximou-se, e só não entrou em vida na Igreja por ter parado no seu umbral. Mas a mão de Deus, certamente, o tirou para dentro.



*Piedade*, desenho de Cornélio Pena.  
Reproduzido por Andrade Murici em seu  
*Panorama do movimento simbolista brasileiro* (1952).

# Simbolismo: origens e irradiação internacional

IVAN JUNQUEIRA

O que é um símbolo? Como, por quê e a partir de quando o homem começou a se valer dos símbolos para expressar-se no âmbito do sistema da língua? Parece-me que tais perguntas são cruciais ao abordarmos a questão do simbolismo literário, que, na verdade, é tão antigo quanto a própria origem da linguagem. Do grego *symbolon*, que significa também “marca, sinal de reconhecimento, signo ou contra-senha”, o símbolo é, em sentido lato, um objeto, natural ou cultural, que, por convenção, representa outro em relação ao qual é heterogêneo. Em primeiro lugar, o símbolo constitui um objeto natural, ou seja, produzido pela natureza, como o peixe, que simboliza o Cristo, ou a coruja, que representa a filosofia, ou cultural, isto é, produzido pelo trabalho humano, como o cetro, que simboliza a realeza, ou a bandeira, que representa o país, a nação. Em segundo lugar, o símbolo é um objeto que, por convenção e não por natureza, representa outro. Compreende-se assim que o símbolo não é fruto da natureza, mas de uma convenção, tácita ou expressa, que

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, em 18 de setembro de 2001, na abertura do ciclo O Simbolismo e a poesia do século XX.

Ivan Junqueira é poeta, ensaísta e tradutor. Sua obra poética está em *Poemas reunidos* (1999). Traduziu, entre outras obras, os *Quatro quartetos*, *Poesia e Ensaios*, de T. S. Eliot, *As flores do mal*, de Baudelaire, e *Poemas reunidos*, de Dylan Thomas.

se estabelece entre os homens. Todo símbolo, por ser convencional, corresponde ao momento cultural e histórico em que foi criado. Em terceiro lugar, finalmente, o símbolo é heterogêneo em relação à realidade ou objeto simbolizado.

Por isso, o peixe não simboliza o peixe, mas Cristo, como a coruja não simboliza a coruja, mas a filosofia. Tome-se o caso daquele primeiro objeto natural, por exemplo. Para que o peixe possa representar Cristo simbolicamente, é preciso que nada tenha em comum com essa realidade, em relação à qual deve ser heterogêneo. E tal raciocínio vale também para a simbologia da coruja, ou qualquer outra que fosse aqui evocada.

A representação simbólica tem origem no domínio do religioso, pois em nenhum outro é maior a heterogeneidade entre o símbolo e o que se pretende simbolizar. As religiões orientais, que constituem o primeiro momento na história do conceito de Deus, são simbólicas por excelência, o mesmo ocorrendo com o politeísmo greco-latino que se lhes segue historicamente. E simbólico é também o cristianismo, que assinala o terceiro momento na história do conceito de Deus, entendendo-o como unidade e multiplicidade. Caberia aqui acrescentar que, ao contrário do que propunha a metafísica aristotélica, com seu conceito intelectual de motor imóvel, o Deus cristão não é uma idéia, mas o próprio Cristo, encarnação da segunda pessoa da Santíssima Trindade, Deus e homem a um só tempo. Assim, o Cristo não é o símbolo de Deus, mas o próprio Deus sob as espécies humanas. Por isso é que a iconografia cristã consiste na reprodução da imagem do Cristo, que não pode ser símbolo do divino, posto que é a própria divindade.

A evolução do simbolismo estético ou artístico envolve também três momentos principais que, de um modo geral, coincidem com a evolução do simbolismo religioso. O primeiro corresponde à arte simbólica, o segundo à arte clássica e o terceiro à arte cristã ou romântica. Em sentido amplo, a arte deve ser definida como a encarna-



ção sensível da idéia. A idéia, que equivale a um conteúdo espiritual, portanto infinito, assume na arte uma forma sensível, finita, que a limita no tempo e no espaço. O objeto criado pela arte é, por isso mesmo, espiritual e sensível na forma ou na representação material. Conseqüentemente, o ideal da arte só poderá ser o da superação dessa antinomia que lhe dá origem e na qual consiste. Em outras palavras, esse ideal corresponde à adequação entre a forma e o conteúdo, entre a significação espiritual e a representação sensível, que muitas vezes, como querem alguns, constituem uma coisa só e inseparável, à semelhança de uma túnica inconsútil.

A arte simbólica é, por isso mesmo, a que mais se afasta desse ideal, ou da essência da própria arte. É que o conteúdo, ainda indeterminado, não inclui em si mesmo a forma adequada, que permanece heterogênea em relação a ele. A arte clássica, ao contrário, caracteriza-se pela adequação entre a idéia e a manifestação sensível, a forma e o conteúdo. O conteúdo recebe a forma que lhe é correspondente, exteriorizando-se tal como é em si mesmo. O terceiro momento a que nos referimos é o da arte cristã ou romântica, que, de certo modo, equivale a um retorno à arte simbólica, embora em nível superior de consciência. Em resumo, pode-se dizer que, na arte simbólica, o conteúdo procura pela forma sem encontrá-la, ao contrário do que ocorre na arte clássica, quando os dois elementos se harmonizam. Já na arte romântica, que é aqui a que nos interessa, o conteúdo, após ter coincidido com a forma, revela-se inadequado com relação a ela, transbordando de seus limites. Essa é razão pela qual o conteúdo da arte romântica é a interioridade absoluta, a infinita subjetividade da idéia, que não poderia exprimir-se livremente na forma sensível, plástica, em que se achava contida. Na arte romântica, a idéia do infinito desprende-se do sensível e, tanto pelo conteúdo quanto pela expressão, ultrapassa a arte clássica, já que consiste na superação do natural ou do sensível espiritual.

## ~ O Simbolismo na literatura

São essas as raízes conceituais que informam o movimento estético que se desencadeou, sobretudo nos domínios da poesia, nos círculos artísticos e literários franceses durante as duas últimas décadas do século XIX como reação à impassibilidade e à rigidez das fórmulas parnasianas e, de certo modo, à crueza do romance naturalista. Em sentido amplo, o Simbolismo caracterizou-se pelo subjetivismo expressivo, com intensa utilização de uma linguagem amiúde hermética, pelo gosto das impressões vagas e fluidas, evanescentes, antes musicalmente sugeridas do que expressas, pelo cultivo de sentimentos místicos e das artes esotéricas. Pode-se dizer ainda que, no plano social e filosófico, o Simbolismo constituiu uma réplica ao positivismo científico-mecanicista e ao realismo objetivo que dominaram a segunda metade do século XIX. Os principais representantes da primeira fase do movimento, sob influência direta de Baudelaire e Edgar Allan Poe, propugnavam a simultaneidade da criação poética e da criação cósmica, reclamando para o artista a condição de intérprete de uma simbologia universal, de idéias que se manifestariam através das aparências sensíveis de cada objeto da realidade fenomênica.

Para os poetas do grupo, as relações essencialmente misteriosas entre a exterioridade física do mundo e seu substrato espiritual seriam apreendidas por uma espécie de intuição sensível, expressa por alusões ou sugestões, e não pela razão lógica. O Simbolismo declarava-se inimigo “de l’enseignement, de la déclamation, de la fausse sensibilité, de la description objective...”. Por isso mesmo, e por tudo mais – a força que conferia à fluidez dos sentimentos e da expressão, o interesse que devotava às formas mais esdrúxulas da religiosidade e do esoterismo, a quase indiferença que exibía em relação à razão e ao discurso lógico, ao *esprit de clarté* francês –, o novo

movimento foi acusado de antiintelectualista, bárbaro e evasionista. Basicamente, porém, o Simbolismo – ao menos o Simbolismo ortodoxo que floresceu de 1880 a 1900 – pretendia apenas dizer que a poesia, ao desprezar os símbolos, se havia perdido a si própria, e os criadores da nova doutrina se dispunham a resgatá-la.

Do ponto de vista estético-formal, parece não haver dúvidas de que o Simbolismo trouxe inestimáveis contribuições à evolução da poesia. A poesia modernista, por exemplo, encampou quase todas as suas conquistas, e poetas como Paul Valéry, Rainer Maria Rilke, William Butler Yeats e mesmo Guillaume Apollinaire nasceram do Simbolismo. Entre aquelas conquistas, figura a que renovou a métrica através do verso livre e do abandono dos processos rímico-rítmicos tradicionais, cuja rigidez e frieza foram tão defendidas pelos parnasianos. Muito se enfatizou, também, o emprego de vocábulos raros, preciosos ou arcaicos, sempre que o exigissem as necessidades expressivas e formais. A estrutura do discurso verbal foi igualmente renovada através da prática de um estilo elíptico, do intenso jogo metafórico, dos desvios sintáticos, da pontuação rítmica e até da disposição gráfica do poema.

Atenção toda especial foi dada à pesquisa da palavra exata, musicalmente integrada à emoção que se desejava exprimir. E a um tal ponto chegou essa preocupação musical dos simbolistas que Paul Verlaine, em um dos versos de sua *Art poétique*, escreveu: “De la musique avant toute chose”. E se a música, a começar por Richard Wagner, influenciou os simbolistas, estes também exerceram o seu fascínio sobre diversos compositores da época, em particular os impressionistas Claude Debussy (*Pelléas et Mélisande*, 1902; *Prélude à l'après-midi d'un faune*, 1891; *La cathédrale engloutie*, 1910; os prelúdios, o quarteto de cordas); Maurice Ravel (*Gaspard de la Nuit*, 1908); Emmanuel Chabrier (*Gwendoline*, 1886) e Ernest Reyer (*Sigurd*, 1883), além de outros, entre os quais Gabriel Fauré, Henri Duparc e Ernest Chausson.

## ~ Informação estético-filosófica

Ao desafiarem as duas correntes de pensamento dominantes na segunda metade do século XIX, o mecanicismo cientificista e o positivismo, os simbolistas já haviam mobilizado as principais fontes de sua informação estética e filosófica. Não se trata aqui de precursores do movimento, mas dos elementos que o informaram, como é o caso da arte dos pintores pré-rafaelitas ingleses (Dante Gabriel Rossetti, também poeta, William Holman Hunt, John Everett Millais, William Dyce e o crítico de arte John Ruskin), dos neo-românticos ingleses (em especial o esteticista Walter Horacio Pater), dos românticos alemães (Novalis, os irmãos Schlegel) e do drama musical de Wagner, com sua atmosfera mágica e lendária.

Na própria França, esse ideário estético beneficiou-se da pintura de Puvis de Chavannes, Gustave Moreau, Félicien Rops, Odilon Redon e Eugène Carrière. A vagueza cromática, o esteticismo, o hieratismo oriental, o satanismo e o hermetismo desses artistas muito contribuíram para a formação do ambiente simbolista, em particular o que caracterizou o Decadentismo. Poder-se-iam acrescentar ainda talvez outros nomes, como os do norte-americano James Whistler, do suíço Arnold Böcklin, do alemão Franz von Stuck, mas estes, como alguns dos anteriormente referidos, já são, a rigor, pintores simbolistas.

Em sua busca da espiritualidade e das idéias que se moviam sob as aparências exteriores do mundo, os simbolistas se avizinharam de algumas das teses do idealismo transcendental alemão, sobretudo das de Arthur Schopenhauer, buscando assim fundamentar o pessimismo que foi um dos traços dominantes dos decadentistas. Mas a informação filosófica heterodoxa do Simbolismo não hesitou também em arrolar o pensamento poético e assistemático de Nietzsche, com seu poder de sugestão e seu tom às vezes hermético, seu verbo impregnado de uma carga simbólica universal, irresistível como a música de *Tristan und Isolde*, de *Tannhäuser*, de *Lohengrin*.

## ~ Misticismo, esoterismo e hermetismo

Uma das características básicas da arte simbolista foi o papel representado pelo inconsciente na vida afetiva, o que levou os poetas do movimento a buscarem motivação no misticismo e nas doutrinas esotéricas. Entre os místicos e ocultistas a que recorreram os simbolistas, figuram com maior insistência: o místico flamengo medieval Ruysbroeck, o Admirável, cujas obras foram traduzidas pelo simbolista belga Maurice Maeterlink; o neoplatonismo; os compiladores dos princípios e práticas da tradição órfico-pitagórica e dos mitos de Hermes Trismegisto; e toda a espécie de autores esotéricos, teosofistas, cabalistas, ocultistas, rosa-crucianos, neo-alquímicos, etc., entre os quais Fabre d'Olivet, Stanislas de Guaita, Jules Bois, Saint-Yves d'Alveydre, Papus, Eliphas Lévi, o “filósofo desconhecido” Saint-Martin e o “grão-mestre da Rosa-Cruz estética” Joséphin Péladan, o *sâr* Péladan.

Outro aspecto inconfundível do movimento – e que deu origem a inúmeros escândalos, motivando ainda violenta reação da crítica tradicionalista –, foi o hermetismo. Em Portugal e no Brasil, os simbolistas chegaram a receber por isso a designação pejorativa de “nefelibatas”. Mas esse hermetismo, ao menos na maioria dos casos, não constituiu uma atitude. Ao pesquisarem uma expressão nova, na qual a musicalidade do verso, o significado simbólico das palavras e os signos cabalísticos desempenhavam funções importantes, muitos poetas da escola tornaram-se, em consequência, obscuros, inacessíveis e difíceis, herança esta que foi preservada até mesmo pelos pós-simbolistas, como Rilke, Valéry, Yeats. Além disso, o jogo metafórico e as violentações sintáticas de que se serviram os simbolistas contribuíram para tornar ainda mais hermética a arte por eles praticada.

Assim se explica a falta de *clarté* que os contemporâneos do movimento jamais puderam aceitar. Mallarmé, acima de qualquer outro,

foi mestre consumado do hermetismo. Sua poesia cifrada e enigmática ganhou muito nas mãos de hábeis exegetas, que pretenderam distinguir, sob a intrincada trama simbólica dos poemas do autor, até mesmo sistemas filosóficos. Modernamente, porém, a crítica vem encarando de modo diverso o problema do hermetismo, chegando mesmo a afirmar, como o fez Edouard Noulet em seus *Études littéraires* (1944), que o verdadeiro hermetismo não existe. Segundo esse autor, o que se desenvolve é um processo, ou vários, de ressuscitar vocábulos já desgastados pelo uso utilitário da linguagem através do fascínio e da força de uma mensagem nova.

A essa tese, contudo, opõe-se outra, segundo a qual nenhuma forma de arte, e a poesia obviamente aí se enquadra, poderia jamais prescindir do símbolo para ser realmente autêntica. Mas essa tese escamoteia o papel histórico do Simbolismo, um dos maiores movimentos literários de que se tem notícia no Ocidente. É que toda a poesia posterior ao esgotamento das matrizes românticas (isto é, o Parnasianismo) desprezou o símbolo, renunciando assim à sua própria condição de poesia. E o Simbolismo restituiu à poesia suas verdadeiras dimensões. A obra dos pós-simbolistas testemunha esse papel histórico.

## ~ Decadentismo

Além do evasãoismo, dos processos da “arte pela arte” (a *poésie pure* que floresceria depois, tão esplendidamente, com Valéry, o maior dos discípulos de Mallarmé) e do anti-retoricismo, é preciso registrar o decadentismo que caracterizou certa poesia e prosa simbolistas, os quais se sentiam como testemunhas de um universo em decadência, de um *fin de siècle* que seria, também, o fim do mundo. E pode-se afirmar que esse sentimento de decadência impregnou quase todos os primeiros simbolistas, anunciando-se com Verlaine

e atingindo seu apogeu com Ola Hansson, Tristan Corbière, Maurice Rollinat e, sobretudo, Joris Karl Huysmans, no romance *À rebours* (1884). E nem mesmo Mallarmé haveria de escapar a tal sentimento.

Em termos filosóficos, o Decadentismo pode ser identificado com o antiintelectualismo “bárbaro” a que depois se referiu Charles Maurras. O próprio Apollinaire, aliás, rejeitou-o, negando ao Simbolismo uma expressão capaz de atender às exigências da sociedade moderna. Mas o Decadentismo foi apenas um dos momentos, e efêmeros, do Simbolismo, tendo recebido o veto posterior dos representantes do movimento. O Decadentismo, fruto do evasimismo, foi, em última análise, uma fuga da realidade social da época, uma falência espiritual generalizada. E essa falência, ao abalar os alicerces do intelectualismo francês, deixou apreensivos os filhos da *raison*.

## ~ Histórico

Oficialmente, o Simbolismo teve início com a publicação, a 18 de setembro de 1886, no suplemento literário de *Le Figaro*, do manifesto de Jean Moréas, poeta francês nascido na Grécia com o nome de Yánnis Papadiamantópoulos. O manifesto de 1886 afirma a transcendência do real e declara que o Simbolismo, em sua radical oposição ao positivismo, ao Realismo e ao Naturalismo, é um movimento idealista e transcendente, contrário às descrições objetivas, à ciência positiva, ao intelectualismo e à rigidez formal parnasiana. Moréas (e logo depois todos os demais simbolistas) postula uma linguagem e um ritmo capazes de apenas sugerir os estados afetivos e as idéias cósmicas através da orquestração de converter a realidade em *pathos* onírico mediante o jogo metafórico, as ressonâncias musicais e as variações cromáticas.

Mas a origem do Simbolismo – do Simbolismo propriamente dito, que vai de 1880 a 1900 ou 1910 – é anterior à primeira leva do movimento, quando apareceram os decadentistas; e isso não só porque muitos de seus colaboradores pertencessem ao *Parnasse Contemporain* (1866-1876), como também porque um dos traços mais característicos do novo movimento fosse justamente o cultivo daquela *émotion intime* tão ao gosto do Parnasianismo. E nesse sentido – como em muitos outros, aliás –, o Simbolismo teve precursores, alguns deles bem anteriores a Edgar Allan Poe ou Charles Baudelaire.

## ~ Precursores

A utilização explícita do símbolo na poesia francesa da segunda metade do século XIX já se insinua, e de modo inequívoco, no soneto das “Correspondances”, de Baudelaire, geralmente tomado como ponto de partida para o estabelecimento dos cânones estéticos e conteudísticos do Simbolismo. Mas o autor das *Fleurs du mal* (1857) deve algo, no que respeita às suas próprias convenções, à doutrina poética de Poe, que, como outros, já preludia, ainda que de forma não tão flagrante, o advento da arte simbolista. Aqui, aliás, torna-se imperativo advertir que o emprego de símbolos em arte e literatura não constitui invenção ou privilégio dos poetas da nova escola. Em verdade, o símbolo existiu desde o momento em que o primeiro artista realizou uma obra criativa, e aí estão para prová-lo os signos pictográficos da pré-histórica caverna de Altamira.

O fato de situar Baudelaire como precursor do Simbolismo já implica uma série de dificuldades. Há quem considere, inclusive, que Baudelaire foi o maior dos simbolistas, pois em sua poesia não estariam apenas esboçadas, mas até mesmo cristalizadas, as diretrizes fundamentais do movimento. De fato, a poesia de Bau-



delaire é intensamente simbólica, e o soneto das “Correspondances” talvez signifique mais, do ponto de vista da concretização do ideário estético simbolista, do que o manifesto de Jean Moréas e o hermetismo de Mallarmé. Outro dado sintomático das afinidades profundas de Baudelaire com o Simbolismo reside na singularidade de que quatro dos principais autores que serviram de base à informação estética do movimento – Novalis, Poe, Wagner e o místico sueco Emanuel Swedenborg – eram também da preferência de Baudelaire.

Precursor apenas ou poeta maior do Simbolismo, o fato é que Baudelaire exerceria influência decisiva para o triunfo do movimento, pois dele provêm, em linha quase direta, os três outros poetas ligados ao movimento na França: Rimbaud, Verlaine e Mallarmé. É indiscutível, também, o protagonismo do crítico e prosador católico Jules Barbey d’Aurevilly, um dos primeiros a iniciar a reação da crítica tradicionalista (ou espiritualista) contra o Naturalismo. Mais importante, porém, é o aristocrata Auguste Villiers de L’Isle Adam, em cuja obra (particularmente na novela *Axel*, publicada postumamente em 1890) estão presentes quase todos aqueles elementos da poética de Baudelaire e da dramaturgia wagneriana, além do esteticismo, do misticismo e do evasãoismo que caracterizam a primeira leva simbolista.

Há que lembrar, nessa segunda metade do século XIX, a contribuição precursora representada pela estética de Walter Horacio Pater e Oscar Wilde, aos quais os simbolistas atribuem papel relevante na gênese da infra-estrutura de seu ideário. Muitos são, aliás, os que pretendem ver como precursores do Simbolismo (e não se lhes pode negar crédito) alguns outros autores da literatura inglesa, como os românticos John Keats e Percy Bysshe Shelley, o estilista virtuoso Thomas de Quincey, o wagneriano e musicalíssimo Charles Algernon Swinburne, o estranho e genial Samuel Taylor Coleridge e o vi-

sionário William Blake, cujas obras teriam contribuído para a formação da atmosfera místico-idealista que envolve grande parte da produção simbolista entre 1880 e 1895.

Anterior a Baudelaire, a Villiers de L'Isle Adam e a Barbey d'Aurevilly, o nome de Gérard de Nerval não pode faltar a nenhum levantamento progônico do Simbolismo. É possível, inclusive, que Nerval seja o maior de todos os verdadeiros precursores da poesia simbolista. Isso quanto ao seu hermetismo, sua linguagem carregada de símbolos, seu visionarismo onírico e fantástico, suas afinidades com a poesia romântica alemã, com tudo aquilo que feria a tradicional *clarté* francesa, com o para-além-da-razão-lógica que o levou à loucura e, finalmente, ao suicídio. Não obstante, Nerval foi esquecido como precursor do Simbolismo, assim como o foi por diversas histórias convencionais da literatura francesa.

Dentre os poetas franceses cujas obras se situam entre 1857, ano de lançamento das *Fleurs du mal*, e 1880, quando já se manifestava abertamente o Simbolismo, há que citar ainda dois precursores: Lautréamont e Rimbaud. O Verlaine pré-simbolista, que pertence também a esse período, é antes parnasiano. A transição verlainiana é por demais rápida para que se possa defini-lo como precursor. Sua poesia, ao tornar-se simbolista, não insinua afinidades com o novo movimento: antes, e por completo, lhe pertence. Os casos de Lautréamont e Rimbaud, todavia, não encerram menos dificuldades. A obra de Lautréamont, no que tem de precursora, é com maior razão reivindicada pelos surrealistas e dadaístas, ao passo que a de Rimbaud é um caso à parte e, por suas proposições e conseqüências, um *cul-de-sac* para aqueles que pretenderam imitar ou seguir o poeta.

Isso não impede, porém, que o satanismo de Lautréamont – que não possui raízes luciferianas ou místicas, mas românticas – esteja próximo do Simbolismo, no que ele tem de esotérico e visionário. É

importante também para os simbolistas (como seria depois para os surrealistas e dadaístas) o papel representado pelo subconsciente na estranha prosa poética do autor dos *Chants de Maldoror* (1869). Mas o aspecto progênico de Lautréamont, no que se refere à poesia simbolista das duas últimas décadas do século XIX, permanece ainda controverso e mal esclarecido, o que já não ocorre, de modo algum, com a obra de Rimbaud, que foi simbolista e cuja influência só pode ser comparada à de Baudelaire.

Mas o Rimbaud pré-simbolista cintila apenas, e muito rapidamente, nos poemas da primeira fase à qual pertence o soneto “Les voyelles”, que constituiu uma reelaboração dos princípios alógico-sugestivos das “correspondências” de Baudelaire, e outras peças igualmente batizadas de “baudelairianas”, como é o caso de “Les chercheuses de poux”. Já no primeiro verso das “Voyelles” lê-se: “A noir, E blanc, I rouge, U vert, O bleu...”. E é aí que reside o fundamento da alquimia verbal do autor, suas alucinações sensoriais, capazes de converter a palavra em concreção cromática, plástico-visual. Vogais e consoantes que se entrelaçam, cor e som, no vórtice desordenado de todos os sentidos, de todas as sensações.

Esse Rimbaud não é somente um pré-simbolista, mas um elo sem o qual não haveria a evolução da poesia de Baudelaire para a do Simbolismo. Sem Rimbaud, o Simbolismo não existiria. Mas os líderes do movimento quiseram ir muito longe, encampando toda a produção posterior do poeta como subsídio à sua causa. E nisso se equivocaram. *Les illuminations* (1873-1875) e *Une saison en enfer* (1873) não são poesia pré-simbolista nem simbolista. O que essas constelações de poemas em prosa antecipam já não é o Simbolismo, mas sim toda a poesia moderna, desde o pós-simbolismo dos primeiros modernistas e do Surrealismo até florações da poesia que já pertencem à década de 1920.

A grande lição de Rimbaud morre com ele, com seu inexplicável e súbito mutismo, no estranho silêncio que assume logo depois de completar 17 anos de idade, poeta no qual Claudel vislumbrou a “afasia do místico”, diante do divino e do inefável. A lição de Rimbaud morre com ele porque a qualquer um que o pretendesse imitar ou seguir estaria sempre reservado o mesmo e paradoxal destino: não escrever mais. Nesse sentido, Rimbaud foi muito mais longe que Baudelaire, ou mesmo Lautréamont, que proclamou o fim da poesia. Rimbaud não proclamou nada. Ao contrário, emudeceu. *Une saison en enfer* e *Les illuminations* antecipam esse desenlace. Como tal, nada têm a ver com o Simbolismo.

## ~ O Simbolismo francês de 1880

Um dos traços mais salientes do Simbolismo francês – e, de resto, das demais literaturas européias – foi sua profunda heterogeneidade. Pode-se mesmo dizer que houve vários simbolismos, quase tantos quantos eram os poetas simbolistas. Isto, é claro, torna muito difícil qualquer tentativa de distribuição setorial dos autores, embora seja viável referir algumas tendências mais comuns, em torno das quais se agrupava determinado número de poetas. A corrente do *l'art pour l'art*, por exemplo, seria um desses pólos, ao redor do qual se aglutinaram as obras de Mallarmé e de seus seguidores imediatos, bem como, já no século XX, a *poésie pure* do pós-simbolista Paul Valéry.

Uma segunda corrente foi a da poesia intimista, à qual se filiaram os poetas egressos do Parnasianismo, como Verlaine e quase todos os verlainianos, em sua maioria decadentistas (Tristan Corbière, Maurice Rollinat, Albert Samain), marcados pelo misticismo, o pessimismo e o evasãoismo. Finalmente, cumpre ainda assinalar a existência de uma terceira corrente, menos característica que as anteriores, a que per-

tenciam os adeptos da rebelião antiintelectualista, do “assalto à *clarté*”, cujo ponto de partida está na obra de Lautréamont. A tais correntes ou tendências se poderiam acrescentar alguns poucos casos isolados, como os de Jules Laforgue ou Charles Guérin. Esse era o panorama geral da poesia francesa ao iniciar-se a penúltima década do século XIX, quando o Parnasianismo já agonizava, embora fossem visíveis alguns de seus vestígios nos poetas da corrente intimista.

## ~ Mallarmé e os mallarmeanos

O núcleo do Simbolismo francês reside, sem dúvida, na obra de Mallarmé; e sua influência já se manifesta antes de 1880, com a publicação, quatro anos antes, do *Prélude à l'après-midi d'un faune*, que Anatole France acusou, na época, de pouco claro. Com Mallarmé tem início também o hermetismo, a poesia pura da chamada “torre de marfim”, onde se reuniam os evasionistas e os experimentalistas do verso e do verbo. O hermetismo de Mallarmé deu origem a uma febril atividade exegética por parte de seus admiradores. Sucedi-am-se as interpretações da obra mallarmeana, cuja fortuna deve muito ao talento de seus comentadores. Tais interpretações chegavam às vezes ao absurdo de atribuir ao hermetismo do poeta veladas intenções filosóficas, sobretudo de linhagem hegeliana.

Mas o autor de *Un coup de dès jamais n'abolira le hasard* (1914) provavelmente sequer chegou a cogitar de pretensões dessa ordem. Mallarmé foi, acima de tudo, um consumado artista do verso, cujas potencialidades rítmicas e musicais explorou à exaustão. Mais do que isso: Mallarmé foi um poeta de palavras, que, como ele mesmo diz, cedeu “l'initiative aux mots”. Está aí, talvez, a origem da avassaladora influência que haveria de exercer sobre todo o movimento simbolista. Por outro lado, a atividade exegética em torno da obra mallarmeana de modo algum caiu no vazio. Terá servido, na pior das hipó-

teses, para reavivar um fecundíssimo debate sobre vários conceitos e princípios estéticos de toda a literatura.

A estrutura do verso de Mallarmé, de musicalidade clássica e fria, o seu poder de sugestão (“Nomear um objeto” – diz ele em *Divagations* – “é suprimir três quartas partes do gozo de um poema, que é feito da felicidade de adivinhar pouco a pouco: sugeri-lo, eis o ideal”) e a trama metafórica que o “hermetizava”, constituem um dos pontos mais altos do Simbolismo. O lirismo mallarmeano – avesso à retórica, à eloquência, à anedota e à discursividade dos românticos – devolveu à poesia sua condição essencial e contribuiu para que a palavra recuperasse não apenas seu significado simbólico, mas também seu sentido lingüístico absoluto. Seus poemas são quase música de câmara, partituras verbais aprogramáticas, tal o despojamento que os desveste de toda carga didática ou discursiva.

Mallarmé foi muito mais do que apenas um simbolista cronologicamente periodizável, e toda a poesia moderna leva a sua marca até Valéry e T. S. Eliot, os italianos Ungaretti e Montale, até os recentes movimentos da poesia concreta, cujos arautos nele vêem um prógono e um mestre. Mas o hermetismo de Mallarmé – que não é um problema apenas de sua poesia, e sim, afinal, de toda arte – legou à poesia contemporânea (ou, mais do que isso, à própria mentalidade contemporânea) um de seus mais sombrios impasses – o da incomunicabilidade, tema recorrente e quase obsedante das obras de poetas tão distintos entre si como, por exemplo, T. S. Eliot, Juan Ramón Jiménez, Salvatore Quasimodo ou Carlos Drummond de Andrade.

## ~ Irradiação internacional

O período que vai de 1900 a 1910 assinala a agonia do Simbolismo francês, apesar das atividades propagandísticas de um Paul

Fort, que muito contribuiu para a divulgação do teatro de intenções simbolistas, ou do aparecimento episódico de obras de algum epígono isolado, como é o caso do abade Louis Le Cardonnel. Isto não impediu, todavia, que o Simbolismo constituísse um movimento intensamente centrípeto, conquanto haja sido um fenômeno literário tipicamente francês. Foi extensa e profunda a irradiação do Simbolismo em quase toda a Europa, a começar pela que se manifesta na literatura belga de expressão francesa, onde avultam os nomes de Charles Van Lerberghe, Albert Giraud, George Rodenbach e, sobretudo, Maurice Maeterlinck e Émile Verhaeren. Semelhante efeito é o que se nota na Holanda, onde merecem destaque Willem Kloos, Albert Verwey e os flamengos Prosper Van Langendonck e Karel Van de Woestijne, este último o maior poeta belga da expressão holandesa.

No que toca à Inglaterra e à Irlanda, há que se sublinhar que o Simbolismo na literatura de língua inglesa tem suas raízes nas obras dos pré-rafaelitas, em particular Dante Gabriel Rossetti, no esteticismo de Walter Horacio Pater, George Moore e Oscar Wilde, e na musicalidade dos versos de Charles Swinburne. Nenhum deles, entretanto, pode ser considerado simbolista em sentido estrito. Na verdade, o Simbolismo inglês só irrompe na última década do século XIX, com os artistas e escritores que se reuniram no Rhymer's Club, de Londres, entre os quais se encontravam o crítico Arthur Symons e os poetas Ernest Dowson, Lionel Johnson e aquele que viria a ser um dos maiores nomes do pós-Simbolismo, o irlandês William Butler Yeats. O ideário estético proposto por Symons só seria integralmente cumprido por Francis Thompson, cuja obra está impregnada da poesia de Verlaine, Keats e Shelley. Na Irlanda merecem destaque Fiona MacLeod, William Russell e James Stephens.

As origens do Simbolismo de língua alemã remontam, a rigor, à época romântica, à filosofia do idealismo transcendental e ao dra-

ma wagneriano. De um ponto de vista mais imediato, foi muito importante o pioneirismo do crítico Hermann Bahr, inimigo do Naturalismo, que, em 1893, lançou em Viena a revista *Die Zeit*. Os decadentistas vienenses da época formaram um grupo que reuniu Hugo von Hofmannsthal, Peter Altenberg e Rainer Maria Rilke, que, à semelhança do irlandês Yeats, é antes pós-simbolista e se tornará modernista. A esse grupo também pertenceu Arthur Schnitzler, cuja extensa e diversificada obra literária caminha do Naturalismo para o Decadentismo, mitigado por ironia cínica e melancólica.

O Decadentismo austríaco encontraria ainda grandes representantes em Leopold Andrian, autor do *Garten der Erkenntnis* (1895), e Richard Beer-Hofmann. Mas o grande nome da decadência austríaca é Hugo von Hofmannsthal, aristocrata de gosto refinado e cujo talento maleável lhe permitiu compor dramas líricos, tragédias políticas, comédias, libretos operísticos e, sobretudo, as melhores poesias líricas do Simbolismo de língua alemã (1899). Os melhores simbolistas na própria Alemanha são: Max Dauthendey; Alfred Mombert; Wilhelm von Scholz, autor de obra poética altamente reflexiva, como se pode ver em *Der Spiegel* (1902); Christian Morgenstern; e, afinal, o mais célebre dentre todos: Stefan George, ao redor do qual passaram a girar diversos poetas-satélites, como Karl Wolfskehl, Ludwig Klages e muitos outros. Stefan George, que alguns colocam ao lado de Mallarmé e Verlaine, começou com obras extremamente preciosistas, mas já em *Das Jahr der Seele* (1897) seu lirismo alcança grandes momentos. Toda a obra posterior de George está caracterizada por um senso muito agudo da arquitetura poemática, atingindo níveis formais raras vezes logrados por toda a poesia alemã, apesar de sua incomóvel frieza.

O Simbolismo encontrou também alguns cultores nas literaturas da Escandinávia, entre os quais os suecos Verner von Heidenstam,



Gustaf Fröding e Selma Langerlöf. Na Dinamarca, dois baudelairianos, Viggo Stuckenberg e Sophus Claussen, acrescentam também sua parcela de contribuição ao movimento. E o crítico dinamarquês Georg Brandes, embora defensor intransigente do Naturalismo, tornou-se importantíssimo para o movimento simbolista, pois foi o introdutor, na Europa, do teatro parcialmente simbolista de Ibsen e da filosofia de Nietzsche.

O grande precursor do intenso Simbolismo russo é o contista e dramaturgo Anton Pavlovitch Tchekhov, cujo realismo é quase sempre simbólico e, não raro, decadentista, incapaz de uma formulação ideológica para fazer frente àquilo que mais odiava: as injustiças sociais do czarismo. É também precursor o filósofo Vladimir Soloviev por seu misticismo e seu cristianismo eslavófilo, de flagrante filiação dostoiévskiana. E já são simbolistas os poetas Konstantin Dmitrievitch Balmont e Valeri Briussov, cujas obras antecipam o Modernismo da década de 1910.

O primeiro nome da literatura italiana moderna, que principia com a reação ao nacionalismo carducciano, é o de Gabriele D'Annunzio, poeta, dramaturgo e prosador de veleidades simbolistas, mas que não pode ser incluído no Simbolismo. O que ocorre é que, para romper com a tradição clássica, cujas raízes remontavam a Giacomo Leopardi, D'Annunzio viu-se obrigado a recorrer ao Decadentismo francês e começou a compor poemas à maneira dos simbolistas. Na verdade, simbolistas estritos são os poetas ditos *crepuscolari*, influenciados pelo decadentismo de Verlaine e Laforgue, como Sergio Corazzini, Marino Moretti e Guido Gozzano.

O Simbolismo hispano-americano antecedeu o da Espanha, absorvida então pelos ideais não apenas estéticos, mas também políticos, da Geração de 1898. Antecipa-o o herói nacional cubano José Martí, com seus *Versos sencillos* (1891). Outro cubano, Julian del Casal, interessou-se também pelo novo movimento; ele e o decadentis-

ta colombiano José Asunción Silva já são precursores do chamado Modernismo hispânico.

O grande simbolista hispano-americano é o nicaragüense Rubén Darío, que se chamava a si próprio de “modernista”, denominação extensiva ao movimento por ele criado. A poesia de Darío aglutinava elementos do Parnasianismo e do Romantismo, mediante hábil montagem um pouco artificial. Mas Darío foi popularíssimo, e continua a sê-lo em toda a América Latina, que ainda lê *Azul* (1888), *Prosas profanas* (1896), *Cantos de vida y esperanza* (1905), *El Canto errante* (1907), *Poema del otoño* (1910), etc.

No México, os maiores nomes do Modernismo são Manuel Gutiérrez Nájera, Enrique González Martínez, Salvador Díaz Mirón e Amado Nervo, o mais popular dentre todos, que foi romântico, simbolista e modernista a um só tempo, compondo obras como *Poemas* (1901), *Serenidad* (1914), *Elevación* (1916), *Plenitud* (1918). José María Eguren domina o Simbolismo peruano, que deve tudo às suas *Simbólicas* (1911), *La canción de las figuras* (1916), *Poesías* (1929), etc. É bastante significativa, no Uruguai, a obra do estranho Julio Herrera y Reissig, dono de uma linguagem densamente simbólica e quase surrealista, preciosa e gongórica, em *Los parques abandonados* (1908), *La torre de las esfinges* (1909), *Los pianos crepusculares* (1910).

Alguns outros grandes nomes da literatura latino-americana estiveram, de uma ou de outra forma, ligados ao Simbolismo, como, entre outros, os argentinos Ricardo Güiraldes, autor do celebrado *Don Segundo Sombra* (1926), e Leopoldo Lugones, com *Montañas de oro* (1897), *Lunario sentimental* (1909), *Odas seculares* (1910) e *El libro fiel* (1912). Dos demais, não devem ser esquecidos o venezuelano Rufino Blanco Fombona, o boliviano Ricardo Jaimes Freyre, o chileno Francisco Contreras e o guatemalteco Rafael Arévalo Martínez.

Os membros e descendentes da Geração de 1898, na Espanha, herdaram o novo estilo simbolista dos poetas hispano-americanos. Em verdade, não dispunham eles de uma forma poética que condissesse com o espírito revolucionário de suas idéias literárias, políticas e sociais, que abalaram as tradições reacionárias da Espanha do século XIX. A solução foi recorrer à conquista de seus irmãos de sangue e de língua, particularmente a Darío. O Simbolismo tardio dos poetas espanhóis explica-se também pelo fato de que a revolução literária e intelectual de 1898 proclamava justamente o contrário do Decadentismo francês e europeu, clamando por uma nova Espanha, uma nova literatura e um novo ideal político. Por isso mesmo, o Simbolismo é pouco ou nada decadentista nas obras de Unamuno, Antonio Machado e Ramón del Valle-Inclán. E esteticista só foi mesmo o crítico Azorín. O que se pode chamar de “decadentismo de Unamuno” é puramente pessoal, nada tendo de programático ou mesmo nacional. Sua grande descoberta, em termos de nacionalidade e universalidade, é o *Quijote*, verdadeiro antípoda da decadência européia do fim do século. Valle-Inclán, por sua vez, já é modernista, como o foram Manuel Machado e, no início, Antonio Machado, este um dos maiores poetas da língua.

O esteticismo de Azorín, todavia, está mais próximo do espírito simbolista, muito embora também ele não seja um decadentista. Suas obras *Los pueblos* (1905), *La ruta de Don Quijote* (1905), *Castilla* (1912), *Clásicos y modernos* (1913), *Al margen de los clásicos* (1915) buscam, inclusive, atenuar os males da decadência. Ainda na Espanha, vincularam-se ao Simbolismo: Emilio Carrère, decadentista verlainiano em *El caballero de la muerte* (1909), *Del amor, del dolor y del misterio* (1915), *La copa de Verlaine* (1919); e Eduardo Marquina, também já modernista em *Eglogas* (1902) e *Elegias* (1905). E simbolista foi, em seus inícios, Juan Ramón Jiménez.

## ~ Em Portugal e no Brasil

O Simbolismo português, já preludiado pela poesia “metafísica” e de grave espiritualidade de Antero de Quental, tem início com Antônio Nobre, um baudelairiano intimista e extremamente pessoal, autor do *Só* (1892) e de *Despedidas* (1902). Nobre tem também muito de romântico, e algo da tristeza desolada de Laforgue. Sua influência foi muito grande em Portugal e no Brasil. Mas, em geral, a paternidade do Simbolismo português costuma ser atribuída a Eugênio de Castro. Duas obras desse poeta, *Oaristos* (1890) e *Horas* (1891), são anteriores ao *Só*. Mas a poesia do autor de *Silva* (1894) não provém dos grandes mestres do Simbolismo francês, e sim dos decadentistas menores, tanto da França como da Bélgica.

Historicamente, a contribuição de Eugênio de Castro – o único poeta português da época realmente lido pela Europa inteira – é muito importante. Castro, um esteticista que renovou o gosto literário em seu país, é dono de uma linguagem puríssima e decantada, menos idiomática que a de Nobre, mas que, em obras posteriores (*O rei Galaor*, 1899; *Depois da ceifa*, 1901; *O anel de Polícrates*, 1907), reatou relações com o classicismo da tradição portuguesa. O outro grande nome do Simbolismo em Portugal é Camilo Pessanha, autor de um único livro, *Clepsidra* (1920), de imagens altamente sugestivas e delicada musicalidade. Pessanha, que viveu solitário na colônia chinesa de Macau, está mais próximo do Modernismo do que Nobre ou Eugênio de Castro.

Ainda em Portugal, outros poetas, conquanto de menor expressão, cederam ao impacto do Simbolismo, que foi sentido até mesmo por um verbalista como Guerra Junqueiro, quando renunciou à retórica hugoana para escrever *Os simples* (1892). O próprio Cesário Verde, em seu *Livro* (public. póstuma, 1887), parece estar marcado

pela poesia de Baudelaire. Também poetas da estatura de Mário de Sá-Carneiro e Florbela Espanca, no *Livro de mágoas* (1919), *Livro de Soror Saudade* (1923) e em *Charneca em flor* (public. póstuma, 1931), traem a influência do Simbolismo. E a primeira fase de Fernando Pessoa é também simbolista, assim como foram simbolistas João Barreira (*Gouaches*, 1892), Antônio Feijó (*Sol de inverno*, 1922), Júlio Brandão (*O livro de Aglais*, 1892), Antônio de Oliveira Soares (*Azul*, 1890) e outros.

O Simbolismo brasileiro, embora oposto ao Parnasianismo, foi, contudo, por este último rapidamente absorvido, e quando tentou re-vigorar-se, após o declínio neoparnasiano, viu-se marginalizado pelos primeiros modernistas. Na literatura brasileira, aliás, ao contrário da européia e da hispano-americana, o Simbolismo, além de efêmero, antecede o Neoparnasianismo, que a crítica e o gosto popular consagraram. Assim, o movimento simbolista passou a ser considerado um “corpo estranho” na literatura brasileira, como observa Andrade Murici em seu *Panorama do movimento simbolista brasileiro* (1952, v. I, p. 16). Nem por isso, todavia, deixou de produzir alguns grandes talentos, como tampouco de marcar a obra de diversos autores do século XX, desde Augusto dos Anjos até Cecília Meireles.

Os precursores são José Francisco da Rocha Pombo, José Joaquim de Medeiros e Albuquerque, Domingos do Nascimento e Venceslau Queirós, todos de importância literária reduzidíssima. Mas já é simbolista, parcialmente, B. Lopes, autor de *Cromos* (1881), *Brasões* (1895), etc., que depois voltou ao Parnasianismo. O primeiro grande simbolista brasileiro – e também o maior poeta de todo o movimento – é João da Cruz e Sousa, poeta negro de autênticas emoções, que se rebelou contra a sintaxe tradicional portuguesa e introduziu no Brasil as conquistas estilísticas da escola francesa. Sua obra inclui os versos de *Broquéis* (1893), *Faróis* (1900) e *Últimos sonetos* (1905), além da prosa poética de *Missal* (1893) e *Evocações* (1898).

O outro grande simbolista é Alphonsus de Guimaraens, poeta intimista, dominado pelo sentimento da morte e por um suave misticismo, mas que pecou por algum preciosismo. Suas obras mais expressivas são *Dona Mística* (1899), *Kiriale* (1902) e *Pastoral aos crentes do amor e da morte* (1923). Dos demais poetas simbolistas, merecem registro: Emiliano Pernetta, Mário Pederneiras, Pedro Militão Kilkerry, Murilo Araújo, Cassiano Machado Tavares Bastos, Gonzalo Jácome, Emílio Kemp, Adalberto Guerra Duval, João Itiberê da Cunha, Euclides Bandeira, Antero Bloem, Durval de Moraes, Álvaro Reis, Marcelo Gama, Felipe d'Oliveira, Homero Prates, Ronald de Carvalho, Euricles de Matos, Ernâni Rosas, Max Vasconcelos e Eduardo Guimaraens; alguns se passaram depois para o Neoparnasianismo ou evoluíram para o Modernismo.

A prosa simbolista encontrou seus maiores cultores em Gonzaga Duque, Carlos D. Fernandes, Arthur Lobo e Álvaro Moreyra. O grande crítico e propagandista do movimento é Nestor Vitor, seguido de Saturnino de Meireles e Manuel Azevedo da Silveira Neto. Não foi propriamente simbolista o grande e originalíssimo poeta Augusto dos Anjos, autor do *Eu* (1912), mas certa influência do Simbolismo é inconfundível em seus versos. E há, finalmente, o caso da poetisa Cecília Meireles, uma das mais finas sensibilidades da poesia brasileira, que, durante muito tempo, permaneceu simbolista dentro do Modernismo.

O Simbolismo transcendeu imensamente os limites de suas atividades programáticas, dando origem à grande poesia pós-simbolista, que, a rigor, já pertence ao Modernismo. Seus representantes, porém, guardam muito da lição de Mallarmé, Baudelaire, Rimbaud, Maeterlinck e outros expoentes simbolistas. Essa herança é particularmente visível na alta poesia de Paul Valéry, discípulo de Mallarmé, de Rainer Maria Rilke, de T. S. Eliot, de William Butler Yeats, de Juan Ramón Jiménez e de Paul Claudel, entre tantos outros.

Ficcionistas como Marcel Proust e James Joyce, os dois maiores mestres do romance moderno, também pagam tributo à estética e ao estilo simbolistas, o mesmo ocorrendo com Maurice Barrès, Alain Fournier, Thomas Mann, Knut Hamsun e vários poetas da literatura norte-americana moderna. Isso vem confirmar a inestimável importância histórica do Simbolismo, que abriu as portas à renovação modernista. Obras como *Le cimetière marin* de Valéry, ou as *Duineser Elegien*, de Rilke, ou ainda *The Wild Swans at Coole*, de Yeats, provam quanto o Modernismo deve à poesia pós-simbolista.



Anísio Teixeira, diretor da Instrução Pública no Rio de Janeiro e secretário da Educação na Bahia, onde criou, em Salvador, a Escola-Parque.



# Anísio Teixeira: filosofia e ação do educador

JOSAPHAT MARINHO

## ~ Frustração compreensível

A vida cria frustrações invencíveis, mesmo nas horas maiores de justiça e reparação. Como a existência da espécie é incomparável com a de cada ser humano, os fatos ocorrem e se sucedem, multiplicam-se e se renovam além de nossas ambições pessoais. Temos aspirações, materiais ou espirituais, que preencheriam o vazio de nossas vaidades, ou, mesmo, de nossos anseios legítimos, e não as alcançamos. O destino tem dessas tiranias. Em razão do passar incessante das gerações, polêmicas umas e outras adormecidas, de suas conquistas e de suas vicissitudes, há sempre no seio delas indivíduos cujas esperanças se esvaem, como as visões do deserto.

Todos, aqui, decerto, os que hoje integram o Conselho Nacional de Educação – que me distinguiu com o convite para participar deste ato de justiça e a que manifesto vivo agradecimento –, e os que, como eu, ontem formaram o Conselho Federal de Educação, uns e outros, e talvez muitos dos que nos assistem, gostaríamos de ter sido pares de Anísio Teixeira no colegiado ilustre.

Colaboração às comemorações do centenário de nascimento de Anísio Teixeira, a convite do Conselho Nacional de Educação, em solenidade no dia 6.6.2000, em Brasília.

Josaphat Marinho é senador da República.

Conhecendo seu pensamento fecundo por meio de livros, conferências, exposições de motivos, ou retratado em obras e serviços que criou, estimaríamos, no entanto, experimentar o convívio cordial e enriquecedor, simples e empolgante, como forma de completar a cultura para melhor interpretar os fenômenos da coexistência, sobretudo no domínio da educação.

Se não tivemos essa fortuna, se nenhum de nós a experimentou, ficaram as lembranças de seus companheiros de plenário. Resumiria a imagem resplandecente em trecho de bela página de Josué Montello:

A inteligência de Anísio Teixeira, se se realizava esplendidamente no corpo-a-corpo com a folha de papel em branco, na reclusão de um gabinete de trabalho, era ainda mais viva, mais brilhante, mais luminosa, nas surpresas de um debate.

.....

Anísio, nessas ocasiões, não precisava pedir silêncio aos circunstantes. O silêncio vinha por si, abrindo espaço imediato à palavra do orador. A figura pequena, miúda mesmo, com algo de adolescente no seu todo franzino, como que atuava por explosões sucessivas.

.....

De repente, a propósito de um artigo de lei ou de conclusão de um parecer, Anísio levantava uma objeção. Do outro lado do plenário, o velho Almeida Júnior, sempre com o reparo ferino na ponta da língua, observava-o por cima dos óculos. Os demais companheiros redobravam de atenção... E Anísio a discorrer, possuído pelo seu assunto. Ele não meditava para falar: a própria fluência verbal era em si o ato de pensar, com a palavra gerando a frase ajustada à lógica de uma estupenda ordenação expositiva. Era como se estivéssemos diante da forja incandescente a abrir-se em faíscas. E tudo aquilo era novo, com a força da criação definitiva.

*(Jornal do Brasil, 12.09.78).*

Eis, traçado a pena de artista, o débil perfil físico do espírito robusto.

## ~ Compensação

Se não pude, a seu lado, aplaudi-lo no Conselho, tive, antes, uma oportunidade compensadora. Conheci-o na intimidade e na planície, sem nenhum cargo público, quando excluído pela ditadura Vargas da formação do pensamento nacional. Era, então, nos anos 40, simples comerciante de minérios. A informalidade no trato e a agudeza de espírito refletiam a dimensão do homem superior: de inteligência peregrina, culto, genuinamente democrata. Preocupado em acompanhar as mudanças da sociedade, vivia sempre em dúvida, não a dúvida de quem vacila sobre a estrada a seguir, mas a de quem se perguntava e indagava aos outros se a realidade vivida era a ideal ou justa, ou se novos horizontes seriam rasgados.

Parece que prenunciava, nessas perquirições, “a longa revolução de nosso tempo”, produto, em magna parte, da ciência e da tecnologia, como veio a examinar, depois de 1945, em duas conferências magistrais, em que revelou mais “perplexidades” que “conclusões”. Ao invés de fixar dogmas, situava os contrastes, para desenvolver o esforço de reduzi-los a formas civilizadas de convívio livre e criativo. Não queria a padronização da cultura, antes o confronto de inteligências diversificadas e diferentemente formadas. Empolgava-o a divergência fundamentada, que descobre equívocos, aponta exageros, aperfeiçoa conceitos, conduz a revê-los, ou a inovar com objetividade. Alargando e aprofundando análises, não incidia em abstrações. Para ele, “fins inaplicáveis não são fins, mas fantasias. Os fins são verdadeiramente *fins* quando os conhecemos de tal modo que deles se desprendem os *meios* de sua realização”. E invocando Dewey, matriz de suas reflexões desde a mocidade, rematou: “Os meios são frações de fins” (*Educação progressiva – Uma introdução à filosofia da educação*, Cia. Editora Nacional, 1933, p. 21). Pensava e dialogava para alcançar a objetividade.

## ~ Alma de educador

Era um espírito lastreado na filosofia social, como fonte de interpretação dos fenômenos da vida, conjugando a especulação, a observação e a experiência. Desse complexo de fatores extraía a matéria-prima de seus estudos sobre a educação como problema político. Não temia, ao contrário cultivava, a presença do dado filosófico no seu pensamento. “Nos dias de hoje – escreveu, note-se bem, em 1933 – nos dias de hoje, quando a ciência vai refazendo o mundo e a onda de transformação alcança as peças mais delicadas da existência humana, só quem vive à margem da vida, sem interesses, sem posição, sem amores e sem ódio, pode julgar que dispensa uma filosofia.” (*Educação progressiva*, ed. cit., p. 176.)

Não a dispensou até o fim de seus dias, apesar das injustiças sofridas. Quando suspeitado, insidiosamente, em 1935, de orientação extremista, de índole comunista, repeliu a maldade, e pedindo demissão do cargo de Secretário de Educação e Cultura do prefeito Pedro Ernesto, no antigo Distrito Federal, objetou com firmeza: “Se, porém, os educadores, os que descrêem da violência e acreditam que só as idéias e o seu livre cultivo e debate, é que operam, pacificamente, as transformações necessárias, se até esses são suspeitados e feridos e malsinados nos seus esforços – que outra alternativa se abre para a pacificação e a conciliação dos espíritos?” (*Educação para a democracia*, 2ª ed., Edit. UFRJ, 1997, p. 34.).

Exercendo, com o restabelecimento da ordem democrática, outros cargos na direção do ensino, manteve a mesma determinação, fiel a princípios filosóficos. Criador de serviços e obras – que serão decerto apreciados por especialistas – jamais restringiu suas atividades a realizações materiais. Estas eram sempre um desdobramento ou uma concretização de idéias amadurecidas, com que impregnava a administração educacional de valores permanentes. Quando, por

exemplo, instalou em Salvador, no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a Escola-Parque, essencial para ele não era o edifício condigno, que fez construir, mas assegurar aos filhos do bairro proletário o direito à educação adequada, com as oportunidades ao alcance do Estado. A finalidade social da educação marcava-lhe a ação administrativa. O espírito condicionava as realizações materiais.

## ~ Filósofo da educação

O feixe crescente de idéias que iluminava a ação de Anísio Teixeira fê-lo um filósofo da educação. O poder de penetração de sua inteligência levou-o, desde cedo, a ver que o conhecimento não se completa, prolonga-se e se renova, dia a dia, com as transformações da sociedade. De modo singular ele percebeu, como na observação de Leo Strauss, que “a filosofia é, essencialmente, não a posse da verdade, mas a pesquisa da verdade” (*Qu’est ce que la philosophie politique?*, PUF, 1959, trad. do inglês por Olivier Sedeyn, p. 17). Por isso mesmo, quanto mais estudou e investigou maior foi o seu empenho em alargar o saber, para melhor interpretar as variações da educação, em face da evolução geral.

Desde moço, não via apenas a superfície das coisas. Divisava a profundidade delas. Tendo estudado nos Estados Unidos ainda jovem, não se impressionou com o poder econômico, nem com os arranha-céus, e observou que assim também refletiam os americanos. O que lhe tocou a sensibilidade, escreveu em 1929, foi “a grande tradição nacional de democracia”, evoluindo do “direito de ter um voto” para “significar o direito de cada indivíduo de encontrar oportunidade para, na medida de suas forças, se encontrar plenamente no campo econômico ou no campo social” (“O espírito democrático da civilização americana”, in *Revista de Cultura Jurídica*, nº 3, 1929, Bahia, p. 659-668, cit. p. 663). Trouxe, desta sorte, a convicção das vantagens do processo democrático, titubeante entre nós.

A superveniência do governo ditatorial, em 1930, não lhe modificou o ideário em crescimento. Pensando, ou agindo, em cargo de administração do ensino, suas idéias se foram consolidando. Se considerou sempre a educação problema político, não admitiu sua subordinação a inspirações partidárias. Para ele, a autonomia da escola constituía pressuposto de sua função social de formação da personalidade e de habilitação do indivíduo a conquistar oportunidades iguais na sociedade, segundo os requisitos de aptidão. Para desenvolver essa tarefa, a escola precisava ser imune a imposições deformadoras, o que exigia um sistema de ensino fundado em leis robustas e executado por um magistério independente, nos moldes do que propôs à Constituinte baiana de 1947.

Já no seu livro *Educação progressiva*, de 1933, com o subtítulo “Uma introdução à filosofia da educação”, assinalou que “à medida que se alargam os problemas comuns, mais vivamente sentida será a falta de uma filosofia que nos dê um programa de ação e de conduta” (*Educação progressiva*, Cia. Editora Nacional, 1933, p. 177) – o que implica repulsa a fatores circunstanciais e desarticulados. Em nenhum aspecto, porém, seu pensamento filosófico sobreexcedeu em ênfase ao com que fixou o papel da Universidade “na sociedade moderna, uma instituição característica e indispensável, sem a qual não chega a existir um povo” (*Educação para a democracia*, ed. cit., p. 122).

Ocorria uma progressão constante no aperfeiçoamento espiritual de Anísio Teixeira. Se a escola pública foi um ponto cardeal de suas preocupações, não envelhecia com a sucessão dos anos: ampliava a ânsia de pesquisa e de conhecimento. Não desprezando o passado útil, buscava sempre as clareiras do futuro renovador.

Nem tudo que defendeu vingou e nem tudo que previu aconteceu. Na sóbria e exata “apresentação” da nova edição de *Educação para a democracia*, o professor Luiz Antônio Cunha pondera que esse livro “está marcado por uma concepção muito otimista a respeito da ca-

pacidade da escola na mudança da sociedade”. Contudo, reconhece, igualmente, que “suas idéias foram reprimidas não pela força de outras idéias, mas pela força daqueles que as temiam” (*Educação para a democracia*, ed. cit., pp. 15 e 21). Temeram-no ao longo de sua pregação incansável, mesmo na democracia, ao passo que ele, como pensador sem preconceitos, discutia todas as idéias e inovações.

Ao analisar, em 1967, “a longa revolução do nosso tempo”, falando a professorandos da Bahia, não traiu os deveres do espírito científico. Não difundiu nenhum dogmatismo. Foi o mestre raciocinando, não o partidário tentando persuadir. Mas o mestre não se manteve neutro diante da injustiça. Denunciou as desigualdades, inclusive as estabelecidas por “processos declaratórios” do governo. Acusou que não se fazia a mudança socialista porque parecia “subversiva”, ameaçando os “privilegiados”, e “a capitalista é indesejável, porque desencoraja os que ainda não são privilegiados”. Observou, contudo: “O processo terá, um dia, de chegar a termo” (“A longa revolução do nosso tempo”, 1969, in *Revista de Informação Legislativa*, abril a junho de 1968, pp. 45-62). Enquanto esse dia não chegava, continuou a estudar e lutar, no intento de atualização e reforma. Em verdade, esse dia não chegou, para que ele o visse nascer. Não nasceu ainda.

## ~ Idéias sobreviventes

Tanto ensinou e combateu, entretanto, que suas idéias continuam a projetar-se no tempo. Realça o professor Luiz Antônio Cunha, na “apresentação” já referida, que “ler e reler *Educação para a democracia* é um meio de conhecer a educação brasileira em suas mudanças e persistências” (*Educação para a democracia*, ed. cit., p. 27). E, na edição de 19 de março deste ano, do *Jornal do Brasil*, a pesquisadora Clarice Nunes sublinhou a presença permanente de Anísio Teixeira na discus-

são de todos os problemas educacionais. “Isso é impressionante – frisa – porque tudo que se fala em educação acaba remetendo a ele: financiamento, formação de professores, reformas de instrução, pós-graduação.” Assim é porque ele pensou para o futuro, que agora nos reúne em seu louvor e em sua reparação. Não houvesse pensado com tamanha dimensão e tal intensidade, não seria lembrado e invocado com atualidade tão palpante.

## ~ Última lição

Mas ele nos deixou uma última lição, como estímulo à renovação dos conhecimentos e como testemunho de compreensão do dever do mestre. É a conferência intitulada “Cultura e tecnologia”, proferida em 1970 – morreria em março de 1971 – para os alunos do curso de Teoria e Prática de Microfilmagem, do Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas. O texto tem o conteúdo do trabalho de pesquisa, o estilo lógico do professor, o sentido de apreciação universal do filósofo. Resume a evolução da cultura ou das culturas, fixando a importância da “cultura tipográfica” e considerando “o microfilme como descoberta equivalente à do livro” – porque “universaliza o acesso do homem de qualquer nação ao saber total da espécie, tanto ao saber antigo quanto ao moderno, e quanto ao de hoje”.

É a mensagem derradeira do educador, a uma assembléia de alunos, e não a um corpo de figuras eminentes. Não corresponde ao testamento do seu saber porque nessa conferência abre a perspectiva do “dia em que, além do mercado, que é a dinâmica da procura e oferta, as nações desenvolvidas compreenderão que a cultura é riqueza fonte, riqueza matriz, que deve ser paga e promovida, como é a defesa nacional, por princípios diferentes dos do mercado e comércio. A biblioteca será então bem comum, como a água e a luz, e o microfil-



me, o recurso novo que a fará tão rica e abundante quanto a dos países desenvolvidos”. E se referia “a algo como televisão por assinatura”. O juízo percuciente vislumbra a esteira do desenvolvimento da informática.

## ~ Criador de esperanças

Era o talento rasgando sempre outros horizontes, para o conhecimento e a felicidade da criança e do homem.

Diante desse vigor de inteligência criadora, parece que Anísio Teixeira, retomando aos 70 anos o curso de sua vida fulgurante, repetia a mensagem de confiança de Sartre: “Eu morrerei na esperança.”

As gerações que lhe sobrevivem, agradecidas pelo bem que transmitiu à sociedade e à cultura, hão de prolongar suas esperanças.



Reprodução (autorizada para a 5ª edição de *Os sertões*) do retrato de Euclides da Cunha feito pelo artista Belmiro de Almeida para o Ministério das Relações Exteriores.

# Poesia

## ~ Sonetos da juventude

Euclides da Cunha começou cedo nas lides literárias. Tinha quatorze anos de idade e já versificava, não sobre assunto qualquer, mas sobre os grandes nomes da Revolução Francesa, como nos sonetos dedicados a Robespierre, Danton, Marat e St. Just, em fac-símile e transcritos nas páginas a seguir.

Nohegrana:

Atena ingrubraed - bravo sonhador  
De um fim brilhante, de um poder singent.  
De seu cerebro aindas - a luz ardente  
E' que - gerava a terra do terror...

Embryada no um hirido fulgor  
Luzalua collossala emel. potente  
Pronpa as coladas, higelbre, tremente -  
Chuvia de glorias, maldicicis e dor !

Uta sumite ja que illa aborta ardida  
e fogora - e - cruenta e destimada  
- Et um deburio de luz - Ponente a luz...

Uta sumite ja que sommeloca na historia  
Atas, aindaluz, a sua atoz memoria  
E' o peradela Inmais cruel dos reis !..

28 de Novembro  
Euclides

## ~ Robespierre

Alma inquebrável – bravo sonhador  
De um fim brilhante, de um poder ingente.  
De seu cérebro audaz – a luz ardente  
É que[?] gerava a treva do Terror...

Embuçada num lívido fulgor  
Su'alma colossal – cruel – potente  
Rompe as idades, lúgubre – tremente –  
Cheia de glórias, maldições e dor!.

Há muito já que ela – soberba ardida  
Afogou-se – cruenta e destemida  
– Num dilúvio de luz – Noventa e três...

Há muito já que emudeceu na história  
Mas, ainda hoje a sua atroz memória  
É o pesadelo mais cruel dos reis!...

*28 Novembro*  
*Euclides*

*Dante.*

Parece-me que o vejo - iluminado.  
Erroudo delirante a grande fronte  
— De um povo antigo e fúlgido horizonte  
Cham de luz, de ideias combalçadas!.

De seu cráneo - pulsat - a rubra lava  
Foi' que gerou esta sublime Aurora  
— a tumbido e triz e a "beantou" escora  
e Na fronte andaz da população brava!

Olhando para a história - um século é lento  
Que mostra-me o seu cráneo resplandente  
Do passado através o véo profundo ...

.....

Nos minutos que tombou - mas, signebrauel  
De sua voz e ceto, formidável  
Estrange ainda as razões do mundo?!

*Euclides*  
21. Novembro

## ~ Danton

Parece-me que o vejo – iluminado –  
Erguendo delirante a grande fronte  
– De um povo inteiro o fúlgido horizonte  
Cheio de luz, de idéias constelado...

De seu crânio – vulcão – a rubra lava  
Foi que gerou essa sublime aurora  
– Noventa e três e a levantou sonora  
Na frente audaz da populaça brava...

Olhando para a história – um séc'lo é a lente  
Que mostra-me o seu crânio resplandente  
Do passado através o véu profundo...

Há muito que tombou – mas inquebrável  
De sua voz o eco formidável  
Estruge ainda na razão do mundo!...

*Euclides*

*28 Novembro*

Marat...

"Poi a alma cruel das horricidas...  
Triunfo de luz e honra: se ella foi  
- Os purpuros gelavam e e rangia  
- Mas liam thron e dora yelgalladas..."

La... a trez da luz... pouco seguiu  
De o rimo no trovão, lucidas piranhas  
Atrocidade a' morte nos corações ateadas.  
Batalha e despotismo a' luz do dia...!

No um arbo tremendo - negrejavam  
Os pelanos, mais opaco e sifuntellavam  
Atrocidades semis bravas e brutuantes

Ly  
Ha morte que um pouco gelava... e seio...  
Passou... liam era historia em castro alai  
E lagrimas e luras opprimentas...

18 Novembro

Euclides



 Marat

Foi a alma cruel das barricadas...  
Misto de luz e lama... se ele ria  
As púrpuras gelavam-se e rangia  
Mais de um trono se dava gargalhadas...

Fanático da luz... porém seguia  
Do crime as torvas, lívidas pisadas –  
Armava à noite aos corações ciladas –  
Batia o despotismo à luz do dia...

No seu cér'bro tremendo negrejavam  
Os planos mais cruéis e cintilavam  
As idéias mais bravas e brilhantes.

Há muito que um punhal gelou-lhe o seio...  
Passou... deixou na história um rastro cheio  
De lágrimas e luzes ofuscantes...

*28 Novembro*

*Euclides*

## Saint-Yust.

Um discurso de Saint-Yust donna tout de suite  
un caractère terrible au débat.  
Rogé: *Crise de Louis XVI.*

Quando à tribuna elle se ergueu, rugindo -  
- e de forte impetuos das palavras audazes  
estremas e habis de terríveis phrases  
E a luz do juiz em seu olhar fulgindo

A tyrannia estremeceu nas bases  
E em seu rei na fronte ressurto pompino.  
Um suor de morte e um terror inquieto  
Jelou e deir aos cortantes, equívocos -

Uma alma nova ergueu - e em cada peito,  
Peritou em cada peito novo esperança  
De seu bonum recordou, fuisse - e *Dirivir* -

O Europa - e *occumbit*, *masique*, *condemnat*  
Sentiu si uma hora, e de o verbo seu,  
e de *conmoveret* quem se *bona* *infrat*!

29. Novembro 1873  
Euclides

 Saint-Just

Un discours de Saint-Just donna tout de suite  
un caractère terrible au débat...

Raffy – Procès de Louis XVI

Quando à tribuna ele se ergueu, rugindo –  
– Ao forte impulso das paixões audazes  
Ardente o lábio de terríveis frases  
E a luz do gênio em seu olhar fulgindo

A tirania estremeceu nas bases  
De um rei na frente ressumou – pungindo.  
Um suor de morte e um terror infindo  
Gelou o seio aos cortesãos sequazes –

Uma alma nova ergueu-se em cada peito,  
Brotou em cada peito uma esperança  
De seu sono acordou – firme – o Direito –

E Europa – o mundo, mais que o mundo – a França  
Sentiu numa hora, sob o verbo seu,  
As comoções que em séc'clos não sofreu...

*28 Novembro 1883*

*Euclides*

arremettem com as caatingas que a envolvem os encourados  
athleticos.

Ô quadro tem a movimentação selvagem e assombrosa de  
uma corrida de tartaros.

*circumstante H* Desapparecem em minutos os sortanejos, perdendo-se no  
mattagal ferrado. O rodeio permanece por algum tempo de-  
serto . . .

De repente estruge ao lado um estridulo tropel de cascos  
sobre pedras, um estrepito de galbos estalando, um estalar de  
chifres embatendo; tufa nos ares, em novellos, uma nuvem de  
pó; rompe, a subitas, na clareira, embolada, uma ponta de  
gado; e, logo após, sobre o cavallo que estaca esbarrado, o  
vaqueiro, teso nos estribos . . .

*na caatinga H* Traz apenas exigua parte do rebanho. Entrega-a aos com-  
panheiros que alli ficam, *de esteira*; e volve em galepe desaba-  
lado, renovando a pesquisa. Enquanto outros repontam além,  
mais outras, successivamente, por toda a banda, por todo o  
ambito do rodeio, que se anima, e tumultua em disparadas; *de H*  
bois as marradas ou escarvando o chão, cavallos curveteando,  
confundidos e embaralhados sobre os plainos vibrantes num  
prolongado rumor de terremoto. Aos lados, na caatinga, os  
menos felizes se agitam ás voltas com os marruais recalci-  
trantes. Ô touro largado ou o garrote vadio em geral refoge a  
revista. Afunda *nas galhadas*. Segue-o o vaqueiro. Cose-se-lhe  
no rastro. Vai com elle as ultimas bibocas. Não o larga; até que  
surja' o ensejo para um acto decisivo: alcançar repentinamente  
o fugitivo, de arranco; cahir logo para o lado da sella, sus-  
penso num estribo e uma das mãos presa ás crinas do cavallo;  
agarrar com a outra a cauda do boi em disparada e com um  
repellido fortissimo, de banda, derribal-o pesadamente em  
terra . . . Fõe-lhe depois a peia ou a mascara de couro, levando-o  
jugulado ou vendado para o redeador.

Alli o recebem ruidosamente os companheiros. Conta-lhes

## A poesia de “Os sertões”

GUILHERME DE ALMEIDA

**P**eregrino de primeira romagem, com a natural timidez do devoto novato, neste ano trigésimo sétimo da póstuma euclidiana, venho trazer o meu “ex-voto” singelo, mas convicto, a esta Meca espiritual.

Humilde oferenda, a minha, que, por si e para mim, tem apenas um valor: ser breve e ser minha.

Num dos mais propalados contos da propalada literatura francesa do século XIX, narra Anatole o caso insinuante de um inocente pelotiqueiro surpreendido, ante o altar da Virgem, a executar um jogo esperto, difícil e brilhante das suas mais elásticas e preciosas habilidades. Era a sua maneira – toda sua e só sua – de render à Senhora Puríssima o seu culto simplório, mas legítimo. E, doirada e azul, do seu nicho místico a Mãe Divina sorriu aos esgares prestímanos do “Jongleur de Notre Dame”...

Publicado no *Diário de S. Paulo*. Texto cedido pela Casa Guilherme de Almeida – Rua Macapá, 187 – Perdizes – CEP 01251-080 – São Paulo – SP.  
Guilherme de Almeida (1890-1969), poeta, jornalista e crítico, é autor de obras de poesia, ensaios e crônicas, como *Nós* (1917), *A dança das horas* (1919), *Meu e Raça* (1925), e tradutor de Baudelaire e Verlaine.

Possa também sorrir do seu alto nimbo de glória o grande Euclides ao pequeno poeta, que lhe vem dizer a única prece de que é capaz: que lhe vem falar de poesia, da miraculosa poesia de *Os sertões*.

Bem analisada a minha intenção, talvez não seja ela, no fundo, senão mera vaidade: o gosto de descobrir num forte prosador um forte poeta, para me sentir orgulhoso do longínquo parentesco literário. Mas, perdoável vaidade, pelo tão pouco que é o devoto.



A vasta e autorizada bibliografia euclidiana parece haver já verroumado de todas as sondas todos os estratos e substratos da multiforme e coesa personalidade do mestre máximo do nosso nacionalismo. Já se estudaram, em Euclides, o homem, o militar, o matemático, o engenheiro, o explorador, o geógrafo, o historiador, o repórter, o sociólogo, o escritor, o estilista. Faltou o poeta. Não o poeta das *Ondas*, o caderno escolar das “primeiras poesias” daquela imperfeita florada dos quatorze anos: a idade crítica do espírito, a ingrata quadra que o próprio autor, em nota espontânea e consciente, aposta no frontispício do manuscrito, considera “fundamental para explicar a série de absurdos, que há nestas páginas”. Não esse poeta infante, que todos nós, brasileiros, o somos nesse dúbio momento de dupla puberdade; mas o poeta de *Os sertões*: o artista da poesia pura, não intencional, não resolvida, não premeditada, mas imposta ao homem por uma insuspeita consciência lírica do universo, por essa imprevisita substância poética que há nos seres e nas coisas e que, imperativa, reclama urgente expressão.

Dessa poesia legítima – obra de artista e não de artífice – está todo sublinhado e sublimado o grande livro, a que deveríamos chamar apenas “O Livro” com maiúscula, porque é ele, para o brasileiro, uma Bíblia, um Corão, um Talmud.

Não se diga ser essa uma poesia meramente casual. Foi no ápice da sua maturidade, quando já vingada, florida e frutificada a dura lavra de *Os sertões*, um ano antes da morte trágica, que Euclides da Cunha, em letra de fôrma, se confessou poeta. Foi, precisamente, a 30 de setembro de 1908, quando, prefaciando os imortais *Poemas e canções*, de Vicente de Carvalho, num misto de dúvida modesta e desconfiada antecipação, escreveu primeiro: “Aos que se surpreenderem de ver a prosa do engenheiro antes dos versos do poeta, direi que nem tudo é golpeantemente decisivo nesta profissão de números e diagramas”... E, corajosamente, revelou adiante: “... Quando nos vamos pelos sertões em fora, num reconhecimento penoso, verificamos, encantados, que só podemos caminhar na terra como os sonhadores e os iluminados: olhos postos nos céus, contrafazendo a lira, que eles já não usam, com o sextante, que nos transmite a harmonia silenciosa das esferas, e seguindo no deserto, como os poetas seguem na existência... a ouvir estrelas”...

Mas era uma lira de poeta o sextante do engenheiro. Assim, nesse alheado encantamento, caminhou Euclides com o passo melódico dos párias musicais do Sonho. E essa marcha cantante fez cantar de poesia o chão bruto, brutaemente trilhado, de *Os sertões*.

Toda a verdadeira poesia, de quaisquer escolas e credos, em todas as suas muitas modalidades e com todos os seus muitíssimos fatores, está nitidamente fixada n’*Os sertões* que já de si são uma epopéia. Versos regulares de todos os matizes; todos os gêneros poéticos: o heróico, o lírico, o descritivo, o bucólico, o satírico, o epigramático; não importa que filigranas da ourivesaria poética, desde o capricho da onomatopéia simplesmente auditiva, ou os rebuscados arabescos das aliteraões, até os mais sutis desenhos do ritmo e da idéia e os mais inéditos achados da “imagerie” – versos, puros versos, poesia, pura poesia, é o que sempre salta, vivo, das páginas vívidas d’*Os sertões*. E isso, sem necessidade de acuradas pesquisas: mas a olhos vistos, à mais rudimentar observação.

“*Res, non verba.*” Pelo incisivo roteiro euclidiano, vou colhendo, página a página de “A Terra” e de “O Homem”, as flores de alvura que de passagem fez abotoar em milagre o luminoso viajor.

Alguns exemplos, primeiro, de verso regular, de métrica rigorosa.

Logo à página 4,<sup>1</sup> na firme descrição do fâcies geográfico do “hinterland” baiano, emerge este decassílabo de mestre:

“num ondear longínquo de chapadas”...

Propositadamente, o poeta evitou o ditongo no verbo “ondear”, contando três em vez de duas sílabas, recurso técnico para alongar o verso e, conseqüentemente, a perspectiva que ele descreve.

Na página seguinte, outro de igual medida:

“os recessos das matas opulentas”;

e este alexandrino ternário, rigorosamente cortado em três versos de quatro sílabas engrenados, sem elisões:

“o antagonismo permanente das montanhas”,

e que não se serve, para o corte, do fácil recurso das agudas divisórias, como o clássico ternário de Baudelaire:

“tu fais l’effet d’un beau vaisseau qui prend le large.”

ou o de Guerra Junqueiro:

“bebendo o sol, comendo o pó, mordendo a rocha.”

Mais dois decassílabos de alto quilate, à página 8:

“da antiga cordilheira desabada”,

<sup>1</sup> Os números de páginas, citados no presente trabalho, reportam-se à páginação da 17ª edição corrigida (1944), da Livraria Francisco Alves.



e este outro:

“a sociedade rude dos vaqueiros”...

Note-se um detalhe importante: – Todos esses versos citados são terminais de parágrafos: o que sugere, no autor, uma subconsciente vontade de versificador empenhado sempre em criar o valorizante “coup de théâtre” do fecho grandíloquo.

À página 10, descrevendo a “Terra ignota”, um decassílabo e um alexandrino seguidos imediatamente:

“o rabisco de um rio problemático  
ou idealização de uma corda de serras”...

E, na página fronteira, este outro verso de dez sílabas:

“das camadas cretáceas, decompostas”.

Mais uma página voltada – e mais dois versos de métrica idêntica, separadas apenas por umas vinte linhas:

“a ossatura partida das montanhas”;  
“a paragem sinistra e desolada”...

Mais dez linhas passadas, eis dois setissílabos seguidos, fechando um período:

“esparçando a tênue capa  
das areias que o revestem”...

E, outras dez linhas abaixo, este decassílabo do mais rico e sugestivo colorido:

“o pardo requeimado das caatingas”...

É notável a preferência de Euclides pelo verso decassilábico. Há nisso, certo, uma imposição atávica, pois que essa de dez sílabas, é a medida nobre do verso português: a pauta uniforme d’*Os lusíadas*.

Facilmente, sem nenhum esforçado trabalho de pescador de pérolas, eis, surpreendidos, num folhear, apenas atento, d’*Os sertões*, perfeitos versos de métrica vária, que invejaria qualquer lapidário da nossa maior e melhor poesia:

“O aspecto atormentado da paisagem” (p. 15);  
“numa trama vibrátil de centelhas” (p. 28);  
“no expandir das colunas aquecidas” (p. 28);  
“de tiros espaçados e soturnos” (p. 29);  
“a imprimadura negra da tormenta” (p. 45);  
“barbaramente estéreis, maravilhosamente exuberantes” (p. 50);  
“O sertanejo é antes de tudo um forte” (p. 114);  
“a fealdade típica dos fracos” (p. 114);  
“os meandros das trilhas sertanejas” (p. 114);  
“o de guerreiro antigo, exausto da refrega” (p. 118);  
“visando-o pelo cano da espingarda” (p. 121);  
“oculto no sombreado das tocaias” (p. 121);  
“melancolicamente as notas do aboiado” (p. 127);  
“e pelo passo tardo do profeta” (p. 181).

Na dantesca descrição do inferno de Canudos – toda ela um poema – surge esta estupenda parelha de decassílabos, como fecho propositado:

“gandaleiros de todos os matizes,  
recidivos de todos os delitos” (p. 200).

Tão dominante é em Euclides, como em todo grande poeta, essa necessidade técnica da chave de oiro, que a derradeira linha d’*Os ser-*

*tões*, a última de “A Luta”, contém, na macabra descrição do cadáver do Conselheiro, um dos mais belos alexandrinos, jamais compostos em nossas letras, pela profundidade do fundo e pela formosura da forma. Este verso magistral:

“as linhas essenciais do crime e da loucura” (p. 613).

Mas, poesia não é apenas verso. Antes e acima da medida está o Ritmo, que é, como Deus, primeiro. Poesia é, essencialmente, Ritmo no sentir, no pensar e no dizer. Nem só de metro vive ela, como nem só de pão vive o homem. Vive, principalmente, de imagens, como, principalmente, vivemos de sonhos. A imagem é a luz que projeta o verso.

Pródigo de “imagerie” é o grande livro de Euclides. Vou juntar ao acaso, num ramilhete de estrelas, algumas das suas cintilantes imagens poéticas.

Descrevendo o clima cruel do sertão, o poeta arranca da esterilidade ambiente esta imagem fértil: “A terra irradia como um sol escuro” (p. 28).

No prodigioso desenho do sertanejo, definindo o vaqueiro identificado com seu cavalo, escreve: “Colado ao dorso deste, confundindo-se com ele, graças à pressão dos jarretes firmes, realiza a criação bizarra de um centauro bronco” (p. 116).

Fala do gibão do vaqueiro. E comenta: “Esta armadura, porém, de um vermelho pardo, como se fosse de bronze flexível, não tem cintilações, não rebrilha ferida pelo sol. É fosca e poenta. Envolve ao combatente de uma batalha sem vitórias” (p. 119).

Na descrição do vulto do Conselheiro, esta fúlgida fagulha de imaginação: “Era truanesco e pavoroso. Imagine-se um bufão arrebatado numa visão do Apocalipse” (p. 169).

Outra, satírica, uma página adiante: “Nunca mais olhou para uma mulher. Falava de costas mesmo às beatas velhas, feitas para amansarem sátiros” (p. 170).

Pintando Canudos: “A Tróia de taipa dos jagunços” (p. 183).

E concluindo o capítulo III de “A Luta”: “A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzeadado fazendo vacilar a marcha dos exércitos” (p. 244).



Muito falam os chamados “novos” da velha coisa que é o “verso livre”. Mas tão poucos o sabem praticar!

Ora, nesta prática do difícil verso livre – o verso que só existe enquanto a idéia existe, indo apenas até onde vai ela –, nessa prática perigosa, Euclides é mestre. Se certas passagens d’*Os sertões*, em vez de compostas tipograficamente em forma de prosa, o fossem em forma de versos livres, muito pasmaria o compilador de uma antologia da moderna poesia brasileira, topando com poemas autênticos, muito mais legítimos que os de muitos catalogados modernistas.

É tal trabalho tipográfico convidativa experiência a que não me sei furtar.

Eis, por exemplo, o fragmento de um poema que se intitularia:

## A vaquejada

De repente estruge ao lado  
um estrídulo tropel de cascos sobre pedras,  
um estrépito de galhos estalando,  
um estalar de chifres embatendo;  
tufa nos ares, em novelos,  
uma nuvem de pó;

rompe, a súbitas, na clareira,  
 embolada, uma ponta de gado;  
 e, logo após,  
 sobre o cavalo que estaca esbarrado,  
 o vaqueiro, teso nos estribos... (p. 126).

A essa espécie poética serve, como elemento plástico preponderante, o virtuosismo do “som imitativo”. Mas é, sobretudo, duas páginas adiante da que acabo de citar, que a onomatopéia e a aliteração atingem o seu máximo de força expressiva. É na monumental descrição do estouro da boiada:

Entrebatem-se, enredam-se, trançam-se e alteiam-se  
 riscando vivamente o espaço,  
 e inclinam-se, e embaralham-se milhares de chifres.  
 Vibra uma trepidação no solo: e a boiada “estoura”...  
 .....  
 E lá se vão;  
 não há mais contê-los ou alcançá-los.  
 Acamam-se as caatingas,  
 árvores dobradas, partidas, estalando em lascas e gravetos;  
 desbordam de repente as baixadas num marulho de chifres;  
 estrepitam, britando e esfarelando as pedras;  
 torrentes de cascos pelos tombadores;  
 rola surdamente pelos tabuleiros  
 ruído soturno e longo de trovão longínquo...

Este último verso nada fica a dever à citada e recitada onomatopéia virgiliana:

*“Insonuere cavae, gemitumque dedere cavernae”...*

Menos sensorial do que essa orquestração audível, a fina onomatopéia do pensamento, comum nas páginas d’*Os sertões*, chega talvez

ao seu clímax nesta maravilhosa descrição física do asceta do sertão  
– o Conselheiro:

Vinha do tirocínio brutal da fome,  
da sede, das fadigas, das angústias recalçadas  
e das misérias fundas.  
Não tinha dores desconhecidas.  
A epiderme seca rugava-se-lhe como uma coiraça  
amolgada e rota sobre a carne morta.  
Anestesiara-a com a própria dor;  
macerara-a e sarara-a de cilícios mais duros que os buréis de esparto;  
trouxera-a, de rojo, pelas pedras dos caminhos;  
esturrara-a nos rescaldos das secas;  
inteiriçara-a nos relentos frios;  
adormecera-a nos transitórios repousos,  
nos leitos dilacerantes das caatingas... (p. 166).




Mas... basta!

Já prestou o “jongleur” energúmeno o seu peito ingênuo e singular.

Simples anotador, nesta minha modesta profissão de fé na mística euclidiana, penso haver sublinhado, quanto baste à minha tímida iniciação, a transbordante e completa poesia d’*Os sertões*. Poesia tão abundante e contagiosa, que se extravasa sempre e se insinua ainda por toda esta santificada cidade paulista de São José do Rio Pardo. Cidade predestinada, que ficará, na História, como um símbolo da nossa História.

Nesta providencial encruzilhada encontram-se São Paulo e Euclides, para a perpetração do milagre. Só em terra paulista podia ser escrito *Os sertões*, porque de terra paulista partiram os magnos serto-

nistas. Simples e fatal fenômeno de devolução. Na lógica irredutível do *“nihil in intellectu quod non primus in sensu”*, foram os bandeirantes o sentimento do sertão, para que fosse Euclides a consciência do sertão. Fizeram os sertanistas enorme o Brasil, para que viesse, todo ele, resumir-se e caber, um dia, na paupérrima cabana de zinco e sarrafos, onde, como no presépio de Belém, foi o humilde Natal do livro excelso, vindo à luz do nosso sol enquanto duas margens de rio se davam as mãos, pela ponte de aço e pedra que o engenheiro armou, como dois oceanos se deram as mãos pelo continente de oiro e esmeralda que as “bandeiras” conquistaram.



Redoña que protege a  
cabana onde Euclides da  
Cunha escreveu *Os sertões*,  
em São José do Rio  
Pardo, São Paulo.



# A paineira de Euclides

GUILHERME DE ALMEIDA

**S**ol – céu limpo – 37<sup>o</sup> aniversário da morte de Euclides da Cunha: o dia é oiro sobre azul tarjado de luto.

É a coroação da Semana Euclidiana.

Vou pela rua regada, que leva à ponte. Desço os degraus altos de tijolo, até à margem ajardinada, mansa e verde na frescura das sombras. O rio corre espumado pelas pedras pretas e cortado de ioles que remam braços morenos folgando no feriado. Nos bancos, ao longo da beira folhuda, os pares de amor olham, perdidos, o líquido chamalote do remanso. Pela ponte, entre a cidade de terracota e o Cristo Redentor de cimento claro, passa o brilho de metal e verniz de um auto silencioso.

Quietude.

Atrás da redoma religiosa que guarda a relíquia – o santuário de concreto e vidro, emborcado sobre o sagrado barraco de zinco e sarrafos – uma velha paineira braceja. Já estoiram os gomos das suas cápsulas, soltando ao ar doirado o vôo nupcial dos flocos alvos e le-

Publicado no  
*Diário de S. Paulo*.  
Texto cedido  
pela Casa  
Guilherme de  
Almeida – Rua  
Macapá, 187 –  
Perdizes – CEP  
01251-080 –  
São Paulo – SP.

ves. Chego-me bem ao seu tronco exageradamente grosso, emergindo, atlético, dos tentáculos do forte sistema radicular do polvo. E olho para cima. Não é um tronco de árvore: é um tronco humano. Uma cariátide hércule a que se alça, rigorosamente anatômica, em músculos distendidos; e, lá do alto, contra todas as leis vegetais, baixa de repente sobre a cabana histórica os seus braços olímpicos empolados de bíceps brutos de bronze.

Aquelas outras paineiras, ali em cima, à entrada da ponte, são árvores. Esta, aqui em baixo, é gente. Aquelas, vegetais, sobem pedindo bênçãos; esta, humana, baixa abençoando...

No seu simbólico e estupendo antropomorfismo, a predestinada paineira de Euclides é um encontro de dois dentre os três reinos da natureza. À sua sombra, um quarto reino se perpetrou: o espiritual.

# Uma entrevista com Euclides da Cunha

VIRIATO CORREIA

**A**li, em Copacabana, ao rumor das ondas, numa casa batida pelo vento do mar e de janelas abertas para o azul do oceano, é que Euclides da Cunha vive a sua existência extraordinária, do mais completo e do mais artista historiador brasileiro.

Uma tarde, em que à Rua do Ouvidor falávamos de livros e de arte, ele me bateu amigavelmente nos ombros:

– Vai um domingo lá em casa, que diabo! Conversamos, almoçamos e depois sairemos descalços a passear na praia.

Desde as primeiras páginas dos *Sertões* que eu comecei a ter pelo historiador de Canudos a mais cega e comovida admiração. Não era admiração apenas, era mais – adoração – adoração por aquele escritor, que, imprevisivelmente, surgia onipotente e supremo, para o espanto de uma língua e de uma raça, por aquele narrador de guerra que de tão alto se punha para historiar todos os problemas da luta, pelo artista ruidoso e formidável, que abria uns novos painéis de arte robusta e essencialmente nossa, pelo paisagista incomparável, evocador, como nenhum outro, gigantesca, resplandecente, como ninguém.

Entrevista publicada em 15 de agosto de 1909 – no nº 6 da *Ilustração Brasileira*. Viriato Correia (1884-1967) ocupou a Cadeira 32 da ABL. Diplomado em Direito, jornalista, contista, romancista, teatrólogo, autor de literatura infantil e crônicas históricas.

Foi num domingo que lá estive. Era sol e era azul. A casa estava com as janelas abertas para o vento do mar, rumorejante de alegria das ondas próximas, que, na areia, se esfarelavam, toda lavada do sol daquele domingo álaçre.

Euclides é um simples como nunca vi assim. Quem o encontra na rua, magro, o rosto carregado, numa profunda concentração, não acredita o que pode haver de alegre, carinhoso e desprendido, naquela alma. Quem devora as páginas rutilantes dos *Sertões* imagina que ali está um escritor de sossego e método e que a obra foi feita com o maior dos métodos e o mais regular dos sossegos.

Nada disse. Nem uma cousa nem outra. Euclides nunca se *assentou*. A sua vida tem sido uma vida errante, ora aqui, ora ali, numa comissão, noutra, as malas sempre prontas, os livros dentro das malas. Ora em Minas, em São Paulo, no Amazonas, no Acre, em Canudos; de lápis na mão, enchendo de algarismos os livrinhos de notas, como engenheiro.

Ao que ele conta, desde estudante que o seu sonho é pousar; ter uma vida pacata, a sua casa, tudo em ordem, os seus livros arrumadinhos, a hora certa de começar o trabalho, a hora certa de terminá-lo, e hora certa de acordar e dormir. E nunca teve. A sua existência tem sido revolta, sem assento em lugar nenhum, irregular, imprevista, incerta, nômade, uma hora aqui, outra onde o diabo perdeu as botas, sempre carregado de trabalho, trabalhando por noites além, um dia no costado de um cavalo, percorrendo sertões, outro medindo terras, outro suando, entre o fragor dos martelos, numa ponte que ele constrói. Um horror!

– Continuo a ser o estudante que era. Tudo à revelia.

Ao entrar-se em casa de Euclides, a gente fica à vontade. Não parece que se está em frente de um dos máximos prosadores de uma língua, mas sim de um rapaz amigo, de um velho camarada com quem se viveu larga quadra, de um companheiro que nos fala de suas

cousas como se fossem nossas, uma dessas criaturas que vão, logo à primeira vista, espavorindo a cerimônia, e a quem a gente se sente mal de dar até o tratamento de *senhor*.

E o que é curioso, o que mais ressalta e o que mais comove, é a profunda modéstia de Euclides. Isso de ele ser o mais completo dos nossos historiadores, o artista extraordinário, o escritor surpreendente, o paisagista formidável, isso, somos nós aqui fora que o dizemos. Ele é que não está convencido disso. A sua modéstia é orgânica. O *Sertões* para ele nada tem de extraordinário. É um livro como outro qualquer.

Aquelas páginas assombrosas, cheias daquele fragor e daquela comburência de frase, daqueles painéis faustosos, que nos fazem vibrar e arder de entusiasmo e de orgulho, para ele são páginas rasteiras, cobertas de defeitos. De defeitos!

– De defeitos, sim! confirma Euclides, muito espantado de ninguém ter dado por isso. Aqui estão eles. Na nova edição dos *Sertões* fiz seis mil emendas. Não se diga que sejam erros de revisão, são defeitos meus, só meus. – E mostrou-nos o livro, onde em cada página aparecem pelo menos três remendos.

– Hei de concertar isto por toda a vida. Até já nem abro os *Sertões* porque fico sempre atormentado, a encontrar imperfeições a cada passo.

É ao almoço, numa sala aberta para o mar enquanto o vento da praia agita os guardanapos, que Euclides me conta como escreveu os *Sertões*.

Estava por esse tempo em São José do Rio Pardo, reconstruindo uma ponte. Era um trabalhar sem conta, noite dia, ele ali a dirigir as obras, sempre à frente, no tumulto dos operários.

A ponte construída por outros engenheiros havia uma noite desabado desastrosamente e o governo de São Paulo convidara-o a reconstruí-la.

A obra era da mais alta responsabilidade, principalmente depois do desastre. Euclides, por amor próprio, em respeito à sua carta de engenheiro, estava sempre à testa de tudo. Morava numa casinha a dois passos das obras e passava os dias em cálculos, a lutar com os *xx* da matemática. Foi aí que lhe veio a idéia de escrever os *Sertões*.

Um livro daquele peso toda gente tem a impressão de que o seu autor escreveu-o cercado de volumes para consultar. Não foi assim. Euclides não tinha um livro consigo, nem uma história do Brasil, nem um volume de geologia. Nada.

Mas assim mesmo atirou-se. A todo o momento tinha que levantar-se, para ir ver a marcha do trabalho da ponte, que se ia erguendo; quando estava num trecho, desses com que os escritores se torturam e dão um pedaço de vida para acabá-lo, eis que um operário vinha chamá-lo para solver uma dificuldade. Apesar disso os *Sertões* iam caminhando. À tarde o juiz de direito, o presidente da Câmara Municipal, mais duas ou três pessoas de Rio Pardo, reuniam-se à casinha de Euclides, para ouvir o *folhetim*.

Ele lia então as tiras que havia escrito durante o dia. Dentre as pessoas que vinham ouvi-lo, havia um paulista conhecedor dos sertões; um desses talentos fulgurantes, estupendos que nunca são coisa alguma porque nunca entraram numa escola. Esse homem tinha cócegas de escritor. Tinha lá os seus versos, suas tiras de papel cheias de rascunhos literários. Euclides da Cunha falou que ia escrever o *estouro da boiada*, um dos quadros mais épicos e mais sinistros dos campos e matas brasileiras.

Nunca havia visto o *estouro*; sabia-o apenas por informação, por ouvir contar. O paulista vira diversos, estava “cansado de ver”, dizia ele.

— E se *seu* doutor quiser, *seu* doutor escreve, eu escrevo também e vamos ver quem é que faz mais perfeito.

Euclides teve, de veras, medo daquela proposta. Atirou-se à descrição, receoso de ser derrotado. No outro dia, à tarde, o matuto apresentou-se corajosamente, com as suas tiras de papel.

O juiz de direito, o presidente da Câmara, as duas ou três pessoas do Rio Pardo, esperavam o duelo.

– Leia!

– Leia o doutor primeiro!

Euclides leu. Leu aquela descrição incomparável, assombrosa, que nós todo conhecemos nos *Sertões*. E ao terminar voltou-se para o homem.

– Leia!

– Qual, nada *seu* doutor. Olhe ali.

No chão, as tiras do pobre homem estavam aos pedacinhos, esfrangalhadas.

– Eu vou então ler alguma coisa depois disso?! Não é possível que o senhor não tenha visto pelo menos cem *estouros de boiada*.

E no meio da barulhada infernal dos martelos, das traves de ferro, dos foles, os *Sertões* caminhavam.

Quando a ponte ficou concluída, o livro estava concluído também.

Ninguém sabia nesse tempo que Euclides era escritor. Ele apenas se havia mostrado no *Estado de S. Paulo*, numas crônicas ligeiras, com as iniciais. Tinha medo da publicidade. Mas resolveu-se a publicá-lo. O juiz de direito, o presidente da Câmara do Rio Pardo, o matuto do estouro, haviam-lhe dito que o livro era bom. Foi a São Paulo e levou-o ao *Estado*, para publicá-lo em folhetins.

O maço de tiras era enorme. Isso parece que espantou. Seis meses depois, ao voltar a São Paulo e ao subir à redação do *Estado*, lá encontrou num canto o seu embrulho de tiras, empoeirado. Pô-lo debaixo do braço e veio ao Rio de Janeiro. Não conhecia aqui nenhum escritor, a não ser Lúcio de Mendonça. Lúcio de Mendonça procu-

rou-lhe editor. O escritor era desconhecido e o volume de tiras assustava. Os editores torciam o nariz.

*O Jornal do Commercio* não quis a obra para folhetins.

Afinal o velho Masson, da casa Laemetr, depois de muito pensar e de muito vacilar, disse que ficava com o rolo de tiras.

Entra o livro no prelo. Meses depois Euclides, que por essa feita estava em Lorena, é chamado para vir ver a sua obra. Vem: ao chegar à Companhia Tipográfica, à Rua dos Inválidos, abrindo ao acaso um volume, lá encontra um *a* com uma crase intrusa, adiante uma vírgula demais, etc., etc. Ele estava nesse tempo atacado de uma neurastenia profunda. Aquela crase, aquela vírgula, aqueles outros erros, pareceram-lhe grandes blocos de pedra, que vinham atacar o seu nome. Que horror! E à ponta de canivete (parece mentira, mas é verdade) à ponta de canivete, em dois mil volumes, Euclides raspou oitenta erros. Foram cento e sessenta mil emendas!

Levou dias e dias nessa trabalhadeira gigantesca.

Os operários da tipografia estavam assombrados com aquilo. Ele passava os dias, as noites, curvado sobre os volumes, a raspar com a pontinha do canivete.

Só acabou na véspera da chegada do Barão do Rio Branco, em dezembro de 1902. O livro ia ser posto à venda no dia seguinte.

Um estranho pavor se apoderou de Euclides. Tinha certeza de que a obra ia ser um desastre. E pediu ao editor que retardasse a venda para daí a três ou quatro dias. E tocou-se para Lorena.

O seu pavor tinha crescido estupidamente, tanto que, chegando a Lorena à meia-noite, às três da manhã estava de viagem. Para onde? Sabia lá? O que ele queria era fugir, esconder-se no fim do mundo, não ver mais ninguém, rasgar o livro, não ter notícias do *desastre*. E andou oito dias a cavalo pelo interior de São Paulo sem destino. O que lhe passava pelo espírito era curioso: via-se inteiramente achataado, a sua reputação de engenheiro por terra, o seu nome espatifado nas crônicas dos jornais.



– Para que me fui meter eu nisso, senhores!

Ao chegar aos pousos do sertão, onde os sertanejos vinham recebê-lo ao terreiro, para hospedá-lo, as reflexões que lhe acudiam eram interessantes.

– Ora veja, dizia, estes homens me tinham em tão boa conta!

Ao fim de oito dias sentiu saudade da família. Do livro, não tinha a mais vaga notícia. Mas via-se servindo de troça nas rodas literárias da Rua do Ouvidor, o editor desesperado com a *buxa*, a mandá-lo para o inferno.

Chegou a Taubaté, de volta, empoeirado, à tarde. Depois da chegada do trem do Rio, seguia um expresso para Lorena. Enquanto esperava o expresso foi comer alguma cousa, no restaurante da estação.

Chega o trem do Rio. Uma multidão de passageiros salta e corre para o restaurante. Entre eles um homem alto, barbado, de guarda-pó e um livro debaixo do braço. Euclides tem um sacolejão. Se não se enganava tinha visto *Os sertões* sob o braço do homem. Parece que foi alguma mola que o fez levantar-se. Chegou-se ao tipo, sacudido de emoção.

– O senhor pode deixar-me ver esse livro? – O homem fitou-o, mediu-o e sério, desconfiado, de má vontade, estendeu-lhe mudamente o livro, sem largá-lo.

Era mesmo o *Os sertões*.

– Obrigado.

O seu desejo foi atirar-se ao sujeito e abraçá-lo. Mas voltou para a sua mesa. E pôs-se a pensar e repensar. O livro estaria fazendo sucesso? Teria sido bem sucedido? Os jornais o que estariam dizendo? E a figura do passageiro de guarda-pó surgia-lhe à imaginação. Aquele sujeito não tinha cara de gostar de ler. Se estava lendo seu livro é porque estava gostando. E estaria mesmo? Quem sabia se aquilo não era apenas ostentação, vaidade de mostrar-se aos outros passageiros do trem como leitor de um livro grosso! Podia ser! Mas como foi que ele comprou o livro? O volume custava dez mil réis.

Só se dão dez cruzeiros por um livro, quando se sabe, ou se ouve dizer, que esse livro é bom.

Se aquele homem comprou, podia ser que aquilo fosse um amigo ou pelos jornais. Mas, e porque ouviu dizer ou por um presente. Podia. E o sujeito estaria gostando. Se ele não estivesse, ao saltar do trem para tomar um refresco na estação, deixaria o volume no seu banco. Se o trouxe debaixo do braço era porque o livro lhe era precioso. Mas também podia ser que fizesse aquilo para que lho não roubassem. Mas um livro mau, ninguém se importa que carreguem com ele.

E nesse torturar de espírito, Euclides chegou a Lorena. Esperavam-lhe jornais e cartas. Cartas do editor. Do editor havia duas. Abriu uma ao acaso, por felicidade. Por felicidade, era a segunda! Nessa carta, o editor dizia que estava assombrado com a venda do livro e que em oito dias estava quase esgotado um milheiro: contava-lhe do sucesso, das críticas dos jornais, do barulho que a obra estava fazendo.

A outra carta, a primeira, era esmagadora. O editor confessava-se-lhe redondamente arrependido de tê-lo editado, dizia que não havia vendido um único volume e mais: que sendo cada volume pelo preço de dez cruzeiros, mandara oferecer aos *sebos* da Rua São José, por cinco, e nem um só aceitara.

– Se eu tivesse lido essa carta em primeiro lugar, parece que morreria – conclui Euclides, sorrindo.

É essa a história ingênua da obra máxima da nossa literatura.

A profunda modéstia de Euclides é orgânica.

Com a publicação dos *Sertões* quem mais se espantou foi ele. Nós nos espantamos de ver que a nossa raça já tinha um escritor, que atingira ao mais alto grau de perfeição.

Ele se espantou ao saber que esse escritor era ele.

# Carta a Francisco Alves

MANUEL PACHECO LEÃO

Paris, 4 de Outubro de 1913.

Amigo Sr. Alves:

Confirmo a minha carta de ontem. Hoje escrevo para dizer-lhe que li o estudo do Sílvio Romero sobre Euclides da Cunha e estou com a vontade de não o mandar publicar. Pedimos a ele uma cousa e ele fez outra; quis dar para baixo na obra de Euclides, mas não teve coragem, mas aproveitou para fazer reclame da sua própria pessoa.

Sobre o que eu queria e achava que era indispensável, nada fez. Não podemos apresentar ao público uma nova edição do – *Os sertões* – com grandes diferenças, sem dizer por que o fazemos. Fiz aqui uma Advertência e aproveitei estar com o Afrânio Peixoto para mostrar-lhe, fazendo ele então a redação.

O retrato que daí trouxe nada deu; disse ao Aillaud que pedisse ao Lello o que ele tem. Quando o recebemos verificamos que o Belmiro

havia feito a cabeça do Euclides por esse mesmo retrato. Assim foi fácil aqui endireitar o que trouxe e vamos ter retrato diferente do livro do Lello. Há qualquer cousa na carta do Belmiro sobre a reprodução, que não me lembro muito bem, acho que ele exige que se declare que o retrato foi feito por ele. Vou mandar a V. provas não só da Advertência dos Editores como também do trabalho do Sílvio. Aqui deixo nota para resposta por telegrama. O livro está todo pronto e só faltam os dois prefácios e a gravura. Assim logo que eu chegar ao Rio verificarei o que quer o Belmiro,<sup>1</sup> passarei ao Aillaud um telegrama e a edição poderá partir logo.

Disse-me o Dr. Afrânio Peixoto que a Academia de Letras deu ao Sílvio Romero cem ou cento e cinqüenta mil réis pelo artigo; o homem comeu por dois carrinhos.

Vou mandar tirar à parte mais exemplares da Advertência dos Editores<sup>2</sup> – para servir de anúncio da obra.

De saúde vamos indo bem; aqui há dois dias que faz mau tempo, frio e muito úmido.

Saudações a Madame Alves e um saudoso abraço do amigo muito grato.

*Manuel Pacheco Leão.*

1. Cf. retrato de Euclides da Cunha reproduzido nesta revista, p. 194.

2. Cf. fac-símile da Advertência, nesta revista, à p. 99.

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS  
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

*As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Evandro Lins e Silva
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	Rachel de Queiroz
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Raymundo Faoro
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Celso Furtado
12	França Júnior	Urbano Duarte	Dom Lucas Moreira Neves
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Marcos Almir Madeira
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Roberto Campos
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Zélia Gattai Amado
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Geraldo França de Lima
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Roberto Marinho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT; CITAÇÕES, 10,5/16 PT.

